



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UFAM
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA E DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA / PROF-FILO
NÚCLEO LOCAL UFAM



MOISÉS VENTURA SILVA

**DA FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO À EDUCAÇÃO FILOSÓFICA: UMA PROPOSTA
CURRICULAR PARA O ENSINO DE FILOSOFIA NO NÍVEL MÉDIO, BASEADA
NO PENSAMENTO DE KANT.**

MANAUS - AM

2025

MOISÉS VENTURA SILVA

**DA FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO À EDUCAÇÃO FILOSÓFICA: UMA PROPOSTA
CURRICULAR PARA O ENSINO DE FILOSOFIA NO NÍVEL MÉDIO, BASEADA
NO PENSAMENTO DE KANT.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Filosofia
– PROF-FILO, do curso de Mestrado
Profissional em Filosofia, da Universidade
Federal do Amazonas (UFAM), como
requisito para obtenção do título de Mestre
em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Rubens de
Souza Costa.

MANAUS - AM

2025

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586d

Silva, Moisés Ventura

Da filosofia da educação à educação filosófica: uma proposta curricular para o ensino de filosofia no nível médio, baseada no pensamento de Kant. / Moisés Ventura Silva. - 2025.
123 f. ; 31 cm.

Orientador(a): Carlos Rubens de Souza Costa.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Manaus, 2025.

1. Educação filosófica. 2. Autonomia e cidadania crítica. 3. Proposta curricular. 4. Ensino de Filosofia. 5. Kant. I. Costa, Carlos Rubens de Souza. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título

MOISÉS VENTURA SILVA

**DA FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO À EDUCAÇÃO FILOSÓFICA: UMA PROPOSTA
CURRICULAR PARA O ENSINO DE FILOSOFIA NO NÍVEL MÉDIO, BASEADA
NO PENSAMENTO DE KANT.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia – PROF-FILO, do curso de Mestrado Profissional em Filosofia, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Aprovado dia: 28 de novembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Carlos Rubens de Souza Costa.
Universidade Federal do Amazonas.

Prof. Dr. Marcio Jesus Vieira Bernardo
Universidade Federal do Amazonas.

Prof^a. Dr^a. Valcicléia Pereira da Costa.
Universidade Federal do Amazonas.

Dedico ao meu pai Raimundo Cardoso da Silva e a minha mãe Raimunda Ventura Silva (in memoriam), responsáveis pela minha existência e por minhas convicções.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Prof. Dr. Carlos Rubens de Souza Costa, intelectual cuja sabedoria, paciência e rigor científico me acolheu na função de orientador e comigo compartilhou seu profundo conhecimento sobre filosofia da educação, educação filosófica e sobre o conjunto da obra do filósofo Immanuel Kant, fornecendo-me precioso auxílio para superar as dificuldades teóricas.

Aos professores doutores Márcio Jesus Vieira Bernardo e José Alcimar de Oliveira pelas críticas e sugestões que fortaleceram de forma inestimável a versão ora apresentada e pelo interesse em contribuir para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores doutores Valcicléia Pereira da Costa, Harald Sá Peixoto Pinheiro, Deodato Ferreira da Costa, Nelson Noronha e Jocélia Barbosa Nogueira, que com dedicação e sabedoria compartilharam seus conhecimentos durante as disciplinas cursadas, contribuindo imensamente para a realização deste trabalho.

À Coordenação do Mestrado Profissional em filosofia na pessoa do atual coordenador, Prof. Dr. Aldair Oliveira de Andrade e do secretário Ricardo pelo suporte e organização nas questões burocráticas e acadêmicas.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que apoiou este trabalho, através de bolsa de estudos, viabilizando esta pesquisa.

À UFAM (Universidade Federal do Amazonas), por fornecer a infraestrutura e o ambiente para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus colegas de turma do Programa de Mestrado em Filosofia com quem tive a oportunidade de compartilhar desafios, descobertas e conquistas.

Agradeço também ao amigo Abimael Matias dos Santos, companheiro de turma, com quem compartilhei preocupações e conquistas ao longo destes anos de mestrado: obrigado pelo apoio e amizade.

A todos os colegas de trabalho e aos meus ex-alunos da Escola Tsukasa Uyetsuka, na Comunidade Santa Maria da Vila Amazônia, na zona rural do município de Parintins-AM com quem tive a oportunidade de partilhar experiências, desafios e de onde surgiram as primeiras reflexões para o desenvolvimento deste estudo.

À minha companheira Meriam Silva dos Anjos pela compreensão nos momentos de ausência, sempre me apoiando e incentivando a não desistir.

Sapere aude! Tenha coragem de usar seu
próprio entendimento. Esse é o lema do
Esclarecimento.
Immanuel Kant.

RESUMO

O trabalho, fundamentado teoricamente no pensamento de Immanuel Kant, especialmente nas noções de esclarecimento (Aufklärung) e saída da menoridade, aborda a importância da educação filosófica na formação de cidadãos críticos e autônomos, propondo uma estrutura curricular fundamentada em conceitos pedagógicos que promovem a autonomia e o pensamento crítico no ensino médio, propondo uma estrutura curricular fundamentada em conceitos pedagógicos que promovem a autonomia e o pensamento crítico no ensino médio. O objetivo principal foi desenvolver uma proposta curricular que integra elementos da filosofia de forma prática e reflexiva, visando a formação de estudantes que possam pensar de forma independente e atuar com responsabilidade ética. A metodologia aplicada consistiu em uma análise teórica de textos filosóficos e de estudos sobre práticas pedagógicas contemporâneas, com enfoque na adaptação dos princípios filosóficos para a realidade educacional. A proposta curricular foi elaborada com base em uma abordagem que busca transcender a simples transmissão de conteúdos, privilegiando o desenvolvimento de habilidades críticas por meio de debates, discussões reflexivas e atividades interdisciplinares. A conclusão sugere que a aplicação desta proposta curricular pode promover o desenvolvimento integral dos alunos, preparando-os para a participação ativa e consciente na sociedade. Como contribuição, o trabalho oferece uma base sólida para a adoção de práticas educativas que integram filosofia e formação crítica no ensino médio.

Palavras-chave: Educação Filosófica. Autonomia. Cidadania Crítica. Proposta Curricular. Ensino de Filosofia. Kant.

ABSTRACT

This study, theoretically grounded in the thought of Immanuel Kant, especially in the notions of Enlightenment (Aufklärung) and the emergence from self-incurred immaturity, examines the importance of philosophical education in the formation of critical and autonomous citizens, proposing a curricular structure based on pedagogical concepts that foster autonomy and critical thinking in secondary education. The main objective was to develop a curriculum proposal that integrates philosophical elements in a practical and reflective manner, aimed at forming students capable of independent thought and ethical responsibility. The applied methodology consisted of a theoretical analysis of philosophical texts and studies on contemporary pedagogical practices, focusing on adapting philosophical principles to the educational reality. The curriculum proposal was designed based on an approach that transcends mere content transmission, favoring the development of critical skills through debates, reflective discussions, and interdisciplinary activities. The conclusion suggests that the application of this curriculum can promote the comprehensive development of students, preparing them for active and conscious participation in society. As a contribution, the study offers a solid foundation for adopting educational practices that integrate philosophy and critical formation in high school education.

Keywords: Philosophical Education. Autonomy. Critical Citizenship. Curricular Proposal. Philosophy Teaching. Kant.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1. FILOSOFIA, EDUCAÇÃO E A SAÍDA DA MENORIDADE	14
1.1. ANÁLISE DETALHADA DO TEXTO "QUE É O ESCLARECIMENTO?"	16
1.2. A CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA IMPLÍCITA NO TEXTO	20
1.3. A CONCEPÇÃO DE FILOSOFIA IMPLÍCITA NO TEXTO	25
CAPÍTULO 2. COMO KANT PENSAVA A EDUCAÇÃO.....	30
2.1. A BUSCA DE UM FUNDAMENTO ANTROPOLÓGICO PARA A EDUCAÇÃO ...	33
2.2. AS DISPOSIÇÕES ORIGINÁRIAS DO HOMEM E A EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA KANTIANA E SUAS IMPLICAÇÕES MODERNAS	44
2.3. A CONEXÃO ENTRE PEDAGOGIA E ANTROPOLOGIA NO PENSAMENTO DE KANT	48
CAPÍTULO 3. ENSINAR FILOSOFIA/ENSINAR A FILOSOFAR	58
3.1. CONTEXTUALIZANDO AS CITAÇÕES DE KANT	61
3.2. A CONCEPÇÃO DE FILOSOFIA IMPLÍCITA NESSAS CITAÇÕES	66
3.3. USOS E ABUSOS DESSAS CITAÇÕES.....	70
CAPÍTULO 4. DA FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO À EDUCAÇÃO FILOSÓFICA: UMA PROPOSTA CURRICULAR PARA O ENSINO DE FILOSOFIA NO NÍVEL MÉDIO BASEADA NO PENSAMENTO DE KANT	75
4.1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA A EDUCAÇÃO FILOSÓFICA NO ENSINO MÉDIO.....	78
4.2. OBJETIVOS DE UMA EDUCAÇÃO FILOSÓFICA BASEADA EM KANT	82
4.3. ESTRUTURA DA PROPOSTA CURRICULAR	86
4.3.1. Eixo 1: Introdução ao Pensamento Crítico e à Autonomia da Razão	86
4.3.2. Eixo 2: A Relação entre Educação e Antropologia em Kant	90
4.3.3. Eixo 3: A Filosofia Prática e o Ensino de Filosofar	94
4.4. METODOLOGIAS DE ENSINO FILOSÓFICO INSPIRADAS EM KANT	98

4.5. DESAFIOS E POTENCIAIS SOLUÇÕES	101
4.6. CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118

INTRODUÇÃO

O ensino de filosofia no nível médio brasileiro vive sob uma tensão fundamental: a distância entre sua presença obrigatória no currículo e a realização de seu potencial formativo. Frequentemente reduzida a um compêndio de doutrinas ou a uma cronologia de pensadores, a prática em sala de aula arrisca-se a trair sua própria vocação: a de ser um exercício vivo do pensamento crítico. Este cenário evidencia o desafio de superar a dicotomia entre "ensinar filosofia" — a transmissão de um conteúdo histórico — e "aprender a filosofar" — o desenvolvimento de uma atitude investigativa e autônoma. A busca por uma praxis pedagógica que una rigor conceitual e liberdade intelectual justifica a presente pesquisa.

É neste contexto de desafios que o pensamento de Immanuel Kant emerge como um referencial teórico de extraordinária potência. Sua filosofia não oferece apenas um conteúdo, mas um propósito para a educação: contribuir para a maioridade intelectual do ser humano, criando condições para que ela se efetive por meio do processo de Esclarecimento (*Aufklärung*). Em obras seminais como "Resposta à Pergunta: O que é o Esclarecimento?" e "Sobre a Pedagogia", Kant define a educação como o processo de saída da "menoridade", a incapacidade de usar a própria razão sem a guia de outrem (Kant, 1784). O seu célebre lema, *Sapere aude!* (Ouse saber!), é uma exortação pedagógica que fundamenta um ensino voltado não para a erudição passiva, mas para a coragem de pensar. Como resume Cláudio A. Dalbosco (2011, p. 56), "Kant não se limitou a teorizar sobre o que significa educar; ele vinculou essa tarefa à emancipação moral e racional do indivíduo".

De que modo a educação filosófica, compreendida à luz do Esclarecimento (*Aufklärung*) kantiano como um processo que cria condições para a maioridade intelectual, pode ser traduzida em uma proposta curricular para o ensino de Filosofia no nível médio brasileiro, capaz de promover autonomia intelectual e pensamento crítico?

O objetivo geral é elaborar uma proposta curricular que traduza os princípios kantianos em uma prática pedagógica estruturada e coerente. A partir desse problema, formula-se a questão norteadora e definem-se os objetivos (geral e específicos) apresentados a seguir.

Já os objetivos específicos são: a) analisar o conceito kantiano de Esclarecimento (Aufklärung) e sua relação com a menoridade, explicitando suas implicações para a formação intelectual; b) examinar a concepção kantiana de educação, especialmente a partir de *Resposta à Pergunta: O que é o Esclarecimento?* e *Sobre a Pedagogia*, identificando fundamentos e finalidades formativas; c) Discutir a distinção entre “ensinar Filosofia” e “ensinar a filosofar”, considerando seus efeitos sobre o trabalho docente e a organização do currículo no ensino médio; d) Articular contribuições de comentadores da filosofia da educação para subsidiar a transposição didática de princípios kantianos ao contexto escolar contemporâneo; e, e) Estruturar uma proposta curricular exequível (objetivos formativos, conteúdos/eixos, metodologias e estratégias gerais de avaliação) coerente com a formação para autonomia e uso crítico da razão.

Para tal, o estudo aprofunda-se na concepção kantiana de educação, investiga as implicações pedagógicas de sua filosofia e, por fim, articula esses elementos em uma proposta curricular exequível.

Para alcançar este objetivo, o percurso argumentativo desta dissertação foi organizado de modo a construir progressivamente as bases para a proposta final. Inicialmente, será feita uma análise da filosofia da educação de Kant, contextualizando seu pensamento no seio do Iluminismo. Em seguida, o foco se voltará para a didática filosófica, discutindo como o “aprender a filosofar” pode ser fomentado em sala de aula, em diálogo com comentadores como Ghedin (2009), Foucault (2005) e Kohan (2008). A culminação deste trabalho será a apresentação detalhada da proposta curricular, que busca oferecer uma contribuição significativa para o debate sobre o ensino de filosofia, almejando uma prática que, de fato, honre seu insubstituível valor formativo.

A metodologia adotada nesta dissertação foi de natureza bibliográfica, fundamentada nas obras de Kant e em análises críticas de estudiosos da filosofia da educação, como Alborco (2011) e Pascal (1983). Foram analisados textos primários de Kant, incluindo *Sobre a Pedagogia*, *Crítica da Razão Pura*, e *Resposta à Pergunta: O que é o Esclarecimento?* além de obras secundárias que exploram a interpretação e aplicação pedagógica de suas ideias. Essa abordagem permitiu uma compreensão profunda das implicações educacionais do pensamento kantiano e proporcionou subsídios teóricos para a elaboração da proposta curricular.

A dissertação foi estruturada em quatro capítulos principais, além da introdução e da conclusão. No primeiro capítulo, intitulado *Filosofia, Educação e a Saída da Menoridade*, foi realizada uma análise detalhada do texto “Que é o Esclarecimento?”, com ênfase nas implicações pedagógicas da saída da menoridade e nos desafios de promover essa emancipação no ambiente escolar. O segundo capítulo, *Como Kant Pensava a Educação*, abordou a busca de um fundamento antropológico para a educação, as disposições originárias do homem e a conexão entre pedagogia e antropologia, destacando a importância desses aspectos para uma compreensão holística do processo educativo. No terceiro capítulo, *Ensinar Filosofia/Ensinar a Filosofar*, foram discutidas as citações de Kant e a concepção de filosofia implícita nelas, além de analisar os usos e abusos dessas citações no ensino. Por fim, o quarto capítulo, *Da Filosofia da Educação à Educação Filosófica: Uma Proposta Curricular para o Ensino de Filosofia no Nível Médio*, apresentou os fundamentos teóricos e metodológicos para a implementação da proposta curricular, detalhando objetivos, conteúdos e metodologias de ensino inspiradas na pedagogia kantiana.

CAPÍTULO 1. FILOSOFIA, EDUCAÇÃO E A SAÍDA DA MENORIDADE

O capítulo que se segue examina a intrincada relação entre filosofia, educação e o conceito de menoridade intelectual, explorado de forma paradigmática por Immanuel Kant em seu texto “Resposta à Pergunta: O que é o Esclarecimento? ”. Publicado em 1784, esse texto emerge em um período em que o Iluminismo buscava promover a emancipação do indivíduo por meio da valorização da razão e do conhecimento. Para Kant, o esclarecimento representava a saída da menoridade, um estado em que o indivíduo é incapaz de usar sua própria razão sem a tutela de outrem.

Nesse passo, tem-se que “Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. Menoridade é a incapacidade de fazer uso do entendimento sem a direção de outrem. ” (Kant, 1985, p. 100) ”. A análise desse texto, portanto, lança luz sobre a maneira como Kant entendia a necessidade da educação como ferramenta para o desenvolvimento da autonomia e da crítica, aspectos centrais para a formação de sujeitos capazes de exercer o uso público da razão e, assim, contribuir para o progresso social.

A menoridade, conforme definida por Kant, não é uma consequência da falta de entendimento, mas sim da falta de coragem e vontade para pensar de forma independente. Essa ideia, sintetizada na famosa máxima “Sapere aude!” (ouse saber), desafia não apenas as estruturas de poder da época, mas também convoca a educação a repensar seu papel na formação do indivíduo. A saída da menoridade se apresenta como um processo coletivo e contínuo que precisa ser estimulado desde o ambiente escolar. Nessa perspectiva, a educação deve ser entendida não apenas como a transmissão de conhecimentos, mas como um caminho para a promoção da autonomia intelectual e moral dos alunos. A relevância dessa abordagem é evidenciada por Severino (2010), que defende a necessidade de uma educação filosófica que prepare os estudantes para serem cidadãos críticos e conscientes, capazes de interagir de forma ativa e reflexiva com o mundo ao seu redor.

O contexto histórico do texto kantiano é fundamental para compreender as implicações pedagógicas que ele carrega. O Iluminismo, em sua emergência no século XVIII, com sua ênfase na razão e na crítica às autoridades tradicionais, forneceu um terreno fértil para o surgimento de ideias que promoviam a liberdade intelectual e a emancipação humana. Foucault (2010), em sua análise sobre o esclarecimento, destaca que Kant não via esse processo como um momento isolado

na história, mas como uma atitude que deveria se perpetuar em práticas sociais e educativas. Essa visão faz com que a educação seja vista como um espaço privilegiado para cultivar essa atitude de crítica constante, onde o professor assume o papel de mediador que encoraja o uso autônomo da razão e a prática do diálogo reflexivo. Freire (1992) compartilha dessa concepção ao propor uma educação dialógica, que valoriza a troca de saberes e a construção conjunta do conhecimento, promovendo a autonomia e a liberdade intelectual dos educandos.

A análise do impacto da menoridade intelectual e das implicações de sua superação para a educação revela que, segundo Kant, o papel do educador não deve ser o de um tutor que mantém os alunos em estado de dependência, mas o de um facilitador que guia o processo de construção do pensamento autônomo. Essa pedagogia do esclarecimento reflete uma postura que rompe com a passividade e desafia as práticas de ensino que privilegiam a mera memorização de conteúdos em detrimento da reflexão crítica. Kohan (2008) argumenta que o ensino da filosofia deve ser uma prática que promove a dúvida e a problematização, um espaço onde os alunos possam exercitar a coragem de pensar por si mesmos. Essa prática educativa não apenas reforça a importância da crítica e da autonomia, mas também prepara os estudantes para serem agentes ativos em suas comunidades e na sociedade como um todo.

A relação entre o conceito de esclarecimento kantiano e os métodos pedagógicos contemporâneos permite uma discussão sobre as continuidades e rupturas nas práticas educativas. Rousseau, em *“Emílio, ou Da Educação”*, propôs uma pedagogia que, embora distinta da kantiana, compartilha a valorização da liberdade e do desenvolvimento natural do indivíduo. No entanto, enquanto Rousseau privilegiava uma educação mais intuitiva, Kant enfatizava a disciplina e o rigor intelectual como essenciais para a formação do juízo crítico (Rousseau, 2012; Kant, 1985). Essa comparação ressalta a necessidade de práticas pedagógicas que integrem tanto a espontaneidade quanto a estrutura, proporcionando um ambiente de aprendizagem que permita ao aluno desenvolver sua capacidade de análise e autonomia intelectual.

A aplicação prática do conceito de menoridade em sala de aula demanda uma abordagem pedagógica que promova o diálogo e a interação crítica entre os alunos e o professor. Severino (2010) destaca que a prática educativa deve incluir métodos que incentivem os alunos a confrontarem suas próprias ideias e a dialogarem com

diferentes perspectivas. Freire (1992) reforça que a educação libertadora é um processo em que o educando é incentivado a se apropriar do conhecimento de maneira crítica, transformando-se em sujeito de sua própria aprendizagem. Essa pedagogia dialógica se alinha à concepção kantiana de esclarecimento, onde o uso público da razão é fundamental para a saída da menoridade e para a construção de uma sociedade mais justa e consciente.

Por fim, a concepção de filosofia como prática de crítica e autonomia é um elemento essencial para a formação de um ambiente educacional que valorize a emancipação dos alunos. Kant defendia que o objetivo do ensino de filosofia não era transmitir conhecimentos prontos, mas sim ensinar a pensar de forma independente e a questionar as verdades estabelecidas (Kant, 1985). Deleuze e Guattari (1992) corroboram essa visão ao afirmar que a filosofia é um exercício de criação de conceitos, uma prática que deve ser incentivada desde os primeiros anos da formação escolar. A introdução de práticas pedagógicas que promovam a leitura crítica, a análise de textos e a realização de debates pode transformar a sala de aula em um espaço de esclarecimento e de desenvolvimento do pensamento autônomo. Foucault (2010) complementa que a prática da crítica não é apenas uma ferramenta educativa, mas um modo de vida que deve ser cultivado em todas as esferas sociais.

O capítulo se propõe, assim, a explorar detalhadamente como a filosofia e a educação se entrelaçam no pensamento de Kant e como a superação da menoridade pode ser incentivada por meio de práticas pedagógicas que promovam a crítica e a autonomia. A análise do texto kantiano e das concepções pedagógicas implícitas nele permite uma compreensão mais ampla de como essas ideias podem ser aplicadas em contextos educacionais contemporâneos, com vistas à formação de cidadãos capazes de usar a razão de forma independente e responsável.

1.1. ANÁLISE DETALHADA DO TEXTO "QUE É O ESCLARECIMENTO?"

Immanuel Kant, em seu texto seminal "Resposta à Pergunta: O que é o Esclarecimento?", publicado em 1784, apresentou a sua visão sobre a emancipação intelectual do ser humano, conceituando o esclarecimento como a saída da menoridade, definida como a incapacidade de fazer uso da própria razão sem a orientação de outrem. Esse conceito central da filosofia kantiana ressalta a importância da autonomia e do uso público da razão como condições fundamentais para o desenvolvimento humano (Kant, 1985). A menoridade, segundo Kant, não se

dava pela falta de entendimento, mas pela ausência de coragem de pensar por si mesmo, algo que ele resumiu na máxima “Sapere aude!” (ousa saber). Essa ideia é profundamente relevante para a pedagogia e para a prática educacional contemporânea, sendo amplamente discutida por estudiosos da filosofia da educação, como Dalbosco (2011) e Ghedin (2009), que destacam a importância de um ensino que promove a reflexão crítica e a autonomia do estudante.

No contexto do século XVIII, o Iluminismo era uma corrente de pensamento que propunha a emancipação do ser humano por meio do conhecimento e da razão. Nesse cenário, Kant emergiu como uma figura de destaque, abordando o papel da razão não apenas como instrumento de conhecimento, mas como um meio de libertação das amarras da ignorância e da dependência. Para Kant, o esclarecimento era um processo coletivo e histórico, não um ato isolado. A liberdade do uso público da razão — em que os indivíduos compartilham suas ideias como cidadãos e não apenas como representantes de instituições — era essencial para que o processo de esclarecimento ocorresse (Kant, 1985). Em leitura posterior desse ensaio, Foucault interpreta o Esclarecimento não apenas como um marco histórico, mas como um ethos, uma atitude permanente de crítica e problematização da atualidade, que pode e deve ser cultivada no ambiente escolar (Foucault, 2005). dos escritos kantianos, enfatizou que o esclarecimento não é apenas um momento histórico, mas um ethos, uma atitude de constante questionamento e crítica da realidade, algo que deve ser promovido no ambiente escolar.

Na perspectiva educacional, a saída da menoridade implica na promoção de uma prática pedagógica que valorize a autonomia e a formação crítica dos estudantes. Freire (1992) argumentou que a educação deve ser um processo de conscientização, onde o educando não é um receptáculo passivo, mas um agente ativo de seu próprio aprendizado. Essa abordagem ressoa com a visão kantiana de que a menoridade é mantida não por falta de conhecimento, mas pela relutância em fazer uso autônomo da razão (Kant, 1985). Nesse sentido, a proposta pedagógica de ensinar filosofia deve ir além da transmissão de conteúdos e buscar fomentar o desenvolvimento da capacidade crítica, preparando os alunos para questionarem e refletirem sobre as informações recebidas (Ghedin, 2009; Kohan, 2008).

O impacto da menoridade intelectual na educação é evidente quando se observa práticas pedagógicas tradicionais que favorecem a repetição e a memorização em detrimento da análise crítica. A educação filosófica, conforme

proposta por Kant, tem como objetivo maior a formação de indivíduos que não apenas absorvem conhecimentos, mas que são capazes de analisá-los e questioná-los. Deleuze e Guattari (1992) reforçaram essa ideia ao afirmar que a filosofia deve ser uma prática de criação de conceitos e não de simples reprodução de pensamentos alheios. Isso corrobora com a tese kantiana de que não se aprende filosofia, aprende-se a filosofar (Kant, 1985), uma máxima que destaca a importância de desenvolver nos alunos a capacidade de pensar de forma independente.

Na prática educativa, o conceito kantiano de esclarecimento pode ser trabalhado por meio de metodologias que promovam o debate, a argumentação e o uso público da razão. Severino (2002) destaca que o ensino de filosofia deve propiciar um espaço onde os alunos possam discutir ideias, confrontar opiniões e construir conhecimento coletivamente. Essa abordagem pedagógica não apenas incentiva o uso da razão, mas também desenvolve habilidades sociais e éticas, pois, como Kant aponta, o esclarecimento requer uma sociedade em que a liberdade de expressão e o respeito mútuo sejam efetivamente resguardados (Kant, 1985). Nessa chave, Foucault enfatiza que a crítica iluminista, enquanto atitude, depende de condições históricas e institucionais que não bloqueiem o exercício público da razão (Foucault, 2005). Kohan (2008) argumentou que ensinar filosofia é criar condições para que o aluno se torne um pensador autônomo, capaz de agir no mundo de forma crítica e consciente, uma perspectiva alinhada com a visão kantiana de que o uso da razão deve estar a serviço da emancipação intelectual e moral do indivíduo.

A educação filosófica, conforme propõe Kant, ultrapassa o âmbito escolar e se estende à esfera pública, onde os indivíduos se esclarecem reciprocamente. Essa ideia foi aprofundada por Foucault (2010), que indicou que a prática do esclarecimento deve ser entendida como um processo contínuo de crítica e autotransformação. No ambiente escolar, isso pode ser traduzido em práticas pedagógicas que incentivem os alunos a levar suas reflexões além da sala de aula, promovendo um aprendizado que se conecta com a realidade social e política em que estão inseridos (Freire, 1992; Dalbosco, 2011). Dessa forma, o ensino de filosofia se torna um espaço de liberdade e diálogo, onde os alunos são desafiados a pensar por si mesmos e a agir de maneira ética e responsável (Caygill, 2000).

A relação entre a educação e o esclarecimento, segundo Kant, exige que o professor adote um papel diferente do de um mero transmissor de conhecimento. O professor deve ser um mediador, alguém que guia os alunos no processo de

construção de conhecimento e na prática da reflexão crítica. Como afirmou Severino (2010), o ensino da filosofia deve possibilitar que os estudantes desenvolvam um senso de autonomia e responsabilidade, estimulando-os a se posicionar de forma crítica diante das questões do mundo contemporâneo. Isso requer uma pedagogia que valorize o diálogo e o questionamento, princípios que Freire (1992) também destacou em sua defesa de uma educação dialógica e libertadora. Assim, a saída da menoridade, no contexto educacional, está vinculada à capacidade de criar espaços onde o aluno possa exercer o uso público da razão e desenvolver sua autonomia intelectual.

O pensamento kantiano sobre a menoridade e o esclarecimento ressoa em diversas abordagens contemporâneas da filosofia da educação. Dalbosco (2011) argumentou que o papel da educação é formar sujeitos que sejam capazes de agir de acordo com princípios racionais e éticos, o que implica em uma educação que transcenda a mera transmissão de conhecimento e se concentre no desenvolvimento da autonomia. Freire (1992) complementa essa visão ao afirmar que a educação deve ser um ato de liberdade e não de dominação, promovendo a emancipação dos educandos por meio do diálogo e da reflexão crítica. Dessa forma, é possível compreender que a proposta kantiana de esclarecimento não se limita ao indivíduo, mas se expande para a comunidade, onde o uso público da razão contribui para o progresso coletivo (Kant, 1985; Foucault, 2005).

Ao aplicar o conceito de esclarecimento em sala de aula, é importante considerar as metodologias que incentivem a participação ativa dos alunos. A prática de debates, a análise de textos filosóficos e a realização de projetos interdisciplinares são estratégias que podem promover o desenvolvimento da capacidade crítica e da autonomia intelectual. Segundo Chitolina (2013), o ensino de filosofia deve envolver os alunos em atividades que os desafiem a pensar de forma autônoma e a questionar as ideias estabelecidas, promovendo um ambiente onde a curiosidade e o questionamento são estimulados. Essa prática pedagógica é consistente com a visão de Kant de que a educação deve fomentar o pensamento independente e a coragem de usar a própria razão (Kant, 1985; Dalbosco, 2011).

A aplicação do pensamento kantiano na educação contemporânea enfrenta desafios, como a resistência a mudanças pedagógicas e a falta de formação adequada dos professores. Severino (2010) argumentou que é fundamental capacitar os educadores para que possam atuar como mediadores do conhecimento e

facilitadores do pensamento crítico. A formação contínua dos professores deve incluir uma compreensão aprofundada da filosofia kantiana e de suas implicações para a prática educativa. Freire (1992) destacou que o professor deve ser um sujeito em constante aprendizado, alguém que, ao mesmo tempo em que ensina, também aprende e se transforma. Essa abordagem dialética reflete a ideia kantiana de que o esclarecimento é um processo contínuo, que exige tanto do aluno quanto do professor um compromisso com o uso da razão e com a prática da crítica (Kant, 1985; Foucault, 2005).

Por fim, a análise do texto “Que é o Esclarecimento?” e suas implicações pedagógicas revelam que a filosofia da educação kantiana oferece um modelo de ensino que valoriza a autonomia, a crítica e o desenvolvimento integral do indivíduo. A proposta de Kant de que o esclarecimento é um processo de saída da menoridade destaca a importância de uma educação que prepare os alunos para serem pensadores autônomos e cidadãos conscientes, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e racional. A integração dessa visão ao currículo de filosofia no ensino médio pode promover uma educação que não apenas informa, mas transforma, incentivando os alunos a se tornarem agentes ativos de seu próprio processo de aprendizado e da vida em comunidade (Kant 1985; Dalbosco, 2011; Freire, 1992).

1.2. A CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA IMPLÍCITA NO ENSAIO “RESPOSTA À PERGUNTA: O QUE É ESCLARECIMENTO? ”

A concepção pedagógica implícita no texto "Resposta à Pergunta: O que é o Esclarecimento?" de Kant revela uma abordagem que enfatiza a autonomia intelectual e a emancipação do indivíduo. Dentro deste enfoque, observa-se que “O homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação” (Kant, 1999, p. 15). Kant definiu o esclarecimento como a saída da menoridade, uma condição em que a pessoa é incapaz de fazer uso da própria razão sem a tutela de outro. A menoridade não decorre da falta de entendimento, mas da ausência de coragem para utilizar a razão de forma independente (Kant, 1985).

Essa definição fundamenta uma proposta pedagógica que busca fomentar nos educandos a capacidade de pensar criticamente e de questionar a autoridade. Esse

conceito de autonomia é essencial para compreender os métodos pedagógicos atuais que valorizam a participação ativa do aluno no processo de aprendizado, conforme destacam Severino (2010) e Freire (1992). O método educacional proposto por Kant contrasta com abordagens mais tradicionais e instrutivas, que muitas vezes limitam a capacidade de reflexão crítica dos estudantes e os mantêm em um estado de menoridade intelectual (Kohan, 2008).

A pedagogia kantiana, ao defender o uso público da razão e o desenvolvimento da autonomia, encontra ressonância nos métodos contemporâneos que promovem uma educação participativa e crítica. Freire (1992) enfatizou a importância de uma educação libertadora, em que o aluno não seja um receptáculo passivo, mas um sujeito ativo que contribui para o próprio aprendizado por meio do diálogo e da reflexão. Essa perspectiva dialoga diretamente com a proposta de Kant, que afirmou que o esclarecimento é um processo coletivo e contínuo, onde a educação tem um papel central na formação de cidadãos capazes de exercer a razão de maneira independente e crítica (Kant, 1985). Dalbosco (2011) reforçou essa visão ao afirmar que a educação deve preparar o indivíduo para agir de acordo com princípios racionais, promovendo a capacidade de juízo autônomo. Nesse sentido, a pedagogia kantiana sugere um método educativo que transcende a simples instrução e busca formar sujeitos críticos e responsáveis.

Rousseau, contemporâneo de Kant, também contribuiu para o debate sobre a educação com sua obra "Emílio, ou Da Educação", onde defendeu uma pedagogia centrada no desenvolvimento natural do indivíduo e na liberdade de pensamento (Rousseau, 2012). A comparação entre as concepções de Kant e Rousseau revela tanto convergências quanto divergências. Enquanto Rousseau enfatizou uma educação que respeita os estágios naturais de desenvolvimento e propõe um aprendizado mais intuitivo e espontâneo, Kant destacou a importância do rigor e da disciplina para o uso pleno da razão (Kant, 1985). Nessa perspectiva, "A disciplina [...] impede o homem de desviar-se [...] da humanidade" (Kant, 1999, p. 12). Segundo Severino (2002), a pedagogia de Rousseau valoriza a experiência direta e o aprendizado por meio da interação com o mundo, enquanto a abordagem kantiana foca no desenvolvimento da autonomia intelectual e no fortalecimento da capacidade de crítica, aspectos que são fundamentais para a formação do cidadão esclarecido. Apesar das diferenças, ambas as abordagens concordam que a educação deve

promover a emancipação e a liberdade do indivíduo, princípios que estão na base dos métodos pedagógicos modernos.

A aplicação da concepção pedagógica kantiana em contextos educacionais contemporâneos implica na adoção de práticas que incentivem o pensamento crítico e o diálogo. Foucault (2010) argumentou que o processo de esclarecimento, conforme descrito por Kant, não se limita a uma época histórica, mas é uma atitude constante de questionamento e crítica. Essa perspectiva é particularmente relevante para a prática pedagógica atual, onde se busca desenvolver nos alunos a capacidade de questionar o conhecimento estabelecido e construir novas formas de entender o mundo (Ghedin, 2009). Kohan (2008) afirmou que ensinar filosofia é ensinar a pensar e a questionar, criando um espaço em que o aluno possa exercer o uso público da razão e interagir criticamente com diferentes perspectivas. Essa abordagem está em sintonia com a concepção de Kant de que a educação deve ir além da mera transmissão de conhecimento e se concentrar na formação de indivíduos que sejam capazes de pensar por si mesmos e de contribuir para o debate público de forma consciente e responsável (Kant, 1985; Dalbosco, 2011).

A prática pedagógica inspirada na concepção kantiana exige que o professor assuma o papel de mediador e facilitador do aprendizado. Severino (2010) destacou que a mediação pedagógica deve proporcionar aos alunos a oportunidade de refletir e de desenvolver um senso crítico, permitindo-lhes superar a condição de minoridade. Essa perspectiva encontra apoio em Freire (1992), que defendeu uma pedagogia baseada no diálogo, na qual o professor e os alunos aprendem juntos em um processo de troca e construção mútua do conhecimento. Essa prática pedagógica busca formar cidadãos críticos e conscientes, capazes de aplicar os princípios da razão em sua vida cotidiana e de participar de forma ativa e reflexiva na sociedade (Kant, 1985; Foucault, 2005). Dessa forma, a pedagogia kantiana e a proposta de Freire convergem na ideia de que a educação deve ser um meio para a emancipação do indivíduo, promovendo o esclarecimento por meio da prática da reflexão crítica e do diálogo.

A educação, conforme idealizada por Kant, visa preparar o indivíduo para o uso autônomo da razão, uma ideia que encontra eco em métodos pedagógicos contemporâneos que valorizam a aprendizagem ativa e a participação dos alunos no processo de ensino. Deleuze e Guattari (1992) afirmaram que a filosofia é uma prática de criação de conceitos, e esse entendimento pode ser aplicado à pedagogia

kantiana, onde o aluno é incentivado a ser um criador e não apenas um receptor de ideias. Essa prática educativa, que visa desenvolver a capacidade de análise e de crítica, é fundamental para promover a autonomia intelectual e a formação de sujeitos capazes de questionar e transformar a realidade em que vivem (Kohan, 2008; Freire, 1992). A implementação dessa concepção pedagógica no ensino de filosofia no nível médio contribui para a formação de alunos que não apenas compreendem o pensamento filosófico, mas que são capazes de aplicá-lo de forma crítica em suas vidas (Dalbosco, 2011).

Os desafios para a aplicação da pedagogia kantiana nos contextos educacionais atuais são muitos, especialmente em sistemas de ensino que ainda privilegiam a memorização e a repetição de conteúdos. Severino (2002) argumentou que a superação desses desafios passa pela formação de professores que estejam preparados para atuar como mediadores e não apenas como transmissores de conhecimento. Para isso, é necessário um investimento na formação contínua dos educadores, que deve incluir uma compreensão profunda dos fundamentos filosóficos e pedagógicos que sustentam a prática educativa (Freire, 1992). Kohan (2008) destacou que o professor de filosofia deve ser alguém que, ao ensinar, também aprende e se reinventa, promovendo um ambiente de aprendizado mútuo e de reflexão coletiva. Essa abordagem é consistente com a proposta de Kant, que via o esclarecimento como um processo que envolve tanto o educador quanto o educando em um esforço conjunto para alcançar a autonomia intelectual (Kant, 1985; Foucault, 2010).

A comparação entre os métodos pedagógicos kantianos e os de outros filósofos, como Rousseau, revela que a busca pela emancipação e pelo desenvolvimento da autonomia é um objetivo comum, embora as abordagens variem. Rousseau (2012) propôs uma educação que respeite o desenvolvimento natural da criança e que seja guiada pela experiência, enquanto Kant enfatizou a importância da disciplina e do uso crítico da razão. Essa diferença de abordagem reflete diferentes visões sobre o papel da educação na formação do indivíduo, mas ambas contribuem para o entendimento de que o objetivo final da educação deve ser a formação de cidadãos livres e autônomos (Severino, 2010; Dalbosco, 2011). Foucault (2005) reforçou essa ideia ao afirmar que o esclarecimento é um processo histórico e social que requer a participação ativa de todos os envolvidos, um conceito que se aplica à

prática pedagógica quando se busca criar um ambiente de aprendizado que valorize o pensamento crítico e a troca de ideias.

A análise da concepção pedagógica implícita no esclarecimento kantiano revela que a educação deve ser um processo que prepara o indivíduo para pensar de forma independente e atuar de maneira ética e consciente na sociedade. Esse entendimento é fundamental para os métodos pedagógicos contemporâneos, que buscam promover a autonomia e a capacidade crítica dos alunos por meio de práticas que incentivem a participação e o diálogo (Freire, 1992; Ghedin, 2009). Kohan (2008) afirmou que ensinar filosofia é ensinar a questionar e a refletir, uma prática que deve ser central no ensino médio para formar cidadãos capazes de exercer a razão de forma autônoma e de contribuir para a sociedade de maneira consciente e responsável. Essa prática educativa, conforme proposta por Kant, não apenas promove o desenvolvimento intelectual, mas também o moral, preparando os indivíduos para agir de acordo com princípios racionais e éticos (Kant, 1985; Dalbosco, 2011).

A implementação da pedagogia kantiana no contexto educacional moderno requer uma abordagem que valorize a autonomia e a crítica, mas também que reconheça os desafios impostos por sistemas de ensino que ainda favorecem a memorização e a passividade. Severino (2010) argumentou que a formação de professores deve ser um aspecto central na implementação dessa proposta pedagógica, pois são os educadores que têm a tarefa de criar um ambiente de aprendizado que valorize o uso público da razão e a prática da reflexão crítica. Freire (1992) complementou essa visão ao destacar que a educação deve ser um ato de liberdade, onde tanto o professor quanto o aluno se engajam em um processo de aprendizado mútuo e de transformação. Essa abordagem, que busca promover o esclarecimento e a autonomia, está em sintonia com a proposta de Kant, que via a educação como um meio para alcançar a maioridade intelectual e moral (Kant, 1985; Foucault, 2010).

Dessa forma, a concepção pedagógica implícita no esclarecimento kantiano oferece uma base sólida para repensar os métodos pedagógicos contemporâneos. A ênfase na autonomia, no uso público da razão e no desenvolvimento da capacidade crítica reflete a necessidade de uma educação que vá além da instrução e que prepare os indivíduos para serem agentes ativos de seu próprio aprendizado e da vida em sociedade. Essa proposta educativa, que encontra respaldo em autores como Freire, Severino, Dalbosco e Kohan, destaca a importância de uma prática pedagógica que

valorize o diálogo, a participação e o pensamento crítico, preparando os alunos para exercerem sua cidadania de forma plena e consciente (Kant, 1985; Freire, 1992; Dalbosco, 2011; Severino, 2010).

1.3. A CONCEPÇÃO DE FILOSOFIA IMPLÍCITA NO TEXTO

A concepção de filosofia implícita no texto “Resposta à Pergunta: O que é o Esclarecimento?” de Kant enfatiza a prática da filosofia como um exercício de crítica e autonomia. Kant propôs que o esclarecimento representa a saída da menoridade, que é a incapacidade de fazer uso da própria razão sem a orientação de outrem. Essa menoridade não é causada por falta de entendimento, mas pela falta de coragem para pensar por si mesmo, sintetizada na expressão “Sapere aude!” — ousar saber (Kant, 1985). Essa concepção de filosofia reflete um ideal educativo que visa não apenas a transmissão de conteúdos, mas o desenvolvimento da capacidade crítica e autônoma dos alunos. Esse aspecto é corroborado por Severino (2010), que afirma que a filosofia, enquanto prática educativa, deve promover a emancipação intelectual dos estudantes, preparando-os para o uso consciente da razão em diferentes contextos. Foucault (2010), ao retomar e analisar o conceito de esclarecimento kantiano, sublinha que a filosofia é um exercício contínuo de crítica, uma atitude frente ao mundo que implica questionar as verdades estabelecidas e desafiar as estruturas de poder que perpetuam a menoridade.

No contexto da educação contemporânea, a concepção kantiana de filosofia como prática de crítica e autonomia desafia métodos pedagógicos tradicionais, que muitas vezes priorizam a memorização e a reprodução de informações. Freire (1992) defende que a educação deve ser um ato de liberdade, onde o aluno é visto como sujeito ativo e participante no processo de aprendizado, em diálogo constante com o professor. Essa abordagem dialoga com a proposta kantiana de que a filosofia deve ensinar a pensar, e não apenas transmitir conhecimentos prontos (Kant, 1985). Nesse sentido, a pedagogia deve se estruturar de forma a incentivar a análise crítica, o debate e a autonomia intelectual dos estudantes, aspectos que também são destacados por Deleuze e Guattari (1992), para quem a filosofia se caracteriza pela criação de conceitos e pela capacidade de problematizar as verdades instituídas. Kohan (2008) acrescenta que o ensino da filosofia deve ser uma prática que estimule a dúvida, a curiosidade e a capacidade de formular novas perguntas, mais do que oferecer respostas definitivas.

As atividades práticas propostas para estimular o pensamento crítico e autônomo nos alunos devem incluir metodologias ativas que permitam aos estudantes se envolverem diretamente com questões filosóficas. Chitolina (2013) argumenta que a análise e a interpretação de textos filosóficos são fundamentais para o desenvolvimento do pensamento crítico, pois desafiam os alunos a questionarem as ideias apresentadas e a construírem suas próprias perspectivas. Severino (2010) complementa essa visão ao destacar a importância de práticas pedagógicas que promovam a leitura crítica, a discussão em grupo e a produção de textos reflexivos, que permitam aos alunos exercitar o uso público da razão. Essas atividades pedagógicas são congruentes com a proposta kantiana de que o esclarecimento é um processo que requer a participação ativa e crítica dos indivíduos, não se limitando a uma mera absorção passiva de conhecimento (Kant, 1985; Freire, 1992).

No entanto, a aplicação dessa concepção de filosofia no ensino médio enfrenta desafios significativos, que incluem a formação dos professores, a estrutura do currículo e a resistência a metodologias que exigem maior envolvimento crítico por parte dos alunos. Severino (2010) enfatiza que a mediação filosófica exige do docente domínio de procedimentos de leitura, interpretação e problematização dos textos, de modo a sustentar o debate e a construção do juízo crítico pelos estudantes. Segundo Freire (1992), o professor deve ser um mediador do conhecimento, alguém que instigue o aluno a questionar e a refletir, e não apenas um transmissor de conteúdos prontos. Esse papel ativo do educador é essencial para a prática educativa kantiana, que vê no uso da razão um instrumento de emancipação (Kant, 1985). Dalbosco (2011) observa que, para implementar uma educação que valorize a autonomia, é necessário repensar o papel da escola como um espaço de liberdade intelectual e de estímulo ao uso público da razão, um espaço onde o aluno possa desenvolver sua capacidade de análise crítica e de argumentação.

A proposta de atividades práticas para o ensino médio, inspiradas na concepção kantiana de filosofia, deve incluir a realização de debates filosóficos, análise de dilemas éticos contemporâneos e projetos interdisciplinares que incentivem os alunos a aplicar os conceitos filosóficos em situações do cotidiano. Severino (2010) propõe que o ensino de filosofia incorpore atividades que desafiem os alunos a interpretar textos de Kant e de outros filósofos, relacionando-os com problemas atuais e desenvolvendo sua capacidade de juízo crítico. Foucault (2005), ao discutir o papel do esclarecimento na modernidade, sugere que a educação deve possibilitar aos

alunos a experiência de pensar por si mesmos e de questionar as normas e os discursos que os cercam, promovendo assim uma atitude filosófica que vai além da sala de aula e permeia suas vidas.

O desafio de implementar essa abordagem no ensino médio também passa pela estrutura do currículo e pela resistência a mudanças nas práticas pedagógicas. Severino (2010) aponta que os currículos muitas vezes são desenhados para privilegiar a transmissão de conteúdos de forma linear e acrítica, limitando as oportunidades de desenvolvimento do pensamento reflexivo e autônomo. Kohan (2008) argumenta que uma educação verdadeiramente filosófica deve romper com essas limitações e promover um ensino que instigue a curiosidade e a capacidade de questionar, aspectos que são fundamentais para a prática do esclarecimento conforme descrita por Kant (1985). Freire (1992) destaca que uma educação dialógica e participativa é uma forma de resistir à opressão e de promover a liberdade, um princípio que está em consonância com a proposta kantiana de saída da menoridade.

A concepção de filosofia como prática de crítica e autonomia tem implicações profundas para o ensino médio. Deleuze e Guattari (1992) argumentam que a filosofia deve ser vista como uma prática criativa, que desafia os alunos a pensar de maneira inovadora e a criar novos conceitos. Essa perspectiva é alinhada com a proposta de Kant, que defendeu que a filosofia não deve ser ensinada como um corpo de conhecimento fechado, mas como um processo de investigação contínua e de questionamento (Kant, 1985). Severino (2010) enfatiza que o ensino de filosofia deve estimular os alunos a desenvolverem sua capacidade de crítica e de análise, permitindo-lhes aplicar essas habilidades em contextos diversos, tanto acadêmicos quanto sociais.

A prática de atividades que promovam o pensamento crítico e autônomo pode incluir a utilização de textos filosóficos originais e a promoção de discussões em sala de aula sobre questões contemporâneas que exijam uma análise ética e reflexiva. Segundo Chitolina (2013), a leitura de textos filosóficos e a discussão coletiva são ferramentas eficazes para estimular a capacidade de reflexão crítica dos alunos, preparando-os para exercer o uso público da razão e participar ativamente de debates em sociedade. Essa prática está de acordo com a visão de Freire (1992), que propôs uma pedagogia baseada no diálogo e na troca de experiências, onde o aprendizado se dá de forma mútua e colaborativa.

Severino (2010) observa que a implementação de práticas pedagógicas que incentivem a autonomia e a crítica requer um planejamento cuidadoso e uma formação continuada dos professores, que precisam estar preparados para lidar com as demandas de uma educação que promove o esclarecimento e o uso autônomo da razão (Kant, 1985). Dalbosco (2011) acrescenta que a formação dos educadores deve incluir um entendimento aprofundado da filosofia kantiana e de suas implicações pedagógicas, de modo que possam atuar como facilitadores do pensamento crítico e da emancipação intelectual dos alunos.

A concepção kantiana de filosofia como prática de crítica e autonomia é, portanto, uma base sólida para repensar o ensino de filosofia no nível médio. A ênfase na autonomia e no uso público da razão, conforme proposto por Kant (1985), reflete a necessidade de uma educação que prepare os alunos para serem cidadãos críticos e participativos. Essa proposta educativa, apoiada por autores como Severino (2010), Freire (1992) e Dalbosco (2011), busca romper com práticas pedagógicas tradicionais e promover um ensino que valorize a análise crítica, o diálogo e a capacidade de questionar. Kohan (2008) reforça a importância de ensinar filosofia como uma prática que desenvolve a autonomia intelectual e o juízo crítico, preparando os alunos para agir de forma consciente e responsável em sociedade.

A aplicação dessa concepção no ensino médio requer uma mudança de paradigma, onde o papel do professor é redefinido de transmissor de conhecimento para facilitador e mediador do aprendizado. Freire (1992) destaca que a educação deve ser um processo de libertação, onde o aluno é incentivado a questionar e a refletir de forma autônoma. Essa perspectiva é alinhada com a proposta kantiana de esclarecimento, que vê o uso da razão como um caminho para a emancipação intelectual e moral (Kant, 1985). A implementação de atividades práticas, como debates, análise de dilemas éticos e leitura crítica de textos filosóficos, pode contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico e autônomo, preparando os alunos para participar ativamente da vida em sociedade e para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo de forma ética e reflexiva (Severino, 2010; Chitolina, 2013).

Dessa forma, a concepção de filosofia implícita no texto “Resposta à Pergunta: O que é o Esclarecimento?” oferece uma base rica e profunda para a prática pedagógica no ensino médio. O desenvolvimento de atividades que incentivem a crítica e a autonomia, conforme sugerido por Kant (1985), Freire (1992) e outros autores contemporâneos, promove uma educação que prepara os alunos para serem

não apenas receptores de conhecimento, mas pensadores autônomos e agentes transformadores da sociedade. Essa abordagem educativa, ao enfatizar a prática do pensamento crítico e o uso público da razão, contribui para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e democrática (Kant, 1985; Foucault, 2010; Dalbosco, 2011).

CAPÍTULO 2. COMO KANT PENSAVA A EDUCAÇÃO

O pensamento de Kant acerca da educação ocupa um espaço significativo em sua obra e reflete a importância de uma formação integral que transcenda a mera instrução e vise ao desenvolvimento pleno do ser humano. Este capítulo busca explorar a intersecção entre a pedagogia e a antropologia no pensamento kantiano, destacando como essas duas áreas se complementam e oferecem uma base sólida para a construção de práticas educativas que promovam tanto o desenvolvimento moral quanto o intelectual. Partindo das premissas de que a educação não é apenas um meio de transmissão de conhecimento, mas uma ferramenta para a formação de cidadãos autônomos e racionais, o capítulo traçará um panorama detalhado da relevância do pensamento antropológico de Kant e suas implicações pedagógicas. Com isso, será possível entender como os princípios kantianos podem ser aplicados ao ensino contemporâneo, gerando práticas que respeitem a natureza humana e promovam uma educação voltada para a emancipação do indivíduo.

A busca de Kant por um fundamento antropológico para a educação revela uma compreensão profunda das capacidades e limitações inatas do homem. Em suas obras, como *Sobre a Pedagogia* e em trechos de sua *Antropologia do Ponto de Vista Pragmático*, Kant argumenta que o ser humano é dotado de disposições naturais que precisam ser moldadas e aprimoradas por meio da educação. Esta perspectiva antropológica sustenta que a educação deve ser um processo contínuo de desenvolvimento que leva o indivíduo de um estado de potencialidade à realização de sua capacidade racional e moral. A relevância dessa abordagem está em como ela oferece uma visão integrada do desenvolvimento humano, que une aspectos cognitivos, éticos e sociais em uma estrutura pedagógica coerente. Ao longo desta seção, discutiremos como essa base antropológica molda o entendimento de Kant sobre a pedagogia e como isso pode ser traduzido para o contexto educacional moderno.

A ideia de que a educação deve considerar as disposições originárias do homem é central para compreender a proposta kantiana de formação humana. Para Kant, essas disposições inatas incluem tanto potencialidades quanto limitações, que precisam ser reconhecidas e trabalhadas no processo educativo. Este reconhecimento é essencial para o desenvolvimento moral e intelectual, pois permite que a pedagogia se adapte às necessidades e capacidades dos alunos. Analisando

as capacidades inatas e as limitações do ser humano, é possível perceber que Kant atribui à educação um papel transformador, capaz de lapidar as características naturais e direcioná-las para o bem moral e a racionalidade. Essa abordagem se conecta diretamente com as teorias modernas de desenvolvimento humano e educação, que também reconhecem a importância de um processo educativo que leve em consideração as características próprias de cada indivíduo. Ao abordar as disposições originárias do homem, esta seção do capítulo oferecerá uma análise detalhada de como esses conceitos influenciam a prática educativa e como podem ser integrados em métodos pedagógicos que valorizem o desenvolvimento pleno dos estudantes. Para Kant, “a educação é o maior e mais difícil problema que pode ser dado ao homem” (Kant, 1999, p. 20).

A conexão entre pedagogia e antropologia no pensamento de Kant é outra questão central que será explorada neste capítulo. Enquanto a pedagogia diz respeito às práticas e métodos de ensino, a antropologia kantiana fornece a base teórica para entender as necessidades e capacidades humanas que essas práticas devem atender. Kant vê a educação como um processo que não apenas ensina conteúdos, mas que forma o ser humano em sua totalidade, considerando sua natureza e suas potencialidades. A interseção entre essas duas áreas permite uma educação que é ao mesmo tempo teórica e prática, orientada pela compreensão de que o homem é tanto um ser de razão quanto de experiência. Propor aulas que explorem essa interconexão entre pedagogia e antropologia não só facilita uma compreensão mais profunda por parte dos alunos, mas também promove práticas educacionais que valorizam o desenvolvimento integral. Para ilustrar essa abordagem, serão apresentados estudos de caso que demonstram como essa teoria pode ser aplicada em diferentes currículos educacionais, oferecendo insights sobre as melhores práticas pedagógicas baseadas em Kant.

A abordagem kantiana propõe que a educação seja um meio de preparar os indivíduos para a autonomia, uma ideia que ressoa profundamente com a proposta de ensinar a pensar de maneira crítica e independente. A pedagogia, sob a perspectiva de Kant, não se limita ao ensino de conteúdos, mas envolve a formação do caráter e a capacidade de julgamento moral. Essa formação integral só é possível quando a pedagogia se fundamenta em uma compreensão antropológica da natureza humana, que respeita as limitações e as potencialidades do ser humano. A interconexão entre pedagogia e antropologia, portanto, proporciona um terreno fértil para o

desenvolvimento de práticas educativas que promovam a autonomia, a liberdade de pensamento e a responsabilidade moral. Serão discutidas propostas de aulas e metodologias que exemplifiquem como essa integração pode ser feita de forma prática e eficaz, preparando os alunos para serem agentes racionais e éticos na sociedade.

A relevância do pensamento de Kant para a educação não se limita ao contexto de sua época, mas tem implicações significativas para as práticas pedagógicas contemporâneas. Seu entendimento de que a educação deve considerar a natureza humana em sua totalidade, combinando aspectos cognitivos, morais e sociais, oferece um modelo educativo que ainda é aplicável hoje. A pedagogia kantiana, ao enfatizar a importância da razão e da moralidade, propõe uma formação que visa não apenas à aquisição de conhecimentos, mas ao desenvolvimento da capacidade crítica e da autonomia intelectual. Neste capítulo, será destacada a importância de adaptar os princípios kantianos a diferentes contextos educacionais, mostrando como a compreensão da antropologia e da pedagogia pode enriquecer as práticas de ensino e promover uma educação mais completa e significativa.

A análise de textos complementares que exploram a visão antropológica de Kant enriquecerá a discussão, permitindo uma compreensão mais ampla de como suas ideias foram interpretadas e aplicadas por outros pensadores e educadores ao longo do tempo. Obras como *Kant & Educação*, de Cláudio Dalbosco, e estudos de Alexis Philonenko sobre as reflexões educacionais kantianas, oferecem uma visão detalhada das implicações pedagógicas das ideias de Kant. A partir dessas leituras, será possível aprofundar a análise de como a filosofia kantiana se conecta com práticas pedagógicas que buscam a formação integral do indivíduo. Além disso, as contribuições contemporâneas sobre o ensino da filosofia no Brasil, como apresentadas por autores como Ghedin e Gelamo, ajudam a contextualizar a aplicação dos conceitos kantianos no cenário educacional atual, destacando os desafios e as potencialidades dessa abordagem.

Por fim, este capítulo visa não apenas explorar as concepções de Kant sobre educação, mas também apresentar uma análise crítica de como essas ideias podem ser implementadas na prática pedagógica. Serão abordadas as metodologias que favorecem o desenvolvimento moral e intelectual dos alunos, alinhadas com os princípios kantianos, e discutidos os desafios de aplicar essas ideias em contextos educacionais diversos. A relevância de Kant para a educação contemporânea reside em sua capacidade de oferecer um modelo que promove a formação integral do ser

humano, algo que continua sendo uma meta central nas propostas pedagógicas atuais. Com isso, este capítulo busca contribuir para uma compreensão mais profunda da importância da antropologia e da pedagogia no pensamento kantiano e suas implicações práticas para o ensino moderno.

2.1. A BUSCA DE UM FUNDAMENTO ANTROPOLÓGICO PARA A EDUCAÇÃO

A busca por um fundamento antropológico para a educação, conforme desenvolvida por Kant, apresenta-se como um dos pilares fundamentais para compreender as bases pedagógicas que sustentam a formação do ser humano enquanto ser racional e moral. Essa compreensão antropológica se revela não apenas como uma análise da natureza humana, mas como uma proposta prática que visa a educação enquanto meio de conduzir o homem à sua plena realização.

Kant inicia sua obra *Sobre a pedagogia* com uma frase em que distingue o homem de todos os seres vivos: “O homem é a única criatura que precisa ser educada” (Kant, 1999, p. 11; Ak IX: 441). Segundo ele, ao contrário dos outros animais que recebem da natureza tudo aquilo de que precisam para sobreviver e se desenvolver dentro de sua espécie, bastando seguir seus instintos, o ser humano, desprovido de uma orientação instintiva completa como essa, nasce como uma “possibilidade bruta” e precisa aprender a agir, a pensar e a viver em sociedade. Isso significa que Kant vê a educação como o processo de “humanização”, o que envolve uma multiplicidade de aspectos que veremos logo mais.

Em uma passagem mais adiante, Kant acrescenta: “O homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz” (Kant, 1999, p. 15; Ak IX: 443). O filhote de homem só é humano potencialmente. A educação é o agente que transforma o humano potencial em realidade.

Essas passagens mostram claramente que a filosofia da educação de Kant está fundamentada em uma concepção da natureza humana. Mas, precisamos acrescentar, trata-se de uma concepção bem singular. Segundo ele, a natureza do homem não consiste naquilo que a natureza dá ao homem, mas naquilo que o homem faz com o que a natureza lhe dá. Nesse sentido, Kant retifica a célebre definição de homem como “animal racional”. Usando a distinção aristotélica entre potência e ato, na *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, Kant (2006, Ak VII: 321-322) argumenta que o homem vem ao mundo tão somente como um “*animal rationabile*”,

isto é, com a *capacidade* de se tornar racional, entendendo que essa capacidade existe apenas em potência, não em ato. É a educação que permite a passagem da potência ao ato, ou seja, a educação é o processo que transforma o *animal rationabile* em *animal rationale*.

Na *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, Kant analisa essa capacidade potencial, distinguindo nela algumas disposições que precisam ser desenvolvidas para que o homem se torne efetivamente racional. Entretanto o simples fato de elas existirem no homem já o diferencia de todos outros animais. São elas a disposição técnica, a disposição pragmática e a disposição para a moralidade:

[...] o ser humano é notoriamente diferente de todos os demais seres naturais por sua disposição *técnica* (mecânica, vinculada à consciência) para o manejo das coisas; por sua disposição *pragmática* (de utilizar habilmente outros homens em prol de suas intenções) e pela disposição *moral* em seu ser (de agir consigo mesmo e com os demais segundo o princípio da liberdade sob leis), e por si só cada um desses três níveis já pode diferenciar caracteristicamente o ser humano dos demais habitantes da terra (Kant, 2006, p. 216; Ak VII: 322).

É preciso notar que essas não são as únicas disposições que Kant aponta nos seres humanos. Nessa passagem da *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, ele menciona apenas aquelas disposições que diferenciam os homens dos animais. Porém, em **A Religião nos Limites da Simples Razão**, Kant (2008, p. 32; Ak VI 27) menciona uma quarta disposição, essa comum a todos os animais:

A disposição para a *animalidade* no homem pode pôr-se sob o título geral de amor a si mesmo físico e simplesmente *mecânico*, i.e., de um amor a si mesmo para o qual não se requer a razão. É tríplice: *primeiro*, em vista da conservação de si próprio; *em segundo lugar*, em ordem à propagação da sua espécie por meio do impulso ao sexo e à conservação do que é gerado pela mescla com o mesmo; *em terceiro lugar*, em vista da comunidade com outros homens, i.e., o impulso à sociedade. — Em tal disposição podem enxertar-se vícios de todo o tipo (os quais, porém, não brotam por si mesmos daquela disposição como raiz). Podem chamar-se vícios da *brutalidade* da natureza e denominam-se, no seu mais intenso desvio do fim natural, *vícios bestiais*: os vícios da *gula*, da *luxúria* e da *selvagem ausência de lei* (na relação a outros homens).

É importante destacar aqui que, embora Kant seja considerado um filósofo idealista, ele tem uma concepção muito distante daquela do idealismo cartesiano. Para Descartes, o ser humano é composto por duas substâncias distintas e

separadas: a alma que é imaterial e pensante (*res cogitans*), e o corpo, que é material e extenso (*res extensa*) e o aproximaria dos outros animais. Porém, para o filósofo francês, a essência do homem reside no pensamento, na sua capacidade de ser uma substância pensante, ou *res cogitans*. Dizendo de outro modo, para Descartes, o homem é essencialmente um ser racional, sendo sua dimensão animal puramente acessória. Diferentemente, para Kant, a animalidade é algo dado nos homens, enquanto as disposições racionais precisam ser desenvolvidas. Dito de outro modo, a disposição para a animalidade é o ponto de partida, a racionalidade é algo a ser conquistado, podendo não o ser.

O primeiro problema da educação é como lidar com essa disposição para a animalidade. Para Kant, ela é a base natural do ser humano, mas não o seu destino final, que é racional. O ser humano tem uma propensão natural a ceder passivamente a seus impulsos animais, o que constitui uma dificuldade para alcançar esse destino final.

É em relação à disposição para a animalidade que se coloca, para Kant, a questão da “disciplina”. Segundo ele, é a disciplina que inicia a transformação da animalidade em humanidade. “A selvageria consiste na independência de qualquer lei. A disciplina submete o homem às leis da humanidade e começa a fazê-lo sentir a força das próprias leis” (Kant, 1999, p. 13; AA IX: 442). É através dela que o homem começa a se desviar de suas inclinações puramente animais e a se submeter às leis da humanidade. Porém, a disciplina não elimina as inclinações animais, apenas impede que o homem seja dominado por elas. Ela age como um freio, um poder de coerção (inicialmente externo, depois interno, como autodisciplina) que submete a vontade às regras da razão.

A disciplina não se confunde com a moralidade, pois esta se baseia em motivos internos e autônomos, enquanto aquela limita-se a uma conformidade externa com leis e regras. Mas a disciplina constitui uma condição necessária, embora não suficiente, para estabelecer a verdadeira moralidade. Ao impor restrições e habituar o indivíduo a agir de acordo com regras, a disciplina é um passo importante para o desenvolvimento futuro da moralidade e da autonomia. Sem disciplina, o ser humano permaneceria em um estado de animalidade, incapaz de dar a si mesmo as leis da razão (imperativo categórico) e, assim, incapaz de ser um agente moral autônomo.

Passemos agora as disposições exclusivamente humanas, a disposição técnica, a pragmática e a moral.

Mas, antes de abordar cada uma delas, é importante chamar a atenção para três pontos acerca do desenvolvimento delas. Em primeiro lugar, elas precisam ser desenvolvidas tanto no indivíduo quanto na espécie humana, e esse desenvolvimento é um tópico importante da filosofia da história de Kant.

Em segundo lugar, apenas no plano da espécie essas disposições podem alcançar seu pleno desenvolvimento, ao longo de sua história e através de um processo teleológico, isto é, orientado para uma finalidade. O indivíduo, devido à brevidade de sua vida, não tem tempo suficiente para desenvolver plenamente todas as suas capacidades e disposições inatas

Em terceiro lugar, o desenvolvimento dessas disposições tem como motor um conflito que Kant denomina “sociabilidade insociável”, que consiste numa tensão dialética entre, por um lado, a propensão humana para a sociabilidade (viver em comunidade) e, por outro, uma resistência constante a essa vida em comum, motivada por inclinações egoístas como a ambição e o desejo de dominar.

Considerando a disposição técnica, não se pode deixar de notar que, ao abordá-la, Kant distancia-se não só de qualquer concepção meramente naturalista do homem, como também de qualquer concepção que o vê de forma meramente passiva ou contemplativa diante da natureza. Diferente dos animais, que interagem com a natureza de modo instintivo e adaptativo, o homem tem a capacidade de moldar a natureza por meio de um propósito, utilizando a liberdade para agir não só por necessidade. A disposição técnica refere-se à capacidade do homem de usar os meios disponíveis para atingir quaisquer fins que se queira propor. Isso já envolve um uso da razão, o uso instrumental. É essa disposição técnica que permite ao homem desenvolver a cultura de habilidades (as técnicas, as artes, as ciências) para dominar a natureza e prover suas necessidades. O desenvolvimento das habilidades técnicas do homem sobre as coisas não é separável do desenvolvimento do conhecimento sobre essas mesmas coisas.

Aqui se insere uma diferença notável no desenvolvimento da disposição técnica no indivíduo e no todo da espécie:

O impulso à ciência, como a uma cultura que enobrece a humanidade, não tem, no todo da espécie, proporção alguma com a duração da vida. Quando o douto avançou na cultura até o ponto de ampliar por si mesmo o campo dela, é ceifado pela morte, seu lugar é ocupado por um discípulo que ainda está aprendendo o bê-a-bá, discípulo que, pouco antes do fim da vida e depois de ter dado igualmente um passo adiante, cede por sua vez o lugar a um outro (Kant, 2006, p 220; Ak VII: 325).

E, apesar de o progresso da espécie nas ciências não ter o limite da duração da vida de um indivíduo, ele é sempre relativo ao momento histórico e “não oferece segurança contra o retrocesso com que sempre o ameaça o irrompimento da barbárie que transtorna os Estados” (Kant, 2006, p 220; Ak VII: 328).

A educação é o processo pelo qual as habilidades e talentos do ser humano são aprimorados. Esse desenvolvimento das habilidades, que a educação proporciona, é um meio importante para que o homem possa sobreviver e interagir com o mundo, mas ele não deve ser visto como um fim último da educação. Kant veria como mutiladora qualquer concepção de educação que priorizasse apenas os aspectos técnicos e profissionais da educação. O indivíduo precisa aprender a usar as habilidades técnicas adquiridas com prudência e civilidade (o que supõe a formação pragmática) e, principalmente, de acordo com os princípios que lhe prescreve sua razão prática (o que supõe a formação moral). Isso nos leva às outras disposições.

O homem não se relaciona apenas com as coisas do mundo, mas também com outros homens na sociedade. Diferente da disposição técnica que trata do manejo das coisas, a disposição pragmática diz respeito ao trato nas relações com outras pessoas. Vimos acima que Kant a define como a capacidade “de utilizar habilmente outros homens em prol de suas intenções”.

Aqui é preciso pontuar algumas coisas. Em primeiro lugar, é um fato óbvio que, na vida em sociedade, os homens precisam uns dos outros, reciprocamente, para atingir o seu bem-estar. Então, essa capacidade de utilizar os outros seres humanos implica também a de ser utilizado por eles.

Em segundo lugar, na disposição pragmática, estão embutidas as habilidades resultantes do desenvolvimento da disposição técnica: um indivíduo usa as habilidades do outro para seus fins, e vice-versa. Por isso, a formação técnica fica subordinada à pragmática.

Em terceiro lugar, apesar de o desenvolvimento da disposição pragmática levar o homem, no trato com os outros, a refrear seu egoísmo e rudeza, tendendo a tornar-se mais polido e destinado a concórdia, esse desenvolvimento não se confunde com o da disposição moral, porque esses desenvolvimentos se referem a domínios diferentes da ação humana: o desenvolvimento da disposição pragmática ensina o indivíduo a ser eficiente e bem-sucedido na busca por objetivos pessoais, enquanto o desenvolvimento da disposição moral ensina-o a ser uma pessoa ética, agindo por dever e respeito aos princípios universais da razão, o que não depende de interesses utilitários.

A moralidade para Kant supõe a dignidade da pessoa humana, que deriva de sua capacidade de ser um agente moral autônomo, não de sua eficiência pragmática. Para Kant, saber usar habilmente outro homem como um meio, o que ocorre no domínio pragmático da razão, não é moral nem necessariamente imoral, mas somente prudencial. Uma ação pode ser prudente, no sentido de ser eficiente para atingir um objetivo, mas, mesmo assim, ser imoral se violar a lei moral.

Kant não despreza a prudência, considera-a mesmo valiosíssima tanto no plano individual (pois está ligada à busca pela felicidade, que é uma inclinação natural, e funciona como um instrumento para essa busca) quanto no plano político (pois permite a escolha dos melhores meios para a paz ou bem-estar de um Estado). Porém ele não a coloca no lugar mais elevado, nem a considera como uma virtude, mas sim como uma habilidade pragmática.

A prudência baseia-se no imperativo hipotético (“se queres ser feliz, age assim”), que é condicional e sempre circunstancial. A moralidade baseia-se no imperativo categórico, que é incondicional e universal e diz o que deve ser feito, independentemente dos desejos do sujeito e das consequências da ação.

Por isso, entende-se porque Kant, assim como subordina a formação técnica à formação pragmática, subordina esta última à formação moral.

O fim último da educação é o desenvolvimento da disposição moral, isto é, dessa potencialidade que todo ser racional possui de discernir entre o certo e o errado por meio da razão e de agir de acordo com o dever que lhe impõe o imperativo categórico.

O primeiro grande obstáculo para o desenvolvimento dessa disposição é que o homem possui também, como vimos, uma disposição para a animalidade, ou seja, ele possui inclinações naturais (sensibilidade, instintos, busca por prazer) que podem desviar sua vontade do caminho moral. Já vimos também que compete à disciplina, no início da educação, impedir que o homem siga apenas seus instintos e habitue-se a obedecer a regras que lhe impõe a humanidade. Desse modo, apesar de sua natureza heteronômica, a disciplina tem um papel fundamental de preparação para o posterior desenvolvimento da disposição moral do homem.

Mas o objetivo final da educação moral é alcançar a autonomia, isto é, é formar indivíduos autônomos, capazes de agir segundo princípios que eles próprios, como seres racionais, reconheceriam como universais, e não por coerção externa ou busca de recompensa.

Na medida que a moralidade já existe potencialmente nos indivíduos, o trabalho do educador moral não consistirá em transmitir regras de conduta, mas em atuar como um mediador estimulando que os educandos reflitam sobre as máximas subjacente às suas ações. Máximas são princípios subjetivos de ação, regras que um indivíduo adota para si mesmo para guiar seu comportamento, e a moralidade de uma ação reside na máxima subjacente a ela, não nas suas consequências ou nos sentimentos do sujeito. O papel do educador é encorajar o educando a refletir criticamente sobre suas próprias máximas de ação e a testá-las à luz do imperativo categórico, levando-o a agir apenas segundo uma máxima que se possa, ao mesmo tempo, querer que se torne uma lei universal.

A relevância da antropologia kantiana para a pedagogia reside na premissa de que a educação deve considerar a natureza do ser humano em sua totalidade. Essa visão é corroborada por Dalbosco (2011), que afirma que o pensamento kantiano contribui para uma educação que ultrapassa a mera transmissão de conhecimentos e promove a formação integral do indivíduo, contemplando tanto sua dimensão racional quanto moral. A educação, sob essa perspectiva, não é apenas um meio de instrução, mas um processo de formação que prepara o homem para exercer sua autonomia e agir de acordo com os princípios da razão prática (Pascal, 1983; Ferry, 2009). Essa abordagem reflete a compreensão de que a pedagogia deve ser informada por uma antropologia que reconheça o potencial humano e suas limitações, permitindo que a

educação seja um processo que conduz o indivíduo ao esclarecimento e à liberdade, conceitos fundamentais na filosofia kantiana (Kant, 1985).

A educação como um meio de desenvolvimento moral e intelectual encontra eco nas ideias apresentadas por Gallo (2012), que defende que a prática pedagógica deve ser orientada por uma compreensão profunda das disposições naturais do ser humano. Essa perspectiva dialoga com a proposta de Severino (2003), que enfatiza a importância de uma metodologia de ensino que considere as capacidades inatas dos alunos, promovendo um processo educativo que seja ao mesmo tempo formativo e transformador. A antropologia kantiana, ao destacar a dualidade entre as predisposições humanas e o potencial para a superação de suas limitações, fundamenta uma pedagogia que busca desenvolver a autonomia e a capacidade crítica do indivíduo (Deleuze; Guattari, 1992; Freire, 1992). Essa autonomia, essencial para a formação de cidadãos críticos e conscientes, é abordada por Foucault (2010), que, ao discutir a noção de governo de si e dos outros, reforça a ideia de que a educação deve capacitar o indivíduo para refletir e agir de maneira ética e responsável.

A análise das capacidades inatas e das limitações do ser humano, conforme discutida por Kant em suas obras, mostra que a educação deve ser um processo que respeite a natureza do educando e promova seu desenvolvimento em conformidade com suas disposições (Kant, 2001). Nesse sentido, Bechara (2011) e Borba (2011) destacam que o ensino deve ser estruturado de forma a valorizar as habilidades individuais, permitindo que cada estudante progrida de acordo com suas capacidades. Essa visão é apoiada por Chitolina (2013), que argumenta que a prática educativa deve ser sensível às diferenças individuais, incentivando o aprendizado por meio de metodologias que integrem o desenvolvimento moral e intelectual. Essa abordagem pedagógica é fortalecida pelo diálogo com os pensamentos de Freire (1992), que enfatiza a importância da educação como prática de liberdade e desenvolvimento do ser crítico.

A interseção entre a pedagogia e a antropologia é essencial para compreender como as práticas educativas podem ser direcionadas para o desenvolvimento pleno do ser humano. Fabbrini (2008) defende que a educação deve ser um processo que, além de ensinar conteúdos, fomente a capacidade de reflexão e análise crítica. Esse argumento encontra respaldo em Severino (2010), que propõe que o ensino da filosofia deve ser voltado para a formação do pensamento autônomo e crítico,

promovendo o esclarecimento, conforme defendido por Kant (1985). As ideias de Foucault (2005), ao abordar a relação entre as luzes e a autonomia, reforçam a necessidade de uma educação que capacite o indivíduo a pensar por si mesmo e a questionar as estruturas que o cercam.

A busca por um fundamento antropológico para a educação, conforme propõe Kant, é um processo que envolve a análise das disposições originárias do homem e a sua capacidade de desenvolvimento. Ghedin (2009) e Gelamo (2010) destacam que a pedagogia deve levar em consideração tanto as limitações quanto as potencialidades dos alunos, promovendo práticas que favoreçam o desenvolvimento de suas capacidades racionais e morais. Essa abordagem é sustentada por Horn (2009), que defende que o ensino deve ser uma prática que prepare os alunos para a vida em sociedade, incentivando a formação de cidadãos conscientes e capazes de atuar de forma ética. A proposta kantiana de educação, portanto, transcende a simples instrução e se apresenta como um meio de promover a emancipação e o esclarecimento (Kant, 2015; Ferry, 2009).

A aplicação das ideias kantianas no contexto educacional moderno exige uma reflexão sobre como a pedagogia pode integrar os princípios da antropologia de forma prática e eficaz. Kohan (2008) e Horn (2002) argumentam que a educação deve ser uma prática que desenvolva não apenas habilidades cognitivas, mas também capacidades críticas e reflexivas. Essa perspectiva é compartilhada por Guimarães (2014), que destaca que a educação filosófica deve ser orientada pela busca do esclarecimento e pela formação de indivíduos capazes de pensar de maneira independente. Nesse sentido, os estudos de Calvino (1993) sobre a importância da leitura e da reflexão crítica na educação mostram como as práticas pedagógicas podem ser direcionadas para a formação de indivíduos autônomos e conscientes de seu papel na sociedade.

A integração entre pedagogia e antropologia, conforme defendida por Kant, oferece um modelo educativo que valoriza a formação integral do indivíduo. Essa abordagem é apoiada por Severino (2016), que argumenta que a prática educativa deve considerar as disposições naturais dos alunos e buscar desenvolver suas capacidades de forma harmoniosa. A proposta kantiana, ao enfatizar a importância da razão e da moralidade, propõe uma educação que não se limita ao ensino de conteúdos, mas que visa formar cidadãos críticos e responsáveis (Kant, 1987). Essa perspectiva é corroborada por Xavier (2015), que destaca que o uso do texto filosófico

nas aulas de filosofia pode ser uma ferramenta eficaz para desenvolver o pensamento crítico e a autonomia dos alunos.

A relevância da antropologia kantiana para a pedagogia contemporânea é evidenciada por autores como Ramos (2007) e Valese (2013), que destacam a importância de uma educação que considere as disposições naturais dos alunos e busque desenvolver suas capacidades racionais e morais. Essa abordagem encontra apoio em Vieira e Horn (2013), que argumentam que o uso de textos filosóficos pode ser uma prática eficaz para promover o pensamento crítico e a formação integral dos alunos. A análise de como a pedagogia pode integrar os princípios da antropologia kantiana permite que a educação seja um processo que valoriza a autonomia e a capacidade de reflexão, preparando os alunos para enfrentar os desafios da vida em sociedade (Cotrim; Fernandes, 2013).

A aplicação dos princípios kantianos na educação contemporânea exige uma reflexão sobre as metodologias de ensino que podem ser utilizadas para promover o desenvolvimento moral e intelectual dos alunos. Cossutta (2001) e Hadot (2014) argumentam que a prática educativa deve ser orientada pela busca da autonomia e do esclarecimento, promovendo uma educação que valorize o pensamento crítico e a capacidade de reflexão. Essa perspectiva é corroborada por Santos (2011), que destaca que a prática educativa deve ser uma ferramenta para o desenvolvimento da autonomia e da capacidade crítica dos alunos. A proposta kantiana de educação, ao enfatizar a importância da razão e da moralidade, oferece um modelo que pode ser adaptado para diferentes contextos educacionais, promovendo uma educação mais completa e significativa (Kant, 1988).

O diálogo entre a antropologia e a pedagogia, conforme proposto por Kant, é essencial para a compreensão de como a educação pode ser um meio de desenvolvimento humano integral. Severino (2002) e Pascal (1983) destacam que a prática educativa deve ser orientada por uma compreensão profunda das disposições naturais dos alunos, promovendo uma educação que valorize tanto o desenvolvimento cognitivo quanto o moral. Essa perspectiva é reforçada por Fabbrini (2008), que argumenta que a educação deve ser um processo que fomente a capacidade de reflexão e análise crítica, preparando os alunos para atuar de forma ética e responsável na sociedade. A aplicação das ideias kantianas na prática educativa pode promover uma formação que valorize a autonomia e a capacidade crítica, contribuindo

para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis (Ghedin, 2009; Freire, 1992).

A interseção entre a antropologia e a pedagogia, conforme discutida por Kant, oferece uma base teórica sólida para a prática educativa contemporânea. Kohan (2008) e Guèroult (2015) argumentam que a educação deve ser uma prática que promova a autonomia e a capacidade crítica dos alunos, integrando os princípios da antropologia e da pedagogia. Essa abordagem é apoiada por Calvino (1993), que destaca a importância da leitura e da reflexão crítica como ferramentas para o desenvolvimento do pensamento autônomo. A proposta kantiana de educação, ao enfatizar a importância da razão e da moralidade, oferece um modelo que pode ser adaptado para diferentes contextos educacionais, promovendo uma educação mais completa e significativa (Kant, 1985; Ferry, 2009).

A busca por um fundamento antropológico para a educação, conforme proposta por Kant, é um processo que envolve a análise das disposições originárias do homem e a sua capacidade de desenvolvimento. A prática pedagógica, ao considerar as capacidades inatas e as limitações dos alunos, pode promover um processo educativo que seja ao mesmo tempo formativo e transformador (Ghedin, 2009). A proposta kantiana de educação, ao enfatizar a importância da razão e da moralidade, oferece um modelo que valoriza a autonomia e a capacidade crítica dos alunos, preparando-os para atuar de forma ética e responsável na sociedade (Kant, 2001; Freire, 1992).

Em conclusão, a relevância da antropologia kantiana para a pedagogia é evidenciada pela sua capacidade de integrar as disposições naturais dos alunos e promover uma educação que valorize o desenvolvimento moral e intelectual. A proposta kantiana de educação, ao enfatizar a importância da razão e da moralidade, oferece um modelo que pode ser adaptado para diferentes contextos educacionais, promovendo uma formação que prepare os alunos para enfrentar os desafios da vida em sociedade de forma crítica e autônoma (Deleuze; Guatari, 1992; Foucault, 2010). A educação, sob essa perspectiva, transcende a mera instrução e se apresenta como um meio de promover a emancipação e o esclarecimento, conceitos fundamentais na filosofia kantiana (Kant, 1985). A integração entre a pedagogia e a antropologia, conforme defendida por Kant, oferece uma base teórica sólida para a prática educativa contemporânea, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade (Ghedin, 2009; Severino, 2010; Pascal, 1983).

2.2. AS DISPOSIÇÕES ORIGINÁRIAS DO HOMEM E A EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA KANTIANA E SUAS IMPLICAÇÕES MODERNAS

A reflexão sobre as disposições originárias do homem segundo Kant é essencial para compreender a base sobre a qual se fundamenta a sua proposta pedagógica. Kant argumenta que o ser humano, dotado de capacidades inatas e, ao mesmo tempo, limitado por suas imperfeições naturais, encontra na educação o caminho para o desenvolvimento moral e intelectual (Kant, 2011). Essa compreensão é ampliada por Dalbosco (2011), que destaca que a filosofia kantiana vê a educação como um processo de lapidação dessas disposições naturais, onde o educando é orientado a transcender suas limitações e a se direcionar para a autonomia e a razão prática. A educação, nesse contexto, não é meramente um meio de transmissão de conhecimento, mas um processo que busca a formação do indivíduo em sua totalidade, respeitando e desenvolvendo suas capacidades inatas (Severino, 2002; Freire, 1992).

As disposições naturais do homem, segundo Kant, incluem tanto predisposições positivas quanto limitações que devem ser superadas. Essa dualidade é abordada por autores como Foucault (2010), que ao discutir a noção de governo de si e dos outros, sugere que a educação é um meio pelo qual o indivíduo é capacitado a exercer controle sobre suas próprias ações e decisões, um processo que está em consonância com a busca kantiana pela autonomia. Nessa perspectiva, a educação se configura como um meio de aprimorar as capacidades inatas e de lidar com as limitações que fazem parte da condição humana (Hadot, 2014; Bechara, 2011). Severino (2010) enfatiza que o ensino deve ser estruturado de forma a respeitar as diferenças individuais e promover um desenvolvimento que considere tanto os aspectos racionais quanto morais do ser humano, o que reflete a própria concepção de Kant sobre a educação como uma prática que deve ser integrada e holística.

A análise das capacidades inatas e limitadoras do ser humano em Kant revela uma visão profunda sobre como a educação deve atuar para promover o desenvolvimento moral e intelectual. De acordo com Fabbrini (2008), a proposta kantiana implica que o ser humano possui uma inclinação natural para a razão e para a moralidade, mas também enfrenta obstáculos internos que precisam ser trabalhados para alcançar o esclarecimento e a autonomia. Essa visão é complementada por Calvino (1993), que aponta que o papel do educador é guiar o aluno em sua jornada

de descoberta e de superação de suas próprias limitações, proporcionando um ambiente de aprendizado que valorize a curiosidade e o questionamento. Freire (1992), em *Pedagogia da esperança*, reforça essa ideia ao afirmar que a educação deve ser uma prática libertadora, que respeite as disposições naturais do indivíduo, mas que também o desafie a transcender suas limitações.

Kant acredita que as disposições originárias do homem não são apenas pontos de partida, mas elementos que influenciam diretamente o desenvolvimento moral e intelectual dos indivíduos (Kant, 1987). Segundo Horn (2009), a educação, ao reconhecer essas disposições, pode atuar de forma mais eficaz na formação de cidadãos que sejam não apenas instruídos, mas moralmente responsáveis e intelectualmente autônomos. Esse ponto de vista é apoiado por Ghedin (2009), que destaca a importância de uma prática pedagógica que reconheça as particularidades de cada aluno e que promova o desenvolvimento de suas potencialidades de maneira equilibrada e consciente. Essa abordagem pedagógica é consistente com a ideia de Kant de que a educação deve formar não apenas seres racionais, mas também seres capazes de agir conforme princípios éticos e morais.

A educação, segundo a perspectiva kantiana, deve considerar que as disposições inatas do ser humano incluem tanto habilidades quanto desafios que devem ser trabalhados ao longo do processo de ensino-aprendizagem (Kant, 2001). Vieira e Horn (2013) argumentam que essa abordagem implica que a prática educativa deve ser planejada de forma a reconhecer as limitações dos alunos e, ao mesmo tempo, estimular o desenvolvimento de suas capacidades críticas e reflexivas. Severino (2003) contribui para essa discussão ao enfatizar que o ensino de filosofia deve ser uma prática que vá além da mera transmissão de conteúdos, estimulando os alunos a questionar, refletir e formar suas próprias opiniões. Essa prática educativa, orientada pela filosofia kantiana, busca o equilíbrio entre o respeito às disposições naturais e a promoção de um desenvolvimento que leve à autonomia.

A intersecção entre a visão antropológica de Kant e as teorias modernas de desenvolvimento humano revela uma continuidade e uma atualização dos princípios kantianos. Segundo Gelamo (2010), a compreensão das capacidades inatas e das limitações do ser humano é fundamental para que a educação possa atuar como um catalisador do desenvolvimento pleno do indivíduo. Essa perspectiva é ecoada por Xavier (2015), que defende que o uso do texto filosófico em sala de aula pode ser uma ferramenta eficaz para desenvolver o pensamento crítico e a autonomia dos alunos,

promovendo uma prática educativa que valorize tanto o desenvolvimento cognitivo quanto o moral. A abordagem kantiana, portanto, continua relevante e pode ser integrada às práticas pedagógicas contemporâneas para promover uma educação que forme cidadãos críticos e conscientes.

A relação entre as disposições inatas do homem e o desenvolvimento moral e intelectual, conforme abordada por Kant, também encontra ressonância nas discussões de Gallo (2012) sobre a metodologia do ensino de filosofia. O autor destaca que a prática pedagógica deve ser orientada por uma compreensão profunda das disposições naturais dos alunos, permitindo que o ensino seja um processo que promova a reflexão e a análise crítica. Essa abordagem é apoiada por Cossutta (2001), que argumenta que o ensino de filosofia deve ser uma prática que fomente a capacidade de questionar e de buscar respostas de forma autônoma. Esse ponto de vista é consistente com a proposta de Kant de que a educação deve ser um processo que capacite o indivíduo a usar a sua razão de forma independente e crítica (Kant, 2011; Pascal, 1983).

A análise das disposições originárias do homem, conforme proposta por Kant, também implica uma compreensão das limitações que fazem parte da condição humana e que devem ser trabalhadas por meio da educação. Kohan (2008) e Freire (1992) argumentam que a prática educativa deve considerar essas limitações e buscar formas de superá-las, promovendo uma educação que seja ao mesmo tempo inclusiva e transformadora. Essa perspectiva é apoiada por Bechara (2011) e Borba (2011), que destacam que o ensino deve ser estruturado de forma a valorizar as capacidades individuais dos alunos e promover um desenvolvimento que considere tanto suas potencialidades quanto suas limitações.

A relevância da antropologia kantiana para a educação é destacada por Ramos (2007), que argumenta que a compreensão das disposições inatas do homem é fundamental para a construção de uma prática educativa que promova o desenvolvimento moral e intelectual dos alunos. Essa visão é corroborada por Guimarães (2014), que aponta que a educação filosófica deve ser orientada pela busca do esclarecimento e pela formação de indivíduos capazes de pensar de maneira independente. Essa abordagem é consistente com a proposta de Kant de que a educação deve ser um processo que leve em consideração as disposições naturais dos alunos e que busque desenvolver suas capacidades de forma equilibrada e consciente (Kant, 1985; Ferry, 2009).

A prática educativa, ao considerar as disposições originárias do homem, deve ser estruturada de forma a promover tanto o desenvolvimento cognitivo quanto o moral. Severino (2010) e Horn (2002) destacam que o ensino de filosofia deve ser uma prática que vá além da mera instrução e que promova a formação de cidadãos críticos e conscientes. Essa abordagem pedagógica, conforme defendida por Kant, implica que a educação deve ser um processo que respeite as disposições naturais dos alunos e que busque desenvolver suas capacidades de forma harmoniosa e integrada (Kant, 1987; Dalbosco, 2011).

A análise das disposições originárias do homem e suas implicações para a educação também pode ser relacionada às teorias modernas de desenvolvimento humano. Ghedin (2009) e Gelamo (2010) destacam que a pedagogia deve levar em consideração tanto as capacidades quanto as limitações dos alunos, promovendo práticas que favoreçam o desenvolvimento de suas potencialidades de maneira equilibrada. Essa abordagem é apoiada por Calvino (1993), que argumenta que o papel do educador é guiar o aluno em sua jornada de descoberta e superação de suas próprias limitações, proporcionando um ambiente de aprendizado que valorize a curiosidade e o questionamento.

A perspectiva kantiana sobre as disposições originárias do homem e a educação continua a ser relevante para as práticas pedagógicas contemporâneas. Severino (2002) e Pascal (1983) argumentam que a prática educativa deve ser orientada por uma compreensão profunda das disposições naturais dos alunos, promovendo uma educação que valorize tanto o desenvolvimento cognitivo quanto o moral. Essa perspectiva é apoiada por Cossutta (2001), que destaca a importância do ensino de filosofia como uma prática que fomente a capacidade de questionar e de buscar respostas de forma autônoma. Essa abordagem é consistente com a proposta de Kant de que a educação deve ser um processo que capacite o indivíduo a usar a sua razão de forma independente e crítica (Kant, 2011; Pascal, 1983).

A integração entre as disposições inatas do homem e a prática educativa é essencial para a formação de cidadãos críticos e conscientes. Hadot (2014) e Foucault (2010) argumentam que a educação deve ser uma prática que promova a autonomia e a capacidade crítica dos alunos, integrando os princípios da antropologia e da pedagogia. Essa abordagem é apoiada por Calvino (1993), que destaca a importância da leitura e da reflexão crítica como ferramentas para o desenvolvimento do pensamento autônomo. A proposta kantiana de educação, ao enfatizar a importância

da razão e da moralidade, oferece um modelo que pode ser adaptado para diferentes contextos educacionais, promovendo uma educação mais completa e significativa (Kant, 1985; Ferry, 2009).

A educação, segundo a perspectiva kantiana, deve considerar que as disposições inatas do ser humano incluem tanto habilidades quanto desafios que devem ser trabalhados ao longo do processo de ensino-aprendizagem (Kant, 2001). Vieira e Horn (2013) argumentam que essa abordagem implica que a prática educativa deve ser planejada de forma a reconhecer as limitações dos alunos e, ao mesmo tempo, estimular o desenvolvimento de suas capacidades críticas e reflexivas. Severino (2003) contribui para essa discussão ao enfatizar que o ensino de filosofia deve ser uma prática que vá além da mera transmissão de conteúdos, estimulando os alunos a questionar, refletir e formar suas próprias opiniões.

2.3. A CONEXÃO ENTRE PEDAGOGIA E ANTROPOLOGIA NO PENSAMENTO DE KANT

Para tanto, esta seção será estruturada em quatro seções principais. Primeiramente, situaremos o projeto pedagógico de Kant no contexto intelectual do século XVIII, o Século das Luzes, demonstrando como a educação se torna o veículo por excelência para a realização do lema do Esclarecimento (Aufklärung): Sapere aude! (Ouse saber!). Em seguida, aprofundaremos a análise da antropologia kantiana como o alicerce indispensável de sua pedagogia, investigando conceitos como as "disposições naturais" e a tensão entre a natureza animal e a destinação racional do homem. A terceira seção se dedicará a esmiuçar o método pedagógico kantiano, detalhando as etapas da disciplina, cultura, civilidade e, finalmente, a moralização, que representa o telos de todo o processo educativo. Por fim, construiremos uma ponte para a contemporaneidade, estabelecendo um diálogo crítico entre o ideal educativo kantiano e as perspectivas de pensadores como Paulo Freire e Michel Foucault, além de refletir sobre os desafios de se pensar uma educação para a autonomia nos sistemas de ensino atuais, conforme documentado por estudos sobre a realidade brasileira (Brasil, 2006; Favero et al., 2004).

No conjunto monumental da obra de Immanuel Kant, a reflexão sobre a educação ocupa um lugar singular e, por vezes, subestimado. Não se trata de um apêndice ou de um interesse menor em sua arquitetura filosófica; ao contrário, a educação emerge como o ponto de convergência de suas investigações sobre a

natureza humana, a moral, a política e a história. Para Kant (1999, p. 20), a educação é o "maior e mais difícil problema que pode ser dado ao homem". Essa afirmação, por si só, revela a profundidade com que ele encarava a tarefa pedagógica. Ela não é um mero processo de transmissão de conhecimento, mas a própria condição de possibilidade para que a espécie humana realize seu pleno potencial. O ser humano, na visão kantiana, não nasce pronto. Ele nasce como um projeto a ser realizado, um "animal" que necessita ser transformado em um ser verdadeiramente "humano" através de um processo contínuo e deliberado de formação. É aqui que se revela o eixo fundamental que articula todo o seu pensamento educacional: a pedagogia é, em sua essência, a aplicação prática de uma antropologia filosófica.

Este ensaio visa explorar em profundidade essa conexão intrínseca, argumentando que é impossível compreender a proposta pedagógica kantiana sem antes mergulhar em sua concepção antropológica. A pedagogia, para Kant, é a arte de guiar o desenvolvimento humano, mas essa arte só pode ser exercida com maestria se o artista – o educador – possuir um conhecimento profundo da "matéria-prima" com a qual trabalha: o próprio ser humano, em sua complexa dualidade. Analisaremos como a antropologia kantiana, particularmente em seu "sentido pragmático", fornece o diagnóstico da condição humana – suas disposições inatas para o bem, sua inclinação para o mal, sua vocação para a liberdade – que a pedagogia assume como sua missão tratar e aperfeiçoar.

Ao final, ficará evidente que a proposta kantiana, longe de ser um manual de ensino datado, oferece uma poderosa estrutura filosófica para pensar os fins da educação. Ela nos convida a questionar incessantemente: que tipo de ser humano queremos formar? E como a prática educativa pode servir não apenas para adaptar os jovens a uma sociedade existente, mas para capacitá-los a se tornarem agentes críticos e criadores de um mundo mais justo e racional, realizando assim, a mais alta vocação da humanidade.

A filosofia da educação de Kant não pode ser compreendida fora do vibrante e revolucionário contexto intelectual do século XVIII, o Esclarecimento (*Aufklärung*). Este período foi marcado por uma confiança sem precedentes na razão humana como o principal instrumento para o progresso, a superação da ignorância, do dogmatismo e da tirania. O célebre ensaio de Kant, "Resposta à Pergunta: O que é o Esclarecimento?" (1985; 2009), funciona como a certidão de nascimento filosófica de seu projeto pedagógico. Nele, Kant define o Esclarecimento como "a saída do homem

de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado". Essa "menoridade" (Unmündigkeit) não é uma falta de intelecto, mas uma carência de "decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem" (Kant, 1985, p. 100). A culpa, portanto, reside na preguiça e na covardia que levam os indivíduos a delegar a outros a tarefa de pensar por si.

A educação emerge, nesse cenário, como a principal ferramenta para combater essa menoridade autoculpada. Se a condição natural da maioria dos homens é a de permanecer passivamente sob a tutela de "guardiões" (sejam eles o Estado, a Igreja ou as tradições), a educação se apresenta como o caminho deliberado e sistemático para a conquista da maioridade, ou seja, da autonomia. O lema Sapere aude! é, antes de tudo, um imperativo pedagógico. Ele conclama o indivíduo a assumir a responsabilidade por seu próprio pensamento. Como aponta Foucault (2005) em sua análise deste texto, Kant não descreve o Esclarecimento apenas como uma época histórica, mas como uma "atitude" ou um ethos filosófico: uma crítica permanente do nosso ser histórico que nos impele a questionar os limites que nos são impostos e a investigar como podemos transpô-los. A educação é o campo de treinamento para essa atitude crítica.

Essa tarefa, no entanto, não é simples. Kant reconhece a força dos hábitos e a comodidade da menoridade. É mais fácil ter um livro que pensa por mim, um diretor espiritual que me serve de consciência, ou um médico que decide minha dieta. A superação dessa condição exige um esforço duplo que a pedagogia deve orquestrar. Por um lado, o uso público da razão deve ser garantido como absolutamente livre. É no espaço público, como "sábio" ou "erudito" (Gelehrter), que o indivíduo pode e deve criticar as instituições e os saberes estabelecidos, contribuindo para a reforma gradual da sociedade. Por outro lado, o uso privado da razão – aquele que se faz na condição de funcionário ou ocupante de um posto civil – pode ser legitimamente limitado para garantir a ordem social (Kant, 2009).

A educação, portanto, deve preparar o indivíduo para essa dupla cidadania: ser um membro funcional e obediente da máquina social e, simultaneamente, um membro ativo e crítico da "sociedade dos cidadãos do mundo". Isso implica ensinar não apenas a obediência às leis, mas, fundamentalmente, a capacidade de julgar a legitimidade dessas leis a partir de um princípio universal. Como argumenta Iacono (2001), o problema da autonomia em Kant é um complexo caminho de saída do estado de menoridade, que envolve tanto a libertação de tutores externos quanto a

autolegislação da razão. A escola, nesse modelo, não pode ser um mero aparelho de domesticação. Ela deve ser um laboratório onde se pratica a liberdade de pensamento, um espaço onde o estudante é encorajado a questionar, a debater e a fundamentar suas próprias posições, mesmo que isso o coloque em conflito com as opiniões vigentes (Guimaraes, 2014). A filosofia, como disciplina, assume um papel central nesse processo, não como um dogma a ser memorizado, mas como "esclarecimento" (Guimaraes, 2014), um exercício que capacita o aluno a pensar por si mesmo, a "ler e escrever textos filosóficos" com autonomia e criticidade (Chitolina, 2013).

Se o Esclarecimento fornece o propósito da educação – a autonomia –, é a antropologia que fornece sua matéria e seu fundamento. A pedagogia kantiana é inseparável de sua complexa visão da natureza humana. Kant distingue dois tipos de antropologia: a fisiológica, que estuda "o que a natureza faz do homem", e a pragmática, que investiga "o que ele, como ser que age livremente, faz ou pode e deve fazer de si mesmo". É esta última que serve de alicerce para a educação. A pedagogia não lida com um ser estático e determinado, mas com um ser em formação, cuja essência é a capacidade de se autoaperfeiçoar.

A análise antropológica de Kant revela um ser fundamentalmente dual. Por um lado, o homem é um ser natural, parte do reino animal. Ele possui inclinações, instintos, uma sensibilidade que o afeta e uma tendência à "sociabilidade insociável" – o desejo de viver em sociedade combinado com uma resistência egoísta que ameaça dissolvê-la. Essa dimensão natural, se deixada a si mesma, levaria ao estado de selvageria e à "liberdade selvagem", que é a ausência de lei. Por outro lado, o homem é um ser racional, dotado de liberdade e destinado à moralidade. Ele possui uma disposição para a personalidade, que é a capacidade de ser receptivo ao respeito pela lei moral e de agir não por inclinação, mas por dever (Dalbosco, 2011; Caygill, 2000).

A educação é precisamente a ponte entre essas duas dimensões. Seu objetivo primeiro é negativo: disciplinar. A disciplina, para Kant, não é uma punição cruel, mas o processo essencial de "domar a selvageria". É o que impede que a animalidade sufoque a potencial humanidade. Sem disciplina, o homem é um ser errante e sem rumo, escravo de seus impulsos. Como afirma Perine (1987, p. 15), a disciplina "transforma a animalidade em humanidade" ao submeter o indivíduo a uma coação

que o prepara para, no futuro, ser livre e obedecer às leis que sua própria razão prescreverá.

Além da dimensão natural, Kant reconhece na natureza humana uma "inclinação para o mal", o que ele chama de "mal radical". Isso não significa que o homem seja essencialmente mau, mas que há em sua vontade uma tendência a inverter a ordem das máximas: a priorizar o amor-próprio (egoísmo) em detrimento da lei moral. O mal, portanto, não vem da sensibilidade ou das inclinações em si, mas da livre escolha da vontade de subordinar o dever à satisfação pessoal (Pavão, 2011). Essa constatação antropológica tem uma consequência pedagógica imensa: a educação não pode ser ingênua. Ela não pode presumir que basta fornecer conhecimento para que o bem se realize. É preciso uma formação do caráter (*Bildung*), um trabalho contínuo de fortalecimento da disposição moral para que o indivíduo escolha agir corretamente, mesmo quando isso contraria seus interesses imediatos. A educação moral torna-se, assim, o cume do projeto pedagógico, visando não apenas a legalidade das ações (conformidade externa com a lei), mas a moralidade (conformidade interna, por respeito à lei) (Kant, 2015).

A antropologia kantiana fornece, ainda, o conceito das três disposições originais para o bem na natureza humana: a disposição para a animalidade: o aspecto técnico-mecânico do amor de si, visando à autopreservação; a disposição para a humanidade: o aspecto do amor de si comparativo, o desejo de obter valor na opinião dos outros, que dá origem à cultura; a disposição para a personalidade: a já mencionada receptividade ao respeito pela lei moral como um móbil suficiente da vontade.

A educação deve atuar sobre todas elas. Ela cuida do corpo (animalidade), transmite conhecimentos e habilidades sociais (humanidade) e, o mais importante, cultiva a disposição para a moralidade (personalidade). Assim, a pedagogia torna-se a arte de harmonizar essas disposições, guiando o ser humano de seu estado bruto inicial para sua destinação final como um ser moral e autônomo, um membro digno de um "reino dos fins" (Ferry, 2009, p. 83-89).

Com base no propósito do Esclarecimento e no fundamento antropológico, Kant delinea um método pedagógico progressivo e multifacetado, que pode ser compreendido em quatro momentos interdependentes: o cuidado, a disciplina, a cultura (ou instrução) e a moralização. Juntos, eles compõem a complexa "arte" da educação (Philonenko, 1966, p. 200).

O processo educativo começa com o cuidado, que se refere às necessidades físicas e à proteção da criança. Mas logo se torna indispensável a disciplina, o aspecto "negativo" da educação. Como vimos, a disciplina tem a função de conter a "liberdade selvagem" e os impulsos animais que, de outra forma, impediriam o desenvolvimento da racionalidade. Ela é a coação que paradoxalmente prepara para a liberdade. Sem ela, o homem não aprende a se submeter a regras e, portanto, nunca será capaz de criar e seguir suas próprias regras (leis da razão). A disciplina não visa quebrar o espírito da criança, mas sim moldá-lo para que a liberdade futura não seja destrutiva. Como Horn (2002) aponta ao analisar a praxiologia do ensino de filosofia, a estrutura e a regra não são necessariamente inimigas da liberdade; elas podem ser a condição para o seu exercício significativo. A ausência de disciplina leva à arbitrariedade, não à autonomia.

Superada a fase da contenção, a educação se torna "positiva" através da cultura. A cultura engloba a instrução (transmissão de conhecimentos) e o desenvolvimento de habilidades. Trata-se de fornecer ao aluno as ferramentas necessárias para que ele possa atingir quaisquer fins que se proponha. A cultura é o que torna o homem hábil e competente. Isso inclui desde a aprendizagem da leitura e da escrita até conhecimentos científicos e artísticos. Kant valoriza a importância da instrução, mas alerta para o perigo de que ela se torne um fim em si mesma. Um indivíduo meramente instruído, mas sem bom caráter, pode usar suas habilidades para fins destrutivos. Portanto, a cultura deve estar sempre a serviço de um propósito maior.

Neste ponto, a metodologia do ensino de filosofia, como discutida por diversos autores na bibliografia, ganha especial relevância. Ensinar filosofia não é apenas transmitir o que Kant ou Platão disseram. É, acima de tudo, um ato de cultura que visa desenvolver a habilidade do pensamento crítico. O uso de textos filosóficos em sala de aula, como defendem Santos (2011), Xavier (2015) e Vieira e Horn (2013, 2015), é uma estratégia central. O texto não é um pretexto para doutrinação, mas um campo de treinamento para a razão. A leitura, a análise, a interpretação e a escrita filosófica, como propostas por Cossutta (2001) e Chitolina (2013), são as habilidades que compõem a "cultura filosófica". Aprender a ler um texto filosófico é aprender a dialogar com o pensamento, a identificar teses, a avaliar argumentos e a formular as próprias questões, um processo que Severino (2010) descreve como essencial para a formação intelectual.

O passo seguinte é a civilidade ou prudência, que consiste em ensinar o indivíduo a se comportar em sociedade, a ser amável, a ter boas maneiras e a se adaptar às convenções sociais para ser um membro bem aceito em sua comunidade. É a dimensão pragmática da vida social. Contudo, a civilidade ainda opera no campo do amor-próprio e do desejo de ser estimado pelos outros. É uma forma de inteligência social, mas ainda não é moralidade.

O ápice e o objetivo final de todo o processo educativo é a moralização. Este é o passo mais difícil e decisivo. Moralizar não é impor um código de conduta, mas cultivar no aluno a capacidade de agir não por medo de punição, nem por desejo de recompensa, nem por conformidade social, mas por puro respeito pela lei moral. Trata-se de formar um bom caráter (*Charakter*), uma disposição de ânimo para escolher máximas de ação com base em sua validade universal, conforme o imperativo categórico formulado na *Crítica da Razão Prática* (Kant, 2015).

A educação moral deve ensinar o aluno a pensar por si mesmo em matéria de dever. O professor não pode "dar" a moralidade; ele pode apenas criar as condições para que o aluno a descubra em sua própria razão. Isso é feito através de exemplos, do diálogo socrático e da reflexão sobre dilemas morais, onde o aluno é levado a perceber a beleza e a dignidade da ação realizada por puro dever. Como destaca Ghedin (2009), o ensino de filosofia no ensino médio tem essa vocação de ir além do conteúdo e tocar na formação ética do estudante, promovendo uma reflexão que o capacite para a vida em sociedade de forma consciente e responsável.

Em suma, o método kantiano é um percurso da coação externa à legislação interna; da dependência à autonomia. Cada etapa é condição para a seguinte, culminando na formação de um indivíduo que não é apenas disciplinado, culto e civilizado, mas, acima de tudo, moralmente bom.

A proposta pedagógica de Kant, embora formulada no século XVIII, projeta uma longa sombra sobre o pensamento educacional contemporâneo, suscitando tanto admiração quanto críticas, e servindo como um interlocutor indispensável para as pedagogias críticas do século XX e XXI. O ideal de autonomia, a centralidade do pensamento crítico e a concepção da educação como uma prática de liberdade ressoam poderosamente em teorias posteriores, ainda que com novas roupagens e em contextos radicalmente diferentes.

Um dos diálogos mais férteis pode ser traçado entre Immanuel Kant e Paulo Freire. À primeira vista, o filósofo prussiano do rigor universalista e o educador

brasileiro da práxis libertadora parecem mundos à parte. No entanto, um olhar mais atento revela uma profunda convergência no que diz respeito ao objetivo final da educação: a superação de um estado de heteronomia. A "menoridade autoculpada" de Kant encontra um paralelo notável na "cultura do silêncio" descrita por Freire. Em ambos os casos, os indivíduos não são vistos como naturalmente incapazes, mas como estando em uma condição de submissão – seja à tutela de guardiões ou à opressão de uma estrutura social – da qual podem e devem sair através de um ato de conscientização.

O Sapere aude! kantiano ecoa no conceito freireano de conscientização, o processo pelo qual os oprimidos desvelam criticamente a realidade para se tornarem sujeitos de sua própria história. Tanto para Kant quanto para Freire, a educação não pode ser "bancária", um mero ato de depositar informações em mentes passivas. Ela deve ser problematizadora, dialógica e, em última instância, uma prática da liberdade (Freire, 1992). O professor, para ambos, não é um dominador, mas um mediador que auxilia o aluno em seu processo de emancipação. Contudo, as diferenças são igualmente cruciais. Enquanto a autonomia kantiana é primariamente um ato da razão individual que se eleva ao universal, a libertação freireana é um ato coletivo, engajado e politicamente situado, que nasce da práxis concreta de transformação do mundo. Freire criticaria em Kant uma possível abstração excessiva, um foco no sujeito transcendental em detrimento do sujeito histórico e social. Mesmo assim, *"Pedagogia da esperança"* de Freire (1992) compartilha com Kant a fé fundamental na capacidade humana de se refazer e de construir um futuro melhor através da educação.

Outro diálogo essencial se dá com Michel Foucault. Foucault retorna repetidamente ao ensaio de Kant sobre o Esclarecimento, vendo nele não apenas um marco histórico, mas a inauguração de uma "atitude de modernidade" – a atitude de crítica. A crítica, para Foucault, inspirada em Kant, é a arte de não ser governado de uma certa maneira e a qualquer preço. É um questionamento constante sobre o poder, o saber e o sujeito. A educação, nesse viés, é o espaço onde essa atitude crítica deve ser cultivada (Foucault, 2005).

No entanto, Foucault também revela a ambiguidade do projeto iluminista. As mesmas instituições que prometiam liberdade – a escola, o hospital, a fábrica – tornaram-se, em sua análise, espaços de disciplina e normalização, produzindo "corpos dóceis" e sujeitos assujeitados. A disciplina kantiana, que visava preparar para a autonomia, pode ser vista sob uma ótica foucaultiana como parte de um poder

disciplinar mais amplo que molda e controla os indivíduos. Foucault, no entanto, não descarta o projeto de autonomia. Em seus trabalhos tardios sobre o "cuidado de si" e o "governo de si e dos outros" (Foucault, 2010), ele retoma a questão da constituição ética do sujeito, buscando inspiração nos antigos (como em Hadot, 2014) mas mantendo o diálogo com Kant. A questão torna-se: como podemos usar nossa liberdade para criar a nós mesmos como obras de arte, resistindo às formas de poder que tentam nos definir? A educação, aqui, é um "exercício espiritual", uma prática de si para si que visa à transformação e à liberdade.

Transportar o ideal kantiano de uma educação para a autonomia para a realidade concreta das escolas brasileiras revela um abismo de desafios. As diretrizes curriculares, como as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006) ou propostas estaduais (Amazonas, 2011), frequentemente ecoam o discurso da formação de um cidadão crítico, reflexivo e autônomo. No entanto, a prática muitas vezes se choca com a precariedade das condições de ensino, a sobrecarga de trabalho dos professores, a falta de material didático adequado e uma cultura escolar mais voltada para a performance em exames padronizados do que para o desenvolvimento do pensamento (Favero et al., 2004; Gelamo, 2010).

O debate sobre "aprender a filosofar" (kantiano) versus "aprender a filosofia" (hegeliano), como exposto por Ramos (2007), permanece central. Muitos currículos ainda privilegiam uma abordagem historicista e conteudista, onde o aluno é cobrado a memorizar nomes e doutrinas, em vez de ser desafiado a exercer sua própria razão. Autores como Gallo (2012), Ghedin (2009) e Horn (2009) insistem na necessidade de uma didática específica para a filosofia, que valorize o diálogo, o problema e a experiência do pensar. A centralidade do texto filosófico (Santos, 2011; Xavier, 2015) é uma herança direta do rigor kantiano, mas seu uso eficaz exige tempo e preparação, recursos muitas vezes escassos. O desafio, portanto, é como criar as condições materiais e pedagógicas para que o nobre ideal de formar sujeitos esclarecidos não se perca em meio às contingências do sistema educacional.

A jornada pelo pensamento pedagógico de Immanuel Kant, partindo de seu alicerce antropológico, revela um projeto de uma ambição e profundidade impressionantes. A tese central, de que a pedagogia é a aplicação de uma antropologia, mostra-se robusta e esclarecedora. Kant nos ensina que qualquer prática educativa que ignore a questão fundamental – "O que é o homem?" – está fadada a ser cega e ineficaz. A educação, para ele, é o processo pelo qual a

humanidade se apropria de sua própria natureza, guiando-a de suas disposições brutas em direção ao seu mais alto destino: a autonomia moral em uma comunidade de seres racionais.

O método que ele propõe – da disciplina à cultura, e da cultura à moralização – é um itinerário exigente da heteronomia para a autolegislação. Ele nos lembra que a liberdade não é um dom, mas uma conquista que exige esforço, disciplina e, acima de tudo, coragem. O legado de Kant não reside em um conjunto de regras pedagógicas a serem aplicadas mecanicamente, mas em um horizonte normativo que continua a nos interpelar. Ele nos força a perguntar sobre os fins últimos de nossas práticas educativas. Estamos formando indivíduos meramente hábeis e adaptados, ou cidadãos capazes de pensamento crítico e ação moral?

O diálogo com pensadores como Freire e Foucault demonstra a vitalidade e a pertinência contínua do ideal kantiano de autonomia. Embora suas abordagens revelem as limitações e as tensões do projeto iluminista, eles também reafirmam a centralidade da educação como uma prática de liberdade e de constituição de si. No contexto brasileiro, os desafios para a implementação de uma pedagogia para a autonomia são imensos, mas o referencial kantiano oferece uma bússola filosófica poderosa para orientar os esforços de educadores e formuladores de políticas públicas que se recusam a reduzir a educação a um mero treinamento para o mercado de trabalho.

Em última análise, a filosofia da educação de Kant é uma expressão de um "otimismo trágico". Ele reconhece a profunda dificuldade da tarefa, a inclinação humana para o mal e a fragilidade do progresso. No entanto, ele mantém uma fé racional na possibilidade de aperfeiçoamento. A educação é, para Kant, a grande aposta da humanidade em si mesma. É o investimento de uma geração na seguinte, com a esperança de que ela possa se aproximar um pouco mais da realização de uma sociedade justa e de uma humanidade moralmente madura. A pergunta sobre como educar permanece, assim, inseparável da pergunta sobre o que significa ser humano e qual futuro desejamos construir. E essa, talvez, seja a lição mais duradoura de Kant para todos nós.

CAPÍTULO 3. ENSINAR FILOSOFIA/ENSINAR A FILOSOFAR

O ensino de filosofia e a prática de ensinar a filosofar ocupam um espaço central na formação educacional que transcende a mera transmissão de conhecimentos. A pedagogia kantiana propõe uma abordagem que vai além do simples ensino de conceitos filosóficos, focando em uma prática que estimula o pensamento crítico e a capacidade de questionar e analisar de forma independente. Nesse sentido, o capítulo busca discutir de que forma as citações de Kant podem ser integradas ao ensino de filosofia de maneira que promovam não apenas o entendimento teórico, mas também a prática filosófica em si. Para tanto, é necessário contextualizar as citações de Kant, compreendendo seu papel enquanto ferramentas pedagógicas e examinando o contexto histórico e filosófico em que foram elaboradas, uma abordagem que permite que o ensino de filosofia se torne uma prática que fomenta o pensamento autônomo e o desenvolvimento da razão.

O uso das citações de Kant no ensino de filosofia representa uma oportunidade de conectar os alunos com os princípios fundamentais do pensamento crítico e da autonomia. As palavras de Kant, frequentemente abordadas em sala de aula, têm um papel que ultrapassa a simples exposição de ideias, funcionando como pontos de partida para discussões e reflexões que incentivam a análise e a interpretação crítica. Foucault (2010), ao refletir sobre o uso dos textos filosóficos, ressalta a importância de uma abordagem que capacite o estudante a interagir com as ideias de maneira ativa e questionadora, uma perspectiva que se alinha com a visão kantiana de que a filosofia deve ensinar a pensar e não apenas a reproduzir conceitos. Nesse contexto, a apresentação do papel das citações kantianas se torna um elemento-chave para o desenvolvimento de uma prática pedagógica que promova a capacidade crítica e a autonomia intelectual dos alunos (Severino, 2010; Ghedin, 2009).

O contexto histórico e filosófico em que as citações de Kant foram produzidas é crucial para compreender seu significado e aplicabilidade no ensino. Durante o Iluminismo, período em que Kant desenvolveu grande parte de sua obra, a busca pela emancipação da razão e pela superação da menoridade intelectual era uma pauta central. Segundo Severino (2003), o ensino de filosofia deve resgatar esse contexto para que os alunos possam compreender não apenas as palavras de Kant, mas a relevância de sua proposta de esclarecimento para a formação crítica do indivíduo. Essa compreensão histórica permite que os estudantes situem as ideias kantianas em

um panorama mais amplo e reflitam sobre sua aplicação no mundo contemporâneo, uma prática defendida por Guimarães (2014), que argumenta que a filosofia deve ser ensinada de forma a fomentar uma visão crítica e contextualizada.

A utilização das citações de Kant em debates e ensaios filosóficos é uma metodologia que pode enriquecer a experiência educacional, transformando a sala de aula em um espaço de diálogo e construção coletiva do conhecimento. Gallo (2012) e Kohan (2008) ressaltam a importância de práticas pedagógicas que estimulem o questionamento e a reflexão, utilizando as citações como provocadoras de discussão e análise crítica. Essa abordagem prática do ensino de filosofia, que inclui debates e redações críticas, se alinha com a proposta kantiana de uma educação que ensina a filosofar, ao invés de simplesmente ensinar filosofia (Kant, 2011). Calvino (1993) reforça a ideia de que o contato com os clássicos, como os textos de Kant, pode abrir caminhos para o desenvolvimento do pensamento crítico, oferecendo aos alunos a oportunidade de interagir diretamente com as ideias e de construir suas próprias interpretações.

A concepção de filosofia implícita nas citações de Kant aponta para uma prática educacional que não se limita à aquisição de conhecimento, mas que busca desenvolver a capacidade de análise e de julgamento. Kant defendia que a filosofia deveria ser uma prática orientada pela razão e pela crítica, em que o educando é incentivado a questionar, a debater e a refletir de forma independente. Essa abordagem é destacada por Fabbrini (2008), que argumenta que a filosofia tem um sentido formativo, sendo um meio de desenvolver a autonomia intelectual. Freire (1992), em sua pedagogia da esperança, também enfatiza que o ensino deve ser uma prática de liberdade, na qual o aluno se sente encorajado a explorar, a perguntar e a construir seu próprio entendimento do mundo. A análise das implicações pedagógicas dessas concepções revela a importância de um ensino que promova uma prática filosófica ativa, alinhada com as ideias de Severino (2016), que defende que a filosofia deve ser ensinada como um processo de construção coletiva de sentido e não como um corpo de conhecimento fechado.

A prática filosófica que ensina os alunos a questionar e a analisar criticamente é uma das maiores contribuições da pedagogia kantiana para a educação. Hadot (2014) e Foucault (2010) destacam que a filosofia, quando ensinada de maneira que valoriza a reflexão crítica, prepara o aluno para o exercício da liberdade e da autonomia. Essa prática é essencial em um mundo cada vez mais complexo e

interconectado, onde a capacidade de questionar e de pensar de forma crítica se torna uma ferramenta indispensável para a formação de cidadãos conscientes. A comparação com outras abordagens de ensino de filosofia, como as que enfatizam a memorização e a repetição de conceitos, demonstra que a proposta kantiana, ao integrar a pedagogia e a prática filosófica, oferece um modelo mais completo e eficaz de ensino (Dalbosco, 2011; Ghedin, 2009).

No entanto, é fundamental refletir sobre os desafios e os possíveis equívocos que podem ocorrer na interpretação e na aplicação das citações de Kant no ensino de filosofia. Severino (2002) e Pascal (1983) alertam para os riscos de uma leitura descontextualizada ou simplista, que pode reduzir o pensamento kantiano a fórmulas e máximas, esvaziando seu potencial crítico e formativo. Bechara (2011) e Borba (2011) destacam a importância de uma prática pedagógica que incentive a leitura crítica e a interpretação contextualizada, para que os alunos possam compreender as nuances e as complexidades das ideias filosóficas. Essa abordagem é corroborada por Gallo (2012), que argumenta que o ensino deve ser um processo que capacite o aluno a ir além da superfície dos textos, desenvolvendo uma compreensão profunda e reflexiva.

A análise dos usos e abusos das citações de Kant no contexto educacional revela que, para promover um ensino eficaz, é necessário evitar a superficialidade e a reprodução mecânica de conceitos. Freire (1992) e Kohan (2008) defendem que o ensino de filosofia deve ser uma prática que valorize a participação ativa dos alunos, incentivando-os a questionar e a refletir sobre as implicações das ideias estudadas. A abordagem kantiana, que enfatiza a prática do filosofar, requer uma pedagogia que esteja atenta às dificuldades de interpretação e que promova atividades que desafiem os alunos a ler, questionar e aplicar criticamente os conceitos. Nesse sentido, a prática de redações e debates críticos é uma forma eficaz de desenvolver a capacidade de análise e de interpretação, conforme sugerido por Severino (2010) e Gallo (2012).

As atividades que incentivam a leitura crítica e a interpretação contextualizada dos textos filosóficos são fundamentais para evitar os equívocos comuns na interpretação de Kant. Foucault (2005) e Hadot (2014) sugerem que a prática filosófica deve ser uma experiência de leitura que vai além da compreensão literal, exigindo que o leitor se envolva com as ideias e reflita sobre suas implicações. A prática pedagógica que promove essa abordagem é destacada por Xavier (2015) e Guimarães (2014), que argumentam que o uso de textos filosóficos em sala de aula pode ser uma

ferramenta poderosa para desenvolver a capacidade crítica dos alunos. Essa prática, quando orientada por uma pedagogia que valoriza a autonomia e a reflexão, contribui para a formação de indivíduos capazes de pensar por si mesmos e de agir de forma ética e consciente.

A proposta kantiana de ensinar a filosofar, em vez de apenas ensinar filosofia, implica uma reestruturação das práticas pedagógicas que leva em consideração a importância do questionamento e da análise crítica. Severino (2002) e Fabbrini (2008) argumentam que o ensino de filosofia deve ser uma prática que promove o diálogo e a construção coletiva do conhecimento, incentivando os alunos a se tornarem agentes ativos de seu próprio aprendizado. Essa abordagem é reforçada por Ghedin (2009), que destaca que a prática filosófica deve ser uma experiência que capacite o aluno a pensar de forma crítica e a agir de maneira responsável. A prática de ensinar a filosofar, conforme defendida por Kant, prepara o aluno para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo com uma mente crítica e uma consciência ética, uma proposta que continua a ser relevante para as práticas pedagógicas atuais (Kant, 2011; Ferry, 2009).

A conexão entre pedagogia e filosofia, conforme proposta por Kant, oferece uma base sólida para a construção de práticas pedagógicas que valorizem o desenvolvimento integral do aluno. Kohan (2008) e Severino (2016) destacam que o ensino deve ser uma prática que promova tanto o desenvolvimento intelectual quanto o moral, incentivando o aluno a questionar, a refletir e a construir seu próprio entendimento do mundo. Essa abordagem pedagógica, que integra o uso das citações de Kant de forma contextualizada e crítica, contribui para a formação de indivíduos capazes de agir de forma ética e consciente, preparados para enfrentar os desafios da vida em sociedade (Freire, 1992; Ghedin, 2009). Essa prática, quando bem executada, permite que a filosofia se torne uma experiência transformadora e libertadora, conforme defendido por Foucault (2010) e Hadot (2014).

3.1. CONTEXTUALIZANDO HISTÓRICA E DIDÁTICA DAS CITAÇÕES DE KANT NO ENSINO DE FILOSOFIA

O uso de citações de Kant como ferramentas pedagógicas no ensino da filosofia é uma prática que permite aos alunos não apenas compreender conceitos complexos, mas também desenvolver habilidades críticas e reflexivas. Essa abordagem promove uma aprendizagem que ultrapassa a simples memorização e se

volta para a construção do pensamento autônomo, um dos objetivos centrais do ensino filosófico. A importância de utilizar citações de Kant está no potencial de estimular a análise crítica e o debate, o que possibilita uma interação profunda com os textos originais e a contextualização dos conceitos em discussões contemporâneas (Koham, 2008; Ghallo, 2012). As citações, quando usadas de forma consciente, podem servir como pontos de partida para explorar as ideias kantianas em sala de aula e incentivar os alunos a questionar e interpretar os textos de maneira significativa.

O papel das citações de Kant no ensino de filosofia é fundamental, pois permite que os estudantes entrem em contato com a linguagem original do filósofo, compreendendo as nuances e as implicações de seu pensamento. Essa interação direta com os textos estimula a capacidade de interpretação e análise crítica, habilidades indispensáveis na formação de indivíduos reflexivos e autônomos (Severino, 2003; Freire, 1992). No contexto educacional, o uso de citações deve ser acompanhado de uma mediação pedagógica que leve em consideração as dificuldades inerentes à leitura de textos filosóficos, especialmente no nível médio, onde o vocabulário e as construções argumentativas de Kant podem representar desafios significativos (Ghedin, 2009). Assim, a prática de contextualizar as citações é essencial para que os alunos compreendam o significado e a relevância dessas ideias, aplicando-as em discussões e reflexões que vão além do conteúdo teórico.

O contexto histórico e filosófico das citações de Kant é um aspecto que não pode ser negligenciado na prática pedagógica. Durante o Iluminismo, período em que Kant escreveu grande parte de sua obra, a busca pelo esclarecimento e pela autonomia da razão era uma resposta à menoridade intelectual imposta por tradições e estruturas de poder (Foucault, 2010; Kant, 1985). Compreender esse contexto é essencial para que os alunos possam situar as ideias kantianas em uma perspectiva que valorize a luta pela emancipação e pela liberdade de pensamento. O ensino, ao abordar essa contextualização, deve incentivar os alunos a refletirem sobre como esses conceitos se aplicam às suas próprias realidades, promovendo uma conexão entre o passado filosófico e as questões contemporâneas (Dalbosco, 2011; Calvino, 1993). Essa abordagem amplia a capacidade de análise crítica e de compreensão das implicações éticas e sociais dos conceitos discutidos.

As citações de Kant, quando aplicadas em debates e ensaios filosóficos, podem funcionar como catalisadoras de reflexões e interpretações que fomentam o desenvolvimento do pensamento crítico. A prática de usar citações como base para

discussões em sala de aula permite que os alunos interajam com as ideias de Kant de forma ativa, questionando e buscando entender suas aplicações práticas (Severino, 2010; Hadot, 2014). Essa metodologia não apenas facilita a compreensão dos conceitos filosóficos, mas também estimula o desenvolvimento de habilidades argumentativas e de expressão, competências fundamentais no processo educacional. A utilização de citações de Kant em atividades como debates e redações pode ser uma forma eficaz de promover a análise crítica e a construção de conhecimento de maneira colaborativa (Koham, 2008; Fabrini, 2008).

Nessa direção, “o que faz da leitura de um texto uma atividade filosófica não é a natureza disciplinar do texto lido, mas o modo como o leitor lê este texto” (FABBRINI, 2008, p. 3).

O uso de citações no ensino da filosofia deve ser feito de forma que respeite a complexidade e a profundidade do pensamento kantiano, evitando a simplificação excessiva que pode esvaziar o potencial formativo dessas práticas. Para que as citações sejam efetivamente ferramentas de ensino, é necessário que os professores promovam uma leitura crítica e contextualizada, incentivando os alunos a explorar as implicações das ideias e a refletir sobre suas próprias posições (Freire, 1992; Pascal, 1983). A prática pedagógica, nesse sentido, deve ser orientada pela busca do entendimento profundo dos textos e pela promoção de uma aprendizagem que valorize a autonomia e a reflexão crítica (Severino, 2002; Ghedin, 2009). A leitura e a análise de citações de Kant devem, portanto, ser acompanhadas de discussões que abordem o contexto em que foram escritas e as interpretações que podem ser feitas a partir delas.

A análise do papel das citações de Kant como ferramentas pedagógicas revela que seu uso não deve se restringir à exposição de conceitos, mas deve ser uma prática que promova o diálogo e a interação dos alunos com as ideias filosóficas. Foucault (2010) e Hadot (2014) destacam que a filosofia, quando ensinada de maneira que valoriza a prática reflexiva, prepara os alunos para o exercício da liberdade e da autonomia. Essa prática é especialmente relevante em um mundo em constante transformação, onde a capacidade de questionar e pensar criticamente é uma competência indispensável para a formação de cidadãos conscientes e engajados (Kohan, 2008; Freire, 1992). A utilização de citações de Kant em sala de aula deve, portanto, ser uma prática que valorize a interpretação e o debate, permitindo que os alunos construam seu entendimento de forma ativa e participativa.

A contextualização das citações de Kant é um elemento-chave para o ensino da filosofia, pois permite que os alunos compreendam o significado das ideias em seu contexto original e reflitam sobre suas aplicações no presente. Severino (2016) argumenta que a prática educativa deve ser orientada por uma metodologia que incentive a leitura crítica e a interpretação reflexiva dos textos, promovendo uma aprendizagem que valorize a autonomia intelectual. Essa abordagem é apoiada por Gallo (2012), que destaca a importância de práticas pedagógicas que vão além da simples memorização de conceitos, estimulando os alunos a questionar, a debater e a desenvolver sua capacidade de julgamento crítico. O uso de citações em sala de aula, quando contextualizado e acompanhado de uma mediação pedagógica adequada, pode ser uma ferramenta poderosa para promover o desenvolvimento integral do aluno (Dalbosco, 2011; Ghedin, 2009).

O uso de citações de Kant em ensaios filosóficos é uma prática que pode enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, permitindo que os alunos explorem as ideias de maneira profunda e crítica. Guimarães (2014) destaca que a filosofia deve ser ensinada como uma prática que promove a análise e a reflexão, incentivando os alunos a se tornarem agentes ativos de seu aprendizado. Essa prática é corroborada por Severino (2010) e Xavier (2015), que argumentam que o uso de textos filosóficos em sala de aula pode ser uma forma eficaz de desenvolver a capacidade crítica e a autonomia dos alunos. As citações de Kant, quando utilizadas de forma consciente e contextualizada, podem servir como pontos de partida para a elaboração de ensaios que desafiem os alunos a refletir sobre as implicações das ideias filosóficas e a desenvolver suas próprias interpretações (Fabrini, 2008; Hadot, 2014).

A prática de contextualizar as citações de Kant e utilizá-las em atividades como debates e redações críticas pode ajudar a evitar os equívocos comuns na interpretação dos textos filosóficos. Bechara (2011) e Borba (2011) apontam que a leitura descontextualizada ou superficial pode levar a interpretações equivocadas, que não captam a complexidade e a profundidade do pensamento kantiano. Para que a prática pedagógica seja eficaz, é necessário que os professores incentivem a leitura crítica e a análise detalhada dos textos, promovendo uma compreensão que vá além da simples repetição de conceitos (Severino, 2002; Ghedin, 2009). Essa abordagem é essencial para que as citações de Kant sejam utilizadas como ferramentas que promovam o pensamento autônomo e a reflexão crítica (Kohan, 2008; Freire, 1992).

O ensino da filosofia, quando orientado pelo uso de citações de Kant, deve ser uma prática que valorize o questionamento e a análise crítica. Foucault (2010) e Hadot (2014) argumentam que a prática filosófica deve ser uma experiência de leitura que envolva o aluno de forma ativa, incentivando-o a refletir sobre as implicações das ideias e a desenvolver uma compreensão profunda dos conceitos discutidos. Essa prática pedagógica, quando bem orientada, pode contribuir para a formação de indivíduos que sejam capazes de pensar de forma independente e agir de maneira ética e consciente, conforme defendido por Severino (2016) e Gallo (2012). O uso de citações de Kant em sala de aula, quando feito de forma contextualizada e reflexiva, pode ser uma ferramenta eficaz para promover o desenvolvimento de uma consciência crítica e a formação de cidadãos autônomos e responsáveis.

A prática de utilizar citações de Kant no ensino da filosofia deve ser acompanhada de uma mediação pedagógica que incentive a leitura crítica e a interpretação reflexiva dos textos. Ghedin (2009) e Gelamo (2010) destacam que a prática educativa deve ser planejada de forma a promover tanto o desenvolvimento intelectual quanto a formação ética dos alunos. Essa abordagem é apoiada por Severino (2010) e Xavier (2015), que defendem que o uso de textos filosóficos em sala de aula pode ser uma estratégia eficaz para desenvolver a capacidade de análise e de julgamento crítico. A prática de contextualizar as citações e utilizá-las em debates e ensaios filosóficos pode contribuir para que os alunos compreendam as ideias de Kant de maneira profunda e crítica, promovendo uma aprendizagem que valorize a autonomia e a reflexão (Freire, 1992; Kant, 1985).

O uso de citações de Kant como ferramentas pedagógicas no ensino da filosofia deve ser uma prática que promova a análise crítica e a interpretação reflexiva, incentivando os alunos a questionar e a refletir sobre as implicações das ideias estudadas. Severino (2002) e Fabbrini (2008) argumentam que a prática educativa deve ser uma experiência que fomente a autonomia e a capacidade crítica, preparando os alunos para atuar de forma ética e consciente na sociedade. Essa prática, quando orientada por uma pedagogia que valorize a reflexão e o diálogo, pode contribuir para a formação de cidadãos críticos e engajados, capazes de enfrentar os desafios contemporâneos com uma mente aberta e uma consciência crítica (Ghedin, 2009; Foucault, 2010). O uso de citações de Kant, quando contextualizado e integrado de forma consciente ao ensino, pode ser uma ferramenta poderosa para promover

uma educação que valorize tanto o desenvolvimento intelectual quanto a formação ética dos alunos.

3.2. A CONCEPÇÃO DE FILOSOFIA IMPLÍCITA NESSAS CITAÇÕES

A concepção de filosofia presente nas citações de Kant transcende a simples apresentação de conceitos e teorias, posicionando a prática filosófica como um meio de formação do indivíduo em sua capacidade crítica e autônoma. Essa visão fundamenta-se na premissa de que a filosofia deve ensinar o aluno a pensar por si mesmo, a questionar e a refletir criticamente sobre os conhecimentos adquiridos e as realidades que o cercam. Nesse contexto, a prática pedagógica deve buscar estratégias que incentivem não apenas a compreensão teórica, mas a aplicação prática da análise crítica e da autonomia de pensamento (Kant, 1985; Dalbosco, 2011). Tal perspectiva é reforçada por Severino (2010), que aponta que o ensino de filosofia deve ultrapassar a transmissão de conteúdos, visando a formação de uma consciência capaz de integrar o conhecimento com a prática da crítica e da reflexão autônoma.

A filosofia kantiana, ao colocar a autonomia e o uso da razão como elementos centrais da formação humana, traz implicações pedagógicas significativas. Freire (1992) contribui para essa discussão ao enfatizar que a educação deve ser um processo de libertação, em que o aluno é encorajado a pensar de maneira crítica e a desenvolver sua própria compreensão do mundo. Essa concepção dialoga com a proposta de Gallo (2012), que defende uma prática pedagógica voltada para a emancipação do aluno, promovendo o desenvolvimento de habilidades que permitam a interpretação e a análise de questões complexas. Kohan (2008) ressalta que a filosofia deve ser ensinada como uma prática viva e dialógica, em que o aluno participa ativamente do processo de aprendizagem, questionando e construindo significados a partir de suas próprias experiências e interações com os textos filosóficos.

A prática filosófica que ensina os alunos a questionar e a analisar criticamente é essencial para a formação de um pensamento autônomo e reflexivo. Bechara (2011) e Borba (2011) destacam que o uso de textos originais em sala de aula pode ser uma estratégia eficaz para fomentar a capacidade crítica, pois permite que os alunos interajam diretamente com as ideias e reflitam sobre suas implicações. Essa abordagem encontra eco nas ideias de Severino (2003), que argumenta que o ensino de filosofia deve estimular a análise e a interpretação, promovendo uma compreensão

que vai além da mera reprodução de conceitos. A prática de questionar e debater, conforme defendida por Freire (1992), é fundamental para que a educação se torne um processo de formação integral, em que o aluno se torna sujeito ativo de seu aprendizado.

A análise das implicações pedagógicas da concepção de filosofia presente nas citações de Kant revela que a educação deve ser uma prática que valorize o desenvolvimento da autonomia intelectual. Severino (2016) e Hadot (2014) apontam que a filosofia, ao ser ensinada como uma prática que promove o exercício da razão, prepara o aluno para atuar de maneira consciente e crítica no mundo. Essa prática educativa deve ser estruturada de forma que o aluno seja incentivado a questionar, a refletir e a construir seu próprio entendimento, conforme propõe Dalbosco (2011). Ghedin (2009) reforça que a filosofia deve ser ensinada como uma disciplina que estimula o pensamento crítico e a capacidade de julgamento, habilidades essenciais para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis.

A comparação entre a abordagem kantiana e outras metodologias de ensino de filosofia permite uma reflexão sobre as práticas pedagógicas mais eficazes para promover a autonomia e o pensamento crítico. Guimarães (2014) destaca que, em muitos sistemas educacionais, o ensino de filosofia ainda é orientado por uma perspectiva que privilegia a memorização e a reprodução de conceitos, em detrimento da reflexão e da análise crítica. Essa abordagem contrasta com a proposta de Kant, que vê a filosofia como uma prática que deve ensinar a pensar e não apenas a conhecer. Severino (2002) e Xavier (2015) argumentam que o uso de textos filosóficos em sala de aula pode ser uma ferramenta poderosa para desenvolver a capacidade de interpretação e de questionamento, contribuindo para uma aprendizagem que valorize a autonomia e a reflexão crítica.

A prática pedagógica que promove o questionamento e a análise crítica deve ser planejada de forma que os alunos sejam incentivados a interagir com os textos filosóficos e a explorar suas próprias interpretações. Foucault (2010) e Hadot (2014) sugerem que a prática filosófica deve ser uma experiência de leitura e reflexão que envolva o aluno de maneira ativa, estimulando-o a questionar e a refletir sobre as implicações das ideias estudadas. Essa prática é corroborada por Gallo (2012), que defende que o ensino de filosofia deve ser uma prática que promova o diálogo e a construção coletiva de significados, preparando os alunos para atuar de forma crítica e consciente na sociedade. Essa abordagem pedagógica, conforme defendida por

Kant (1985), prepara o aluno para o exercício da liberdade e da autonomia, competências indispensáveis para a vida em sociedade.

A promoção de uma prática filosófica que ensine os alunos a questionar e a analisar criticamente é um desafio que exige a implementação de metodologias de ensino que valorizem a reflexão e o diálogo. Severino (2010) e Fabbrini (2008) destacam que a prática educativa deve ser orientada por uma metodologia que incentive a leitura crítica e a interpretação reflexiva dos textos, promovendo uma aprendizagem que valorize tanto o desenvolvimento intelectual quanto a formação ética. Essa abordagem é apoiada por Calvino (1993), que argumenta que o contato com os textos clássicos pode ser uma forma eficaz de estimular o pensamento crítico e a autonomia dos alunos. A prática pedagógica deve, portanto, ser planejada de forma a promover tanto o conhecimento quanto a capacidade de questionar e de refletir, conforme propõe Freire (1992).

O ensino de filosofia, quando orientado pela concepção kantiana de autonomia e uso da razão, promove uma prática educativa que valoriza a participação ativa dos alunos e a construção de uma compreensão crítica. Severino (2016) e Ghedin (2009) argumentam que a educação deve ser uma prática que prepare o aluno para pensar de forma independente e agir de maneira ética e consciente. Essa prática é corroborada por Kohan (2008), que defende que a filosofia deve ser ensinada como uma disciplina que promove o diálogo e a construção coletiva de significados, incentivando os alunos a questionar e a desenvolver suas próprias interpretações. A prática pedagógica, nesse sentido, deve ser orientada pela busca do entendimento profundo dos textos e pela promoção de uma aprendizagem que valorize a autonomia e a reflexão crítica (Hadot, 2014; Foucault, 2010).

A concepção de filosofia implícita nas citações de Kant implica que a educação deve ser uma prática que valorize o desenvolvimento da capacidade crítica e da autonomia intelectual. Severino (2003) e Fabbrini (2008) destacam que o ensino de filosofia deve ir além da simples transmissão de conceitos, promovendo uma prática que estimule a análise e a interpretação. Essa abordagem é apoiada por Gallo (2012), que argumenta que a prática pedagógica deve ser planejada de forma a incentivar o aluno a questionar e a refletir sobre as ideias estudadas, promovendo uma compreensão que vá além da memorização e da reprodução de conceitos. Freire (1992) contribui para essa discussão ao afirmar que a educação deve ser uma prática

de libertação, em que o aluno é encorajado a desenvolver sua própria compreensão do mundo e a agir de forma consciente e responsável.

A comparação entre a abordagem kantiana e outras metodologias de ensino de filosofia revela que a prática educativa deve ser orientada por uma metodologia que valorize tanto o desenvolvimento intelectual quanto a formação ética dos alunos. Guimarães (2014) e Severino (2016) destacam que o uso de textos filosóficos em sala de aula pode ser uma forma eficaz de promover a capacidade crítica e a autonomia dos alunos. Essa prática é corroborada por Xavier (2015), que argumenta que a filosofia deve ser ensinada como uma prática que promove a reflexão e o questionamento, incentivando os alunos a desenvolver suas próprias interpretações e a agir de forma ética e consciente. A prática pedagógica deve, portanto, ser planejada de forma a promover tanto o conhecimento quanto a capacidade de questionar e de refletir, conforme propõe Kant (1985).

O ensino de filosofia, conforme a concepção kantiana, deve ser uma prática que prepare o aluno para pensar de forma independente e agir de maneira ética e consciente. Foucault (2010) e Hadot (2014) sugerem que a prática filosófica deve ser uma experiência de leitura e reflexão que envolva o aluno de maneira ativa, estimulando-o a questionar e a refletir sobre as implicações das ideias estudadas. Essa abordagem é apoiada por Gallo (2012), que argumenta que o ensino de filosofia deve ser uma prática que promova o diálogo e a construção coletiva de significados, preparando os alunos para atuar de forma crítica e consciente na sociedade. A prática pedagógica, conforme defendida por Severino (2010) e Dalbosco (2011), prepara o aluno para o exercício da liberdade e da autonomia, competências indispensáveis para a vida em sociedade.

A concepção de filosofia implícita nas citações de Kant implica uma prática educativa que valorize a autonomia intelectual e o desenvolvimento da capacidade crítica. Severino (2010) e Fabbrini (2008) destacam que o ensino de filosofia deve ir além da simples transmissão de conceitos, promovendo uma prática que estimule a análise e a interpretação. Essa abordagem é corroborada por Gallo (2012), que argumenta que a prática pedagógica deve ser planejada de forma a incentivar o aluno a questionar e a refletir sobre as ideias estudadas, promovendo uma compreensão que vá além da memorização e da reprodução de conceitos. Freire (1992) contribui para essa discussão ao afirmar que a educação deve ser uma prática de libertação,

em que o aluno é encorajado a desenvolver sua própria compreensão do mundo e a agir de forma consciente e responsável.

3.3. USOS E ABUSOS DESSAS CITAÇÕES

A concepção de filosofia presente nas citações de Kant transcende a simples apresentação de conceitos e teorias, posicionando a prática filosófica como um meio de formação do indivíduo em sua capacidade crítica e autônoma. Essa visão fundamenta-se na premissa de que a filosofia deve ensinar o aluno a pensar por si mesmo, a questionar e a refletir criticamente sobre os conhecimentos adquiridos e as realidades que o cercam. Nesse contexto, a prática pedagógica deve buscar estratégias que incentivem não apenas a compreensão teórica, mas a aplicação prática da análise crítica e da autonomia de pensamento (Kant, 1985; Dalbosco, 2011). Tal perspectiva é reforçada por Severino (2010), que aponta que o ensino de filosofia deve ultrapassar a transmissão de conteúdos, visando a formação de uma consciência capaz de integrar o conhecimento com a prática da crítica e da reflexão autônoma.

A filosofia kantiana, ao colocar a autonomia e o uso da razão como elementos centrais da formação humana, traz implicações pedagógicas significativas. Freire (1992) contribui para essa discussão ao enfatizar que a educação deve ser um processo de libertação, em que o aluno é encorajado a pensar de maneira crítica e a desenvolver sua própria compreensão do mundo. Essa concepção dialoga com a proposta de Gallo (2012), que defende uma prática pedagógica voltada para a emancipação do aluno, promovendo o desenvolvimento de habilidades que permitam a interpretação e a análise de questões complexas. Kohan (2008) ressalta que a filosofia deve ser ensinada como uma prática viva e dialógica, em que o aluno participa ativamente do processo de aprendizagem, questionando e construindo significados a partir de suas próprias experiências e interações com os textos filosóficos.

A prática filosófica que ensina os alunos a questionar e a analisar criticamente é essencial para a formação de um pensamento autônomo e reflexivo. Bechara (2011) e Borba (2011) destacam que o uso de textos originais em sala de aula pode ser uma estratégia eficaz para fomentar a capacidade crítica, pois permite que os alunos interajam diretamente com as ideias e reflitam sobre suas implicações. Essa abordagem encontra eco nas ideias de Severino (2003), que argumenta que o ensino de filosofia deve estimular a análise e a interpretação, promovendo uma compreensão

que vai além da mera reprodução de conceitos. A prática de questionar e debater, conforme defendida por Freire (1992), é fundamental para que a educação se torne um processo de formação integral, em que o aluno se torna sujeito ativo de seu aprendizado.

A análise das implicações pedagógicas da concepção de filosofia presente nas citações de Kant revela que a educação deve ser uma prática que valorize o desenvolvimento da autonomia intelectual. Severino (2016) e Hadot (2014) apontam que a filosofia, ao ser ensinada como uma prática que promove o exercício da razão, prepara o aluno para atuar de maneira consciente e crítica no mundo. Essa prática educativa deve ser estruturada de forma que o aluno seja incentivado a questionar, a refletir e a construir seu próprio entendimento, conforme propõe Dalbosco (2011). Ghedin (2009) reforça que a filosofia deve ser ensinada como uma disciplina que estimula o pensamento crítico e a capacidade de julgamento, habilidades essenciais para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis.

A comparação entre a abordagem kantiana e outras metodologias de ensino de filosofia permite uma reflexão sobre as práticas pedagógicas mais eficazes para promover a autonomia e o pensamento crítico. Guimarães (2014) destaca que, em muitos sistemas educacionais, o ensino de filosofia ainda é orientado por uma perspectiva que privilegia a memorização e a reprodução de conceitos, em detrimento da reflexão e da análise crítica. Essa abordagem contrasta com a proposta de Kant, que vê a filosofia como uma prática que deve ensinar a pensar e não apenas a conhecer. Severino (2002) e Xavier (2015) argumentam que o uso de textos filosóficos em sala de aula pode ser uma ferramenta poderosa para desenvolver a capacidade de interpretação e de questionamento, contribuindo para uma aprendizagem que valorize a autonomia e a reflexão crítica.

A prática pedagógica que promove o questionamento e a análise crítica deve ser planejada de forma que os alunos sejam incentivados a interagir com os textos filosóficos e a explorar suas próprias interpretações. Foucault (2010) e Hadot (2014) sugerem que a prática filosófica deve ser uma experiência de leitura e reflexão que envolva o aluno de maneira ativa, estimulando-o a questionar e a refletir sobre as implicações das ideias estudadas. Essa prática é corroborada por Gallo (2012), que defende que o ensino de filosofia deve ser uma prática que promova o diálogo e a construção coletiva de significados, preparando os alunos para atuar de forma crítica e consciente na sociedade. Essa abordagem pedagógica, conforme defendida por

Kant (1985), prepara o aluno para o exercício da liberdade e da autonomia, competências indispensáveis para a vida em sociedade.

A promoção de uma prática filosófica que ensine os alunos a questionar e a analisar criticamente é um desafio que exige a implementação de metodologias de ensino que valorizem a reflexão e o diálogo. Severino (2010) e Fabbrini (2008) destacam que a prática educativa deve ser orientada por uma metodologia que incentive a leitura crítica e a interpretação reflexiva dos textos, promovendo uma aprendizagem que valorize tanto o desenvolvimento intelectual quanto a formação ética. Essa abordagem é apoiada por Calvino (1993), que argumenta que o contato com os textos clássicos pode ser uma forma eficaz de estimular o pensamento crítico e a autonomia dos alunos. A prática pedagógica deve, portanto, ser planejada de forma a promover tanto o conhecimento quanto a capacidade de questionar e de refletir, conforme propõe Freire (1992).

O ensino de filosofia, quando orientado pela concepção kantiana de autonomia e uso da razão, promove uma prática educativa que valoriza a participação ativa dos alunos e a construção de uma compreensão crítica. Severino (2016) e Ghedin (2009) argumentam que a educação deve ser uma prática que prepare o aluno para pensar de forma independente e agir de maneira ética e consciente. Essa prática é corroborada por Kohan (2008), que defende que a filosofia deve ser ensinada como uma disciplina que promove o diálogo e a construção coletiva de significados, incentivando os alunos a questionar e a desenvolver suas próprias interpretações. A prática pedagógica, nesse sentido, deve ser orientada pela busca do entendimento profundo dos textos e pela promoção de uma aprendizagem que valorize a autonomia e a reflexão crítica (Hadot, 2014; Foucault, 2010).

A concepção de filosofia implícita nas citações de Kant implica que a educação deve ser uma prática que valorize o desenvolvimento da capacidade crítica e da autonomia intelectual. Severino (2003) e Fabbrini (2008) destacam que o ensino de filosofia deve ir além da simples transmissão de conceitos, promovendo uma prática que estimule a análise e a interpretação. Essa abordagem é apoiada por Gallo (2012), que argumenta que a prática pedagógica deve ser planejada de forma a incentivar o aluno a questionar e a refletir sobre as ideias estudadas, promovendo uma compreensão que vá além da memorização e da reprodução de conceitos. Freire (1992) contribui para essa discussão ao afirmar que a educação deve ser uma prática

de libertação, em que o aluno é encorajado a desenvolver sua própria compreensão do mundo e a agir de forma consciente e responsável.

A comparação entre a abordagem kantiana e outras metodologias de ensino de filosofia revela que a prática educativa deve ser orientada por uma metodologia que valorize tanto o desenvolvimento intelectual quanto a formação ética dos alunos. Guimarães (2014) e Severino (2016) destacam que o uso de textos filosóficos em sala de aula pode ser uma forma eficaz de promover a capacidade crítica e a autonomia dos alunos. Essa prática é corroborada por Xavier (2015), que argumenta que a filosofia deve ser ensinada como uma prática que promove a reflexão e o questionamento, incentivando os alunos a desenvolver suas próprias interpretações e a agir de forma ética e consciente. A prática pedagógica deve, portanto, ser planejada de forma a promover tanto o conhecimento quanto a capacidade de questionar e de refletir, conforme propõe Kant (1985).

O ensino de filosofia, conforme a concepção kantiana, deve ser uma prática que prepare o aluno para pensar de forma independente e agir de maneira ética e consciente. Foucault (2010) e Hadot (2014) sugerem que a prática filosófica deve ser uma experiência de leitura e reflexão que envolva o aluno de maneira ativa, estimulando-o a questionar e a refletir sobre as implicações das ideias estudadas. Essa abordagem é apoiada por Gallo (2012), que argumenta que o ensino de filosofia deve ser uma prática que promova o diálogo e a construção coletiva de significados, preparando os alunos para atuar de forma crítica e consciente na sociedade. A prática pedagógica, conforme defendida por Severino (2010) e Dalbosco (2011), prepara o aluno para o exercício da liberdade e da autonomia, competências indispensáveis para a vida em sociedade.

A concepção de filosofia implícita nas citações de Kant implica uma prática educativa que valorize a autonomia intelectual e o desenvolvimento da capacidade crítica. Severino (2010) e Fabbrini (2008) destacam que o ensino de filosofia deve ir além da simples transmissão de conceitos, promovendo uma prática que estimule a análise e a interpretação. Essa abordagem é corroborada por Gallo (2012), que argumenta que a prática pedagógica deve ser planejada de forma a incentivar o aluno a questionar e a refletir sobre as ideias estudadas, promovendo uma compreensão que vá além da memorização e da reprodução de conceitos. Freire (1992) contribui para essa discussão ao afirmar que a educação deve ser uma prática de libertação,

em que o aluno é encorajado a desenvolver sua própria compreensão do mundo e a agir de forma consciente e responsável.

CAPÍTULO 4. DA FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO À EDUCAÇÃO FILOSÓFICA: UMA PROPOSTA CURRICULAR PARA O ENSINO DE FILOSOFIA NO NÍVEL MÉDIO BASEADA NO PENSAMENTO DE KANT

O capítulo que se segue busca desenvolver uma proposta curricular inovadora para o ensino de filosofia no nível médio, partindo da filosofia da educação elaborada por Kant para construir uma educação filosófica ativa e participativa. Compreendendo a educação como um processo que vai além da simples transmissão de conhecimento, Kant propõe que a verdadeira formação se dá quando o indivíduo é incitado a pensar por si mesmo e a exercer a sua razão de forma autônoma. Essa perspectiva é fundamental para a formação do pensamento crítico e da capacidade de julgamento, elementos centrais para uma prática educativa que pretende não apenas instruir, mas formar indivíduos que sejam agentes conscientes e reflexivos em sua interação com o mundo. Partindo desse ponto de vista, o capítulo visa apresentar os fundamentos teóricos necessários para uma abordagem que, ancorada na filosofia kantiana, transcenda a instrução passiva e inspire uma prática filosófica que desafie e desenvolva a mente dos alunos.

O foco inicial recai sobre os fundamentos teóricos que sustentam uma educação filosófica no ensino médio, explorando como as ideias de Kant sobre esclarecimento e autonomia intelectual são aplicáveis à formação de jovens estudantes. Para Kant, a capacidade de sair da menoridade intelectual é uma condição indispensável para que o indivíduo se torne um agente racional e livre. Dessa forma, a proposta curricular discutida neste capítulo tem como base a premissa de que o ensino deve promover o desenvolvimento de uma mentalidade crítica, onde a prática do filosofar é um exercício contínuo que prepara o aluno para enfrentar questões complexas e para atuar de forma ética e racional em contextos variados. A partir dos conceitos presentes em obras como "Que é o Esclarecimento?" e "Sobre a Pedagogia", a análise segue para a discussão de como esses princípios podem ser traduzidos em práticas educativas que estimulem a reflexão e a autonomia, ao invés de uma aprendizagem meramente mecânica.

Com base na filosofia kantiana, o capítulo propõe objetivos claros para uma educação que busca formar indivíduos capazes de aplicar o uso autônomo da razão em situações concretas. A ênfase está na importância de fomentar a habilidade de questionar, de analisar criticamente e de formar opiniões fundamentadas. A educação,

nesse sentido, deve ser um processo que vai além da memorização de conceitos filosóficos; ela deve permitir que o aluno construa um entendimento profundo das ideias e seja capaz de aplicá-las em debates, redações e reflexões que conectem o pensamento de Kant a questões contemporâneas e relevantes para a sua realidade. O currículo proposto inclui atividades que envolvem a leitura e a análise de textos filosóficos, começando pelas obras de Kant e se expandindo para outras tradições filosóficas, criando um ambiente de aprendizado em que o estudante é desafiado a confrontar e a compreender diferentes perspectivas filosóficas, promovendo, assim, uma formação mais completa e significativa.

Para que a proposta curricular se materialize de forma eficaz, a estrutura do programa educativo é detalhada em três eixos principais que seguem a progressão do pensamento kantiano e que se destinam a desenvolver o pensamento crítico dos alunos de forma gradual e cumulativa. O primeiro eixo concentra-se na introdução ao pensamento crítico e à autonomia da razão, começando com o estudo do conceito de esclarecimento e da necessidade de sair da menoridade, conforme descrito por Kant. Atividades como leituras dirigidas, discussões em grupo e redações orientadas visam relacionar esses conceitos com situações práticas da vida dos alunos, incentivando-os a identificar e a questionar as limitações impostas por formas de autoridade e dogmatismos. Este processo é crucial para preparar o estudante a tomar decisões fundamentadas e a enfrentar os desafios da vida com uma abordagem analítica e ponderada.

O segundo eixo aborda a relação entre a educação e a antropologia no pensamento kantiano, ressaltando como a formação humana está intimamente ligada ao desenvolvimento da racionalidade e da moralidade. A partir de obras como "*Sobre a Pedagogia*" e "*Antropologia do Ponto de Vista Pragmático*", o currículo explora a ideia de que a educação tem o papel de moldar o potencial humano de acordo com os princípios da razão prática. Estudos comparativos entre Kant e outros pensadores enriquecem essa parte do currículo, permitindo que os alunos compreendam as diferentes abordagens sobre a natureza humana e sua educação. As atividades propostas visam a criar um ambiente de aprendizado interativo, onde a análise crítica e a discussão são fomentadas, contribuindo para a formação de um entendimento mais profundo e integrado dos textos e conceitos filosóficos.

O terceiro eixo do currículo é dedicado à filosofia prática e ao ensino de filosofar, destacando as implicações da "Crítica da Razão Pura" e do texto "Que significa

orientar-se no pensamento?". Nessa etapa, os alunos são incentivados a aplicar os métodos de análise e argumentação filosófica em discussões sobre dilemas éticos e temas contemporâneos, promovendo a prática da filosofia como um processo ativo e investigativo. O ensino de filosofar, nesse contexto, não se limita à transmissão de conhecimento, mas é visto como um exercício que desenvolve a capacidade de raciocinar de forma independente e de sustentar suas posições com base em argumentos sólidos e bem estruturados. Essa prática prepara os alunos não apenas para compreender a filosofia, mas para aplicá-la em sua vida cotidiana, contribuindo para a formação de indivíduos críticos e conscientes.

As metodologias de ensino filosófico inspiradas em Kant sugeridas no capítulo incluem estratégias que estimulam a participação ativa dos alunos e o desenvolvimento de habilidades de argumentação e reflexão crítica. A prática de diálogos socráticos, por exemplo, é uma metodologia eficaz para promover debates críticos e para desenvolver a capacidade de escuta e argumentação dos alunos, com base nos textos de Kant. Outra estratégia destacada é o uso de estudos de caso que aplicam os conceitos kantianos a problemas contemporâneos, como questões éticas e sociais, demonstrando a relevância prática da filosofia e conectando o pensamento abstrato à realidade vivida pelos estudantes. Essa abordagem ajuda a manter o aluno engajado e a enxergar a filosofia como uma ferramenta para a compreensão e a resolução de questões complexas e atuais.

Entretanto, o ensino da filosofia kantiana também apresenta desafios que precisam ser considerados para garantir o sucesso da proposta curricular. A complexidade dos textos de Kant é um dos principais obstáculos, demandando que os professores tenham uma formação sólida e estejam preparados para atuar como mediadores entre o texto e o aluno. Para enfrentar esse desafio, o capítulo propõe programas de capacitação continuada para professores, com foco na pedagogia kantiana e em estratégias de ensino que tornem as ideias mais acessíveis e aplicáveis no contexto escolar. Adaptações de material didático, como resumos e guias de estudo, também são sugeridas para facilitar a compreensão dos textos sem perder a essência e a profundidade das ideias kantianas.

O capítulo busca destacar que a transição de uma filosofia da educação para uma educação filosófica baseada em Kant é uma abordagem robusta e promissora para o ensino médio. Promover uma prática educativa que ensine a pensar criticamente e que incentive a autonomia intelectual contribui para a formação de

alunos que não apenas compreendem a filosofia, mas a praticam em suas interações diárias e em suas escolhas morais e racionais. Ao adotar essa proposta curricular, espera-se preparar os estudantes para se tornarem agentes ativos em suas comunidades, capacitados a enfrentar os desafios com uma perspectiva questionadora e uma mentalidade crítica.

Quanto ao campo de atuação, a proposta curricular aqui apresentada destina-se à Educação Básica, com foco no Ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª séries), no componente curricular Filosofia, em diferentes contextos escolares (rede pública e/ou privada), podendo ser adaptada às especificidades de cada sistema de ensino. Sua organização foi pensada para apoiar o trabalho docente na mediação de textos e problemas filosóficos, respeitando as condições reais de tempo, planejamento e diversidade de turmas, e buscando viabilizar, na prática, a formação para a autonomia intelectual e o pensamento crítico.

Em relação à finalidade, a presente proposta prático-propositiva tem a função de servir como instrumento de orientação didático-pedagógica para a organização do ensino de Filosofia no Ensino Médio, articulando fundamentos kantianos a procedimentos concretos de leitura, problematização e argumentação em sala de aula. Além de apoiar diretamente a prática docente, a proposta pode ser empregada como referência em projetos de formação inicial e, especialmente, de formação continuada de professores da Educação Básica, em programas, oficinas e cursos voltados ao planejamento curricular, à seleção de textos filosóficos, à elaboração de sequências didáticas e a estratégias de avaliação coerentes com a promoção da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

4.1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA A EDUCAÇÃO FILOSÓFICA NO ENSINO MÉDIO

O entendimento dos fundamentos teóricos que sustentam a educação filosófica no ensino médio, sob a ótica kantiana, evidencia a relevância da formação do pensamento crítico e da autonomia intelectual como elementos centrais no desenvolvimento de uma pedagogia que transcenda a mera instrução e promova a prática filosófica ativa. A filosofia da educação de Kant se baseia na premissa de que o esclarecimento e a saída da menoridade só são possíveis quando o indivíduo é encorajado a pensar por si mesmo, questionando dogmas e estruturas impostas (Kant, 1985). Essa proposta teórica é ampliada pela visão de Severino (2003), que

ênfatiza a necessidade de uma prática educativa que fomente a capacidade de reflexão autônoma e a análise crítica, princípios essenciais para a formação integral dos estudantes no nível médio. A educação, segundo essa perspectiva, deve ser um processo contínuo que busca não apenas a transmissão de conteúdos, mas a formação de sujeitos pensantes e éticos.

Kant defende que a educação é o meio pelo qual o ser humano pode desenvolver suas faculdades inatas e alcançar a maioridade intelectual, um estado em que a razão é exercida de forma autônoma e crítica (Kant, 1985). Essa concepção encontra eco em Freire (1992), que propõe uma educação libertadora, na qual o aluno é incentivado a ser o protagonista de seu próprio aprendizado. A combinação dessas ideias aponta para um modelo de ensino de filosofia que visa formar não apenas conhecedores de teorias, mas pensadores críticos capazes de aplicar suas habilidades em diferentes contextos. A prática educativa, portanto, deve ser planejada de modo a integrar o conhecimento filosófico com a vivência prática, criando uma ponte entre a teoria e a prática que permita ao aluno compreender e aplicar os conceitos de maneira significativa (Ghedin, 2009; Severino, 2010).

A proposta de Kant para uma educação que instigue o pensamento autônomo é fundamental para a construção de um currículo que valorize a capacidade crítica e a reflexão. Gallo (2012) argumenta que o ensino de filosofia deve ser orientado pela promoção da análise e do debate, estimulando os alunos a questionar e a refletir sobre as implicações das ideias que estudam. Essa abordagem pedagógica é apoiada por Calvino (1993), que ressalta a importância do contato direto com os textos filosóficos para desenvolver o pensamento crítico. Kohan (2008) acrescenta que a filosofia deve ser ensinada como uma prática viva, na qual o aluno é desafiado a interagir com as ideias e a construir suas próprias interpretações, fortalecendo, assim, a autonomia intelectual e a capacidade de julgamento.

O ensino de filosofia no nível médio, inspirado pelos fundamentos teóricos kantianos, deve ser estruturado de forma a permitir que os alunos desenvolvam a habilidade de pensar por si mesmos, sem depender de tutores que guiem constantemente suas opiniões (Kant, 1985). Foucault (2010) corrobora essa ideia ao enfatizar a importância do uso da razão como forma de emancipação e exercício de liberdade. Nesse sentido, a prática educativa deve ser vista como um meio de capacitar os alunos a serem agentes ativos em seu processo de aprendizado, cultivando a habilidade de analisar criticamente as informações e de formar juízos

próprios. Severino (2010) destaca que a filosofia, quando ensinada com esse enfoque, não se limita a uma disciplina acadêmica, mas se transforma em um instrumento de formação integral, preparando os alunos para enfrentar desafios com uma perspectiva crítica e independente.

A integração entre teoria e prática é um aspecto essencial da proposta de Kant para a educação filosófica. A filosofia, quando ensinada de forma que incentive a aplicação dos conceitos em contextos reais, torna-se um meio eficaz de desenvolver a autonomia e o pensamento crítico. Freire (1992) afirma que a educação deve ser um processo que respeite o aluno como sujeito ativo e criador de conhecimento, uma visão que se alinha com a proposta kantiana de uma educação que forme indivíduos capazes de pensar por si mesmos. Essa prática requer que os professores adotem metodologias que estimulem a participação dos alunos e o desenvolvimento de suas habilidades de argumentação e reflexão, elementos indispensáveis para a formação de cidadãos conscientes e engajados (Ghedin, 2009; Koham, 2008).

A educação filosófica no ensino médio, fundamentada nos princípios kantianos, deve promover a leitura e a análise crítica de textos filosóficos, incentivando os alunos a desenvolverem suas próprias interpretações e a questionarem as ideias apresentadas. Severino (2002) e Calvino (1993) destacam que o contato com os textos originais é uma forma eficaz de fomentar a capacidade crítica e a autonomia dos alunos, desde que seja acompanhado de uma mediação pedagógica que valorize a contextualização e a análise reflexiva. Essa prática educativa é corroborada por Gallo (2012), que aponta que o ensino de filosofia deve ser uma experiência que transcenda a memorização de conceitos e promova a formação de um pensamento crítico e independente.

O desenvolvimento da autonomia intelectual, como defendido por Kant, exige que o ensino seja orientado por uma metodologia que valorize tanto o conhecimento teórico quanto a prática da reflexão crítica. Foucault (2010) sugere que a filosofia deve ser uma prática que promova a capacidade de questionamento e análise, preparando os alunos para o exercício da liberdade de pensamento. Essa abordagem é apoiada por Hadot (2014), que enfatiza que a filosofia deve ser ensinada como uma prática de vida, onde o aprendizado é visto como um meio de desenvolvimento pessoal e de formação ética. Essa perspectiva destaca a importância de uma educação que ensine os alunos a aplicar os conceitos filosóficos em suas próprias vidas, incentivando a

reflexão sobre questões éticas e sociais e preparando-os para agir de forma consciente e responsável.

A educação filosófica, segundo a perspectiva kantiana, deve ser uma prática que vá além da simples instrução e que promova o desenvolvimento da capacidade crítica e da autonomia intelectual. Severino (2010) e Ghedin (2009) argumentam que o ensino de filosofia deve ser uma prática que incentive os alunos a questionar, a refletir e a construir seu próprio entendimento, preparando-os para enfrentar os desafios da vida em sociedade com uma mente crítica e aberta. Essa abordagem é apoiada por Freire (1992), que propõe uma educação que respeite o aluno como sujeito ativo e criador de conhecimento, capaz de interagir com as ideias e de desenvolver uma compreensão profunda e reflexiva.

A filosofia da educação proposta por Kant oferece uma base sólida para a construção de um ensino que valorize a autonomia e a capacidade crítica. Kohan (2008) e Severino (2016) destacam que a prática educativa deve ser orientada por uma metodologia que promova o questionamento e a análise, incentivando os alunos a desenvolverem suas próprias interpretações e a aplicarem os conceitos em suas vidas. Essa abordagem é corroborada por Calvino (1993), que argumenta que o contato com os textos clássicos pode ser uma forma eficaz de estimular o pensamento crítico e a reflexão, preparando os alunos para atuar de forma consciente e responsável na sociedade.

A prática educativa que busca promover a educação filosófica deve ser planejada de forma que os alunos sejam incentivados a interagir com os textos filosóficos e a explorar suas próprias interpretações. Severino (2003) e Fabbrini (2008) argumentam que a prática pedagógica deve ser orientada pela busca do entendimento profundo dos textos e pela promoção de uma aprendizagem que valorize a autonomia e a reflexão crítica. Essa abordagem é apoiada por Foucault (2010), que defende que a prática filosófica deve ser uma experiência de leitura e reflexão que envolva o aluno de maneira ativa, estimulando-o a questionar e a refletir sobre as implicações das ideias estudadas.

A integração entre a teoria kantiana e a prática educativa requer que os professores adotem metodologias que incentivem a leitura crítica e a análise reflexiva dos textos. Gallo (2012) e Guimarães (2014) destacam que o ensino de filosofia deve ser uma prática que promova o diálogo e a construção coletiva de significados, preparando os alunos para atuar de forma crítica e consciente na sociedade. Essa

prática educativa deve ser orientada pela busca do entendimento profundo dos textos e pela promoção de uma aprendizagem que valorize tanto o conhecimento quanto a capacidade de questionar e de refletir.

O ensino de filosofia, conforme a perspectiva kantiana, deve ser uma prática que valorize a autonomia intelectual e o desenvolvimento da capacidade crítica. Severino (2016) e Fabbrini (2008) destacam que o ensino de filosofia deve ir além da simples transmissão de conceitos, promovendo uma prática que estimule a análise e a interpretação. Essa abordagem é apoiada por Kohan (2008), que argumenta que a prática pedagógica deve ser orientada pela busca do entendimento profundo dos textos e pela promoção de uma aprendizagem que valorize a autonomia e a reflexão crítica.

O desenvolvimento da autonomia intelectual, como defendido por Kant, exige que o ensino seja orientado por uma metodologia que valorize tanto o conhecimento teórico quanto a prática da reflexão crítica. Foucault (2010) e Hadot (2014) sugerem que a filosofia deve ser uma prática que promova a capacidade de questionamento e análise, preparando os alunos para o exercício da liberdade de pensamento.

4.2. OBJETIVOS DE UMA EDUCAÇÃO FILOSÓFICA BASEADA EM KANT

A concepção kantiana de educação filosófica propõe um ensino que transcende a mera transmissão de conhecimento e promove o desenvolvimento da razão autônoma e crítica. A formação de alunos que não apenas absorvem informações, mas que são capazes de questionar, analisar e formar suas próprias opiniões fundamentadas, é um objetivo central que permeia a estrutura curricular voltada para o ensino de filosofia no nível médio. Kant, em seus escritos, destaca que a maioridade intelectual é alcançada quando o indivíduo é capaz de utilizar a razão de forma independente, um princípio que norteia a construção de um currículo que enfatize a reflexão e a prática filosófica ativa (Kant, 1985). Essa abordagem é reforçada por Severino (2003), que argumenta que o ensino de filosofia deve instigar a capacidade de pensar criticamente, promovendo a autonomia intelectual dos estudantes.

A promoção do uso autônomo da razão no ensino de filosofia é uma diretriz que se alinha aos objetivos de Kant e aos princípios de uma pedagogia voltada para o desenvolvimento da capacidade de julgamento e de análise crítica. Gallo (2012) destaca que o ensino de filosofia deve estimular o aluno a questionar e a refletir sobre os conceitos apresentados, incentivando a construção de uma compreensão profunda

que vá além da memorização. Essa prática é apoiada por Kohan (2008), que sugere que a filosofia deve ser ensinada como uma prática viva, na qual o aluno se envolve ativamente com os textos e é desafiado a desenvolver suas próprias interpretações. A autonomia intelectual, segundo Kant, é um dos principais resultados de uma educação bem-sucedida, e isso só pode ser alcançado quando o ensino promove o uso da razão de forma crítica e reflexiva (Kant, 1985; Severino, 2010).

O desenvolvimento de habilidades de interpretação e análise crítica de textos filosóficos é um dos objetivos centrais de uma educação baseada em Kant. A proposta pedagógica deve incluir o estudo de obras de Kant como ponto de partida, expandindo gradualmente para outras tradições filosóficas. Esse processo, conforme apontam Severino (2002) e Calvino (1993), é essencial para que o aluno aprenda a dialogar com diferentes perspectivas e desenvolva a capacidade de questionar e de formar opiniões baseadas em argumentos sólidos. A prática de ler e analisar textos filosóficos exige que o aluno desenvolva habilidades que vão além da simples compreensão literal, promovendo uma reflexão que considere o contexto histórico e as implicações filosóficas das ideias apresentadas. Foucault (2010) sugere que a filosofia deve ser uma prática que promova a capacidade de questionamento, preparando os alunos para o exercício da autonomia e da liberdade de pensamento.

O incentivo a debates e discussões em sala de aula é uma estratégia pedagógica que permite que os alunos apliquem o pensamento crítico a questões contemporâneas, conectando as ideias de Kant com contextos atuais. Ghedin (2009) e Severino (2016) argumentam que o ensino de filosofia deve ser uma prática que estimule o diálogo e a interação dos alunos, promovendo a construção coletiva de conhecimento. Essa abordagem é corroborada por Guimarães (2014), que ressalta a importância de criar espaços onde os alunos possam expressar suas opiniões e argumentar com base em evidências, desenvolvendo assim suas habilidades de argumentação e de análise crítica. A prática de debates em sala de aula também é apoiada por Fabbrini (2008), que destaca que essa metodologia contribui para o fortalecimento da capacidade de análise e de julgamento, elementos fundamentais para a formação de cidadãos críticos e conscientes.

A educação filosófica, conforme proposta por Kant, deve promover uma prática pedagógica que incentive a reflexão e a interpretação crítica dos textos, preparando os alunos para enfrentar questões complexas e para atuar de forma ética e racional. Severino (2010) e Hadot (2014) apontam que a filosofia deve ser ensinada como uma

prática de vida, onde o aprendizado é visto como um meio de desenvolvimento pessoal e de formação ética. Essa perspectiva é apoiada por Kohan (2008), que argumenta que a filosofia deve ser uma experiência que envolva o aluno de forma ativa, estimulando-o a questionar e a refletir sobre as implicações das ideias estudadas. A educação filosófica, nesse sentido, não se limita à aquisição de conhecimento, mas busca formar indivíduos que são capazes de aplicar suas habilidades críticas em situações concretas, contribuindo para a formação de uma sociedade mais consciente e reflexiva (Freire, 1992; Foucault, 2010).

A prática educativa que promove a reflexão crítica e a análise de textos filosóficos deve ser orientada por metodologias que incentivem a participação ativa dos alunos. Severino (2003) e Gallo (2012) destacam que a leitura e a análise de textos filosóficos em grupo podem ser uma forma eficaz de desenvolver a capacidade crítica e a autonomia dos alunos. Essa abordagem é corroborada por Calvino (1993), que argumenta que o contato com os clássicos é uma maneira de estimular o pensamento crítico e de desenvolver habilidades de interpretação. A prática de leituras dirigidas e discussões em grupo, conforme apontam Severino (2002) e Guimarães (2014), permite que os alunos confrontem diferentes perspectivas e desenvolvam a capacidade de formular e defender suas próprias ideias, promovendo um aprendizado que valorize tanto o conhecimento quanto a capacidade de questionar e de refletir.

O currículo proposto deve incluir atividades que incentivem a aplicação dos conceitos filosóficos em contextos práticos, promovendo a reflexão crítica e o desenvolvimento da autonomia intelectual. Severino (2016) e Hadot (2014) sugerem que a prática de estudos de caso e de debates sobre temas contemporâneos pode ser uma forma eficaz de demonstrar a relevância prática da filosofia. Essa abordagem é apoiada por Ghedin (2009), que argumenta que o ensino de filosofia deve ser uma prática que prepare os alunos para atuar de forma consciente e responsável na sociedade. A educação filosófica, conforme proposta por Kant, deve ser uma prática que valorize tanto o desenvolvimento intelectual quanto a formação ética, preparando os alunos para enfrentar desafios com uma mente crítica e uma perspectiva reflexiva (Kant, 1985; Foucault, 2010).

O incentivo a debates e discussões em sala de aula é uma metodologia que permite que os alunos apliquem o pensamento crítico a questões contemporâneas, conectando as ideias de Kant com o mundo atual. Severino (2010) e Fabbrini (2008) destacam que o ensino de filosofia deve ser uma prática que promova a análise e o

diálogo, incentivando os alunos a questionar e a refletir sobre as implicações das ideias estudadas. Essa abordagem é corroborada por Kohan (2008), que argumenta que a filosofia deve ser ensinada como uma prática que estimule a autonomia intelectual e a capacidade crítica, preparando os alunos para atuar de forma consciente e responsável na sociedade. A prática de debates em sala de aula, conforme apontam Severino (2003) e Gallo (2012), é uma forma eficaz de promover a construção coletiva de conhecimento e de desenvolver habilidades de argumentação e de análise.

O desenvolvimento de habilidades de interpretação e análise crítica de textos filosóficos é um objetivo central de uma educação baseada em Kant. A proposta pedagógica deve incluir o estudo de obras de Kant como ponto de partida, expandindo gradualmente para outras tradições filosóficas. Severino (2002) e Calvino (1993) argumentam que a leitura crítica dos textos filosóficos é uma forma eficaz de desenvolver a capacidade de questionamento e de análise. Essa prática é apoiada por Foucault (2010), que sugere que a filosofia deve ser uma prática que promova a reflexão crítica e a capacidade de questionar, preparando os alunos para o exercício da autonomia intelectual. A prática de leituras dirigidas e de discussões em grupo, conforme apontam Severino (2003) e Guimarães (2014), permite que os alunos desenvolvam a capacidade de formular e defender suas próprias ideias, promovendo um aprendizado que valorize tanto o conhecimento quanto a capacidade de reflexão.

A educação filosófica, conforme proposta por Kant, deve ser uma prática que promova o desenvolvimento da capacidade crítica e da autonomia intelectual. Severino (2010) e Ghedin (2009) argumentam que o ensino de filosofia deve ser uma prática que prepare os alunos para pensar de forma independente e atuar de forma ética e consciente. Essa abordagem é corroborada por Kohan (2008), que destaca que a filosofia deve ser ensinada como uma prática que promova o diálogo e a construção coletiva de significados, preparando os alunos para enfrentar desafios com uma mente aberta e questionadora. A prática de debates em sala de aula, conforme apontam Severino (2003) e Gallo (2012), é uma forma eficaz de promover a construção coletiva de conhecimento e de desenvolver habilidades de argumentação e de análise crítica.

O currículo proposto deve incluir atividades que incentivem a reflexão crítica e a análise de textos filosóficos, promovendo o desenvolvimento da autonomia intelectual e da capacidade de argumentação. Severino (2016) e Hadot (2014)

argumentam que a prática de debates e de estudos de caso pode ser uma forma eficaz de demonstrar a relevância prática da filosofia e de preparar os alunos para atuar de forma consciente e responsável.

4.3. ESTRUTURA DA PROPOSTA CURRICULAR

O currículo transcende uma simples lista de conteúdos ou um documento burocrático. Ele deve ser concebido como um projeto ético-político, um percurso intencionalmente estruturado para promover a formação do caráter e o desenvolvimento das faculdades do aluno em direção à maioria intelectual e moral. Alinhado a pensadores como Gallo (2012), que defende uma didática para o ensino médio que instigue o pensamento, o currículo kantiano é a organização de experiências e saberes com um fim claro: capacitar o estudante a pensar por si mesmo. Nesse projeto, a filosofia crítica de Kant desempenha um papel fundacional, mas não como um manual. É um erro comum tratar a "Crítica da Razão Pura" (1781) como um método pedagógico. A Crítica é, na verdade, uma investigação propedêutica sobre os limites e as possibilidades da própria razão. Ao estabelecer o que podemos conhecer legitimamente, ela fornece o alicerce epistemológico para uma educação que não se baseia em dogmas, mas na exploração crítica das condições do saber (Ferrry, 2009).

A proposta curricular deste estudo é dividida em três eixos principais, que refletem as etapas do desenvolvimento do pensamento filosófico conforme concebido por Kant:

4.3.1. Eixo 1: Introdução ao Pensamento Crítico e à Autonomia da Razão

A proposta de ensino filosófico fundamentada no pensamento kantiano tem como um de seus eixos principais a introdução ao pensamento crítico e à autonomia da razão. Esse eixo, essencial para a formação de uma mentalidade independente e reflexiva, baseia-se nos conceitos apresentados por Kant em seu texto "Que é o Esclarecimento?", onde o filósofo define o esclarecimento como a saída do homem de sua menoridade, estado em que ele é incapaz de fazer uso de seu entendimento sem a orientação de outro. Essa menoridade, segundo Kant, não é imposta pela falta de entendimento, mas pela falta de coragem e determinação para usar a razão de forma autônoma (Kant, 1985). Portanto, o primeiro eixo curricular propõe um mergulho

inicial no conceito de esclarecimento e nos princípios da autonomia da razão, fornecendo aos alunos a base necessária para que possam desenvolver habilidades críticas e analíticas que os capacitem a questionar a autoridade e buscar respostas por si mesmos.

A introdução ao conceito de esclarecimento é essencial para que os alunos compreendam a importância do uso autônomo da razão. Kant argumenta que o esclarecimento é a capacidade de pensar por si mesmo, sem a tutela de outrem, e que essa é a verdadeira emancipação do ser humano. Essa perspectiva é reforçada por Severino (2003), que destaca que a educação deve ser uma prática que estimule a formação de uma consciência crítica e autônoma. Para isso, é necessário que os alunos sejam expostos a atividades que incentivem a leitura e a análise dos textos de Kant, de forma que possam refletir sobre as implicações dessas ideias em suas próprias vidas. A prática pedagógica, portanto, deve ser estruturada de maneira que permita que os alunos compreendam a relevância do esclarecimento e desenvolvam a capacidade de questionar e de analisar as estruturas de poder e as normas sociais que limitam a liberdade de pensamento.

O conceito de autonomia, conforme apresentado por Kant, é um dos pilares para o desenvolvimento do pensamento crítico. Gallo (2012) e Kohan (2008) enfatizam que a filosofia deve ser ensinada de forma que promova a autonomia intelectual, estimulando os alunos a questionar as informações recebidas e a desenvolver suas próprias interpretações. O ensino, nesse contexto, não deve ser uma prática que busque apenas a transmissão de conteúdos, mas uma atividade que valorize o diálogo, a reflexão e a construção coletiva do conhecimento. A prática de leituras dirigidas, como proposta neste eixo curricular, deve ser acompanhada de discussões em grupo, onde os alunos possam compartilhar suas opiniões e confrontar diferentes perspectivas. Essa metodologia não só promove a compreensão profunda dos textos, mas também estimula o desenvolvimento de habilidades de argumentação e de análise crítica.

A leitura do texto “Que é o Esclarecimento?” de Kant é uma etapa fundamental para que os alunos compreendam a importância de desenvolver uma mentalidade crítica e autônoma. Essa obra propõe que a coragem de pensar por si mesmo é a chave para a emancipação intelectual e que a educação deve ser um meio de promover essa capacidade. Severino (2010) argumenta que o ensino de filosofia deve ser uma prática que fomente a capacidade de questionamento e de análise,

preparando os alunos para atuar de forma consciente e responsável. A autonomia da razão, como defende Kant, é uma condição essencial para a liberdade, pois só através do uso independente da razão é possível alcançar a verdadeira compreensão e a crítica construtiva. Essa ideia é corroborada por Foucault (2010), que sugere que o exercício da crítica é uma prática de liberdade, essencial para a formação de sujeitos autônomos e conscientes.

O estímulo à capacidade de questionar a autoridade e de buscar respostas de forma independente é um dos objetivos pedagógicos mais relevantes do primeiro eixo. A prática educativa deve ser orientada por metodologias que incentivem a participação ativa dos alunos e a aplicação dos conceitos filosóficos em situações concretas. Freire (1992) destaca que a educação deve ser um processo que respeite o aluno como sujeito ativo e criador de conhecimento, uma visão que se alinha com a proposta kantiana de que a autonomia da razão deve ser cultivada desde cedo. Para isso, as atividades pedagógicas devem incluir não só a leitura dos textos, mas também a elaboração de redações e a participação em debates que desafiem os alunos a aplicar o conceito de autonomia em suas próprias vidas. Essa prática permite que os estudantes compreendam a relevância dos conceitos estudados e os apliquem em sua vida cotidiana, promovendo uma educação que valorize tanto o conhecimento teórico quanto a prática da reflexão crítica.

As discussões em grupo são uma metodologia eficaz para promover a troca de ideias e o desenvolvimento do pensamento crítico. Ghedin (2009) e Guimarães (2014) apontam que a prática de debates e discussões em sala de aula é uma forma eficaz de estimular a argumentação e a capacidade de análise, preparando os alunos para atuar de forma consciente e reflexiva. Essa abordagem permite que os alunos confrontem diferentes pontos de vista e desenvolvam a habilidade de formular e defender suas próprias opiniões, promovendo uma compreensão mais profunda e uma análise mais rica dos textos filosóficos. A interação com os colegas e a troca de ideias são fundamentais para a formação de um pensamento crítico e autônomo, conforme defendido por Severino (2002) e Gallo (2012).

A redação de textos que relacionem o conceito de autonomia com situações da vida dos alunos é uma prática que permite que eles apliquem o conhecimento filosófico de forma prática e reflexiva. Calvino (1993) e Fabbrini (2008) destacam que a escrita é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento do pensamento crítico, pois exige que o aluno organize suas ideias, construa argumentos sólidos e reflita

sobre as implicações de suas posições. A prática da escrita permite que os alunos explorem as ideias de Kant em profundidade e relacionem os conceitos estudados com suas próprias experiências e percepções, promovendo uma compreensão mais abrangente e significativa.

A introdução ao pensamento crítico e à autonomia da razão, conforme proposta neste eixo, deve ser acompanhada de uma mediação pedagógica que valorize a leitura crítica e a análise contextualizada dos textos. Severino (2010) e Hadot (2014) sugerem que a leitura de textos filosóficos deve ser uma prática que envolva o aluno de maneira ativa, incentivando-o a questionar e a refletir sobre as implicações das ideias apresentadas. Essa prática educativa deve ser orientada por uma metodologia que valorize tanto o conhecimento teórico quanto a aplicação prática da reflexão crítica, preparando os alunos para enfrentar questões complexas e para atuar de forma ética e consciente na sociedade.

A prática de leituras dirigidas e discussões em grupo deve ser acompanhada de atividades que incentivem a aplicação dos conceitos filosóficos em contextos práticos. Foucault (2010) argumenta que a crítica é uma prática de liberdade, essencial para a formação de sujeitos autônomos e conscientes. Essa perspectiva é apoiada por Gallo (2012), que defende que o ensino de filosofia deve ser uma prática que promova o diálogo e a construção coletiva de significados, preparando os alunos para atuar de forma crítica e reflexiva. A autonomia da razão, conforme proposta por Kant, é uma condição indispensável para a formação de cidadãos conscientes e engajados, capazes de enfrentar os desafios com uma perspectiva crítica e uma mente aberta (Kant, 1985; Freire, 1992).

A prática pedagógica que promove a leitura crítica e a análise dos textos filosóficos deve ser estruturada de forma a incentivar a participação ativa dos alunos. Severino (2003) e Ghedin (2009) argumentam que a educação deve ser uma prática que prepare os alunos para pensar de forma independente e atuar de forma ética e responsável. Essa abordagem é corroborada por Calvino (1993), que destaca que o contato com os textos clássicos é uma maneira de estimular o pensamento crítico e de desenvolver habilidades de interpretação. A prática de redações e de debates, conforme apontam Severino (2010) e Guimarães (2014), permite que os alunos explorem as ideias de Kant de maneira mais profunda e desenvolvam a capacidade de questionar e de formular argumentos sólidos.

O eixo que trata da introdução ao pensamento crítico e à autonomia da razão tem como objetivo preparar os alunos para o exercício da liberdade de pensamento e da crítica construtiva. A prática de leituras dirigidas, discussões em grupo e redações que relacionem o conceito de autonomia com situações práticas é uma forma eficaz de promover a compreensão dos textos filosóficos e de estimular a reflexão crítica. Foucault (2010) e Hadot (2014) apontam que a filosofia deve ser ensinada como uma prática de vida, onde o aprendizado é visto como um meio de desenvolvimento pessoal e de formação ética. Essa perspectiva destaca a importância de uma educação que ensine os alunos a aplicar os conceitos filosóficos em suas próprias vidas, incentivando a reflexão sobre questões éticas e sociais e preparando-os para agir de forma consciente e responsável.

A proposta curricular para o ensino de filosofia, fundamentada no pensamento de Kant, deve promover uma prática educativa que valorize a autonomia e o desenvolvimento da capacidade crítica. Gallo (2012) e Kohan (2008) defendem que o ensino de filosofia deve ser uma prática que estimule a participação ativa dos alunos, promovendo a construção coletiva de conhecimento e a capacidade de questionamento. Essa abordagem é corroborada por Severino (2010), que argumenta que a prática pedagógica deve ser orientada pela busca do entendimento profundo dos textos e pela promoção de uma aprendizagem que valorize tanto o conhecimento quanto a reflexão crítica.

A introdução ao pensamento crítico e à autonomia da razão, conforme proposta por Kant, deve ser um eixo central no ensino de filosofia, preparando os alunos para o exercício da liberdade de pensamento e da crítica construtiva. Severino (2002) e Calvino (1993) argumentam que o contato com os textos clássicos é uma forma eficaz de estimular o pensamento crítico e de desenvolver habilidades de interpretação. Essa prática é apoiada por Foucault (2010), que sugere que a filosofia deve ser uma prática que promova a capacidade de questionar e de refletir, preparando os alunos para atuar de forma consciente e responsável na sociedade.

4.3.2. Eixo 2: A Relação entre Educação e Antropologia em Kant

A proposta curricular para o ensino de filosofia no nível médio fundamentada no pensamento kantiano inclui um eixo específico voltado para a análise da relação entre educação e antropologia. Esse eixo se baseia nas ideias de Kant expostas em

“*Sobre a Pedagogia*” e em trechos da “*Antropologia do Ponto de Vista Pragmático*”, onde o filósofo argumenta que a educação desempenha um papel crucial na formação da humanidade, orientando-a rumo à racionalidade e à moralidade. Para Kant, a educação é a ferramenta que molda as potencialidades humanas, permitindo que o indivíduo se desenvolva plenamente como ser racional e moral. Esse conceito é ampliado quando se considera a necessidade de uma prática educativa que integre não apenas o ensino de habilidades técnicas e intelectuais, mas também a formação ética e prática do indivíduo (Kant, 1985; Kant, 2010).

Kant propõe que a natureza humana possui disposições inatas que precisam ser educadas e orientadas para alcançar a verdadeira humanidade. A antropologia, nesse contexto, fornece as bases para compreender as capacidades e limitações do ser humano e, assim, estruturar um processo educativo que atenda às exigências de seu desenvolvimento integral. Gallo (2012) argumenta que a filosofia da educação deve considerar tanto os aspectos teóricos quanto práticos da formação, promovendo uma abordagem que valorize a relação entre a educação e as disposições humanas naturais. Esse diálogo entre educação e antropologia é essencial para criar um currículo que prepare os alunos para exercer a racionalidade de forma ética e consciente, um objetivo que está no centro do pensamento kantiano (Severino, 2003; Foucault, 2010).

A relação entre educação e antropologia em Kant destaca a importância de entender a educação como um meio de moldar as potencialidades humanas, direcionando-as para o desenvolvimento da razão e da moralidade. Em “*Sobre a Pedagogia*”, Kant enfatiza que a educação deve não apenas instruir, mas também disciplinar e cultivar as virtudes morais. Esse processo é visto como um caminho que leva o ser humano a superar suas limitações naturais e a alcançar um estado em que a razão governa suas ações. Severino (2010) e Guimarães (2014) corroboram essa visão ao afirmarem que a prática educativa deve ir além da transmissão de conhecimentos e deve promover o desenvolvimento da consciência ética e crítica dos alunos. Dessa forma, a educação torna-se um instrumento não apenas de instrução, mas de formação integral, capaz de preparar o indivíduo para agir de forma racional e responsável na sociedade.

O estudo das ideias de Kant sobre a educação e a antropologia permite compreender que a formação do indivíduo está intrinsecamente ligada à sua capacidade de exercer a racionalidade de maneira ética. Foucault (2010) sugere que

a educação deve ser uma prática que promova o exercício da razão crítica, preparando os alunos para questionar as normas e estruturas sociais e agir de forma autônoma e consciente. Essa perspectiva está alinhada com a proposta kantiana de que a educação deve cultivar tanto a mente quanto o caráter, orientando o ser humano para o uso da razão em prol do bem comum (Kant, 1985). A antropologia, nesse sentido, oferece uma compreensão mais profunda da natureza humana e das suas capacidades, permitindo que a prática educativa seja planejada de forma a promover o desenvolvimento integral dos alunos (Hadot, 2014; Severino, 2002).

As atividades propostas para este eixo curricular incluem estudos comparativos entre as visões de Kant e de outros pensadores sobre a natureza humana e sua educação. Essa abordagem permite que os alunos explorem diferentes perspectivas filosóficas e desenvolvam a capacidade de analisar criticamente as teorias e de aplicar os conceitos em suas próprias reflexões. Ghedin (2009) e Calvino (1993) apontam que o contato com diferentes correntes de pensamento é essencial para o desenvolvimento de uma mente crítica e aberta. A prática de estudos comparativos, como sugerido, contribui para que os alunos compreendam as complexidades do pensamento filosófico e desenvolvam a habilidade de relacionar as ideias de Kant com outras tradições filosóficas e com questões contemporâneas (Severino, 2010; Ghedin, 2009).

O objetivo pedagógico desse eixo é compreender a importância da educação enquanto meio de moldar o potencial humano em direção à racionalidade e à moralidade. A prática educativa deve, portanto, ser estruturada de forma que os alunos sejam incentivados a refletir sobre a importância da razão e da ética em suas vidas e em suas decisões. Kohan (2008) e Gallo (2012) destacam que a filosofia deve ser ensinada como uma prática que promova a análise crítica e a construção de uma consciência ética e responsável. Essa abordagem é corroborada por Fabbrini (2008), que sugere que a prática de atividades que relacionem a filosofia com questões práticas e contemporâneas pode ser uma forma eficaz de demonstrar a relevância do pensamento filosófico e de preparar os alunos para atuar de forma consciente e responsável na sociedade.

A educação, segundo Kant, não é apenas um meio de transmissão de conhecimentos, mas uma prática que visa a formação integral do indivíduo. Essa perspectiva é ampliada por Severino (2003), que argumenta que a prática educativa deve buscar o desenvolvimento de um pensamento crítico e ético, preparando os

alunos para enfrentar os desafios da vida em sociedade. A antropologia, nesse contexto, fornece as bases para compreender as disposições naturais do ser humano e para estruturar um processo educativo que promova o desenvolvimento dessas disposições em direção à racionalidade e à moralidade. Essa ideia é apoiada por Foucault (2010), que destaca a importância do uso da razão como uma prática de liberdade e de emancipação.

A prática de estudos comparativos entre as ideias de Kant e de outros pensadores sobre a natureza humana e a educação é uma forma eficaz de promover a compreensão dos conceitos filosóficos e de incentivar a reflexão crítica. Severino (2010) e Guimarães (2014) argumentam que a educação deve ser uma prática que prepare os alunos para pensar de forma independente e para agir de forma ética e responsável. Essa abordagem é apoiada por Calvino (1993), que destaca que o contato com diferentes correntes de pensamento pode ser uma forma eficaz de estimular o desenvolvimento de habilidades de análise e de interpretação. A prática de atividades comparativas permite que os alunos desenvolvam a capacidade de formular e defender suas próprias ideias, promovendo uma compreensão mais profunda e uma análise mais rica dos textos filosóficos.

A compreensão da relação entre educação e antropologia em Kant é essencial para a construção de uma prática educativa que valorize tanto o conhecimento teórico quanto a formação ética. Ghedin (2009) e Kohan (2008) destacam que a prática pedagógica deve ser orientada por uma metodologia que promova a reflexão crítica e a análise, incentivando os alunos a questionar e a refletir sobre as implicações das ideias estudadas. Essa abordagem é corroborada por Severino (2010), que argumenta que a prática educativa deve ser uma experiência que envolva o aluno de maneira ativa, estimulando-o a questionar e a refletir sobre as implicações das ideias filosóficas. A prática de leituras e de discussões em grupo, conforme apontam Foucault (2010) e Gallo (2012), é uma forma eficaz de promover a construção coletiva de conhecimento e de desenvolver habilidades de argumentação e de análise crítica.

O eixo que aborda a relação entre educação e antropologia em Kant tem como objetivo preparar os alunos para compreender a importância da educação como um meio de moldar o potencial humano em direção à racionalidade e à moralidade. A prática de atividades que incentivem a análise crítica e a reflexão sobre os conceitos filosóficos é uma forma eficaz de promover o desenvolvimento de uma consciência ética e crítica. Severino (2002) e Calvino (1993) argumentam que o contato com os

textos filosóficos é uma maneira de estimular o pensamento crítico e de desenvolver habilidades de interpretação. Essa prática é apoiada por Gallo (2012), que destaca que o ensino de filosofia deve ser uma prática que promova o diálogo e a construção coletiva de significados, preparando os alunos para atuar de forma consciente e responsável na sociedade.

A proposta curricular para o ensino de filosofia, fundamentada nas ideias de Kant, deve promover uma prática educativa que valorize a reflexão crítica e o desenvolvimento da capacidade de análise. Kohan (2008) e Severino (2016) argumentam que a prática pedagógica deve ser orientada por uma metodologia que promova a capacidade de questionamento e de análise, incentivando os alunos a desenvolverem suas próprias interpretações e a aplicarem os conceitos em suas vidas. Essa abordagem é corroborada por Foucault (2010), que sugere que a prática filosófica deve ser uma experiência de leitura e reflexão que envolva o aluno de maneira ativa, preparando-o para enfrentar desafios com uma mente crítica e aberta.

O desenvolvimento de uma prática educativa que compreenda a relação entre educação e antropologia em Kant é essencial para a formação de um pensamento crítico e ético. Severino (2010) e Ghedin (2009) argumentam que a prática pedagógica deve ser uma experiência que envolva o aluno de forma ativa, estimulando-o a questionar e a refletir sobre as implicações das ideias estudadas. Essa prática educativa deve ser orientada pela busca do entendimento profundo dos textos e pela promoção de uma aprendizagem que valorize tanto o conhecimento teórico quanto a prática da reflexão crítica, preparando os alunos para atuar de forma ética e responsável na sociedade.

4.3.3. Eixo 3: A Filosofia Prática e o Ensino de Filosofar

O terceiro eixo da proposta curricular dedicada ao ensino de filosofia no nível médio aborda a filosofia prática e o ensino de filosofar, fundamentando-se nas implicações práticas da “Crítica da Razão Pura” e no texto “Que significa orientar-se no pensamento?”. Kant estabelece que a filosofia, mais do que um acúmulo de conhecimento teórico, deve ser um exercício de prática crítica e investigativa. A filosofia prática envolve a aplicação dos princípios racionais e éticos à vida cotidiana, preparando os indivíduos para atuar com autonomia e discernimento em suas decisões e ações (Kant, 1985; Kant, 2010). Essa abordagem é reforçada por Severino

(2003), que defende que a educação filosófica deve fomentar a capacidade dos alunos de aplicar o pensamento crítico em questões reais, promovendo uma compreensão que vá além do estudo meramente conceitual.

O estudo das implicações práticas da filosofia requer que os alunos compreendam como as ideias teóricas se conectam às experiências cotidianas e às decisões éticas que enfrentam. Kant, em sua obra “Crítica da Razão Pura”, argumenta que a razão não deve ser usada apenas para a compreensão abstrata, mas também para a orientação das ações de forma consciente e moral (Kant, 1985). Essa concepção de filosofia prática implica um ensino que vá além da mera apresentação de teorias, envolvendo os alunos em um processo de investigação que os leva a questionar, analisar e refletir sobre dilemas contemporâneos. Severino (2010) e Foucault (2010) sugerem que a prática educativa deve incluir atividades que promovam a análise crítica e a argumentação, estimulando os alunos a explorar as implicações éticas e racionais das ideias filosóficas.

A elaboração de debates filosóficos em sala de aula é uma atividade central para que os alunos aprendam a filosofar de forma prática. Esses debates, baseados na metodologia crítica kantiana, permitem que os alunos confrontem diferentes pontos de vista, formulem argumentos sólidos e desenvolvam a capacidade de análise e de julgamento. Gallo (2012) e Kohan (2008) destacam que o ensino de filosofia deve ser uma prática que promova a interação e a construção coletiva de significados, preparando os alunos para atuar de forma crítica e consciente na sociedade. A prática de debates e discussões em grupo contribui para o desenvolvimento de habilidades de argumentação e para a compreensão das implicações práticas dos conceitos filosóficos, permitindo que os alunos apliquem as ideias estudadas em suas reflexões sobre questões éticas e dilemas atuais (Severino, 2003; Foucault, 2010).

A metodologia crítica kantiana, ao ser aplicada em atividades práticas, ensina os alunos a questionar e a refletir sobre os fundamentos de suas crenças e decisões. Kant, em “Que significa orientar-se no pensamento?”, enfatiza que o uso da razão deve ser guiado pela busca da verdade e pela disposição de questionar as suposições e os preconceitos que influenciam o pensamento (Kant, 1985). Essa orientação crítica é essencial para a prática do filosofar, pois incentiva os alunos a desenvolverem um pensamento autônomo e investigativo. Ghedin (2009) e Calvino (1993) apontam que a educação deve ser uma prática que respeite o aluno como sujeito ativo e criador de

conhecimento, uma visão que se alinha com a proposta kantiana de que a filosofia deve ser vivenciada e praticada, e não apenas estudada teoricamente.

O objetivo pedagógico deste eixo é ensinar os alunos a filosofar, promovendo uma prática que vai além da memorização de conteúdos e que valoriza a investigação ativa. Severino (2010) argumenta que a prática educativa deve preparar os alunos para aplicar o pensamento filosófico em suas próprias vidas, incentivando a reflexão sobre questões éticas e morais e o desenvolvimento de uma consciência crítica. A filosofia, conforme proposta por Kant, deve ser um meio de promover o uso da razão de forma livre e independente, preparando os alunos para atuar de forma consciente e responsável. Essa perspectiva é corroborada por Foucault (2010), que sugere que o exercício da crítica é uma prática de liberdade que capacita o indivíduo a questionar e a transformar as estruturas sociais e as normas que limitam a autonomia.

A prática de debates filosóficos sobre temas éticos e dilemas contemporâneos é uma estratégia pedagógica eficaz para desenvolver a capacidade crítica dos alunos e prepará-los para aplicar os conceitos filosóficos em situações práticas. Severino (2003) e Gallo (2012) destacam que o ensino de filosofia deve ser uma experiência que envolva o aluno de forma ativa, promovendo a construção de um entendimento profundo e a aplicação dos princípios filosóficos em sua vida cotidiana. A filosofia prática, ao ser ensinada com essa abordagem, permite que os alunos compreendam as implicações éticas e racionais das ideias e desenvolvam a habilidade de tomar decisões fundamentadas e éticas (Kant, 1985; Freire, 1992).

A metodologia de ensino que incentiva a prática do filosofar deve incluir atividades que promovam a análise crítica e a argumentação. Severino (2016) e Hadot (2014) sugerem que a filosofia deve ser ensinada como uma prática de vida, onde o aprendizado é visto como um meio de desenvolvimento pessoal e de formação ética. Essa perspectiva destaca a importância de uma prática educativa que ensine os alunos a aplicar os conceitos filosóficos em suas próprias vidas, incentivando a reflexão sobre questões éticas e morais e preparando-os para atuar de forma ética e responsável. A filosofia prática, conforme proposta por Kant, é uma ferramenta para o desenvolvimento da autonomia intelectual e da capacidade crítica, preparando os alunos para enfrentar desafios com uma mente aberta e questionadora (Foucault, 2010; Kant, 1985).

A prática de debates filosóficos deve ser acompanhada de uma mediação pedagógica que incentive a participação ativa dos alunos e a aplicação dos conceitos

em situações práticas. Severino (2003) e Ghedin (2009) argumentam que a prática pedagógica deve preparar os alunos para pensar de forma independente e atuar de forma ética e responsável. Essa abordagem é corroborada por Kohan (2008), que destaca que o ensino de filosofia deve ser uma prática que promova o diálogo e a construção coletiva de significados, preparando os alunos para atuar de forma crítica e consciente na sociedade. A prática de debates e discussões em grupo, conforme apontam Foucault (2010) e Gallo (2012), é uma forma eficaz de promover a construção coletiva de conhecimento e de desenvolver habilidades de argumentação e de análise crítica.

O eixo que aborda a filosofia prática e o ensino de filosofar tem como objetivo preparar os alunos para aplicar o pensamento crítico em suas próprias vidas e para atuar de forma ética e consciente. A prática de atividades que incentivem a análise crítica e a argumentação é uma forma eficaz de promover a compreensão dos conceitos filosóficos e de desenvolver a capacidade de aplicar esses conceitos em situações práticas. Severino (2010) e Calvino (1993) argumentam que o contato com os textos filosóficos é uma maneira de estimular o pensamento crítico e de desenvolver habilidades de interpretação. Essa prática é apoiada por Gallo (2012), que destaca que o ensino de filosofia deve ser uma prática que promova o diálogo e a construção coletiva de significados, preparando os alunos para atuar de forma consciente e responsável na sociedade.

A prática de ensinar a filosofar, conforme proposta por Kant, deve ser uma experiência que valorize a participação ativa dos alunos e a aplicação dos conceitos em situações práticas. Kohan (2008) e Severino (2016) argumentam que a prática pedagógica deve ser orientada por uma metodologia que promova a capacidade de questionamento e de análise, incentivando os alunos a desenvolverem suas próprias interpretações e a aplicarem os conceitos filosóficos em suas vidas. Essa abordagem é corroborada por Foucault (2010), que sugere que a prática filosófica deve ser uma experiência de leitura e reflexão que envolva o aluno de maneira ativa, preparando-o para enfrentar desafios com uma mente crítica e aberta.

O desenvolvimento de uma prática educativa que valorize a filosofia prática e o ensino de filosofar é essencial para a formação de um pensamento crítico e ético. Severino (2010) e Ghedin (2009) argumentam que a prática pedagógica deve ser uma experiência que envolva o aluno de forma ativa, estimulando-o a questionar e a refletir sobre as implicações das ideias estudadas. Essa prática educativa deve ser orientada

pela busca do entendimento profundo dos textos e pela promoção de uma aprendizagem que valorize tanto o conhecimento teórico quanto a aplicação prática da reflexão crítica, preparando os alunos para atuar de forma ética e responsável na sociedade.

4.4. METODOLOGIAS DE ENSINO FILOSÓFICO INSPIRADAS EM KANT

É importante salientar, desde logo, que no que se refere à capacitação docente, esta proposta se destina especificamente aos professores da Educação Básica, sobretudo àqueles que atuam no Ensino Médio, em razão das exigências próprias do trabalho pedagógico com Filosofia nesse nível de ensino. Trata-se de uma formação continuada orientada a oferecer subsídios teórico-metodológicos para a leitura e mediação de textos filosóficos, a condução de debates argumentativos e a elaboração de sequências didáticas coerentes com a finalidade formativa da disciplina, favorecendo, assim, a promoção da autonomia intelectual e do pensamento crítico dos estudantes.

A implementação de um ensino filosófico alinhado aos princípios de Kant exige metodologias que incentivem a participação ativa e o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos. Kant enfatiza que a educação deve promover a autonomia da razão, permitindo que os estudantes façam uso independente de seu pensamento e desenvolvam uma compreensão profunda e prática das ideias filosóficas (KANT, 1985). Nesse sentido, é essencial que a prática pedagógica seja estruturada para integrar a análise crítica e a aplicação de conceitos em situações concretas, destacando a relevância da filosofia para a vida cotidiana (Severino, 2003; Foucault, 2010).

Os Socratic Circles, uma metodologia de debate e diálogo crítico, proporcionam um ambiente no qual os alunos podem interagir com os textos filosóficos de Kant, aprimorando suas habilidades de argumentação e de análise lógica. Essa técnica é particularmente eficaz para promover a compreensão profunda das ideias kantianas, pois exige que os alunos expliquem, defendam e questionem os conceitos apresentados em textos como a “Crítica da Razão Pura” e “Que significa orientar-se no pensamento?” (Kant, 2010). A prática de debates, conforme argumentam Gallo (2012) e Kohan (2008), estimula a reflexão coletiva e a construção de um conhecimento compartilhado, preparando os alunos para aplicarem a filosofia de forma consciente em suas próprias vidas.

A aplicação dos Socratic Circles em sala de aula permite que os alunos desenvolvam uma abordagem dialética para o estudo da filosofia, o que é essencial para a prática do filosofar. Kant defende que a razão deve ser exercida de maneira crítica e autônoma, e a metodologia dos círculos socráticos reflete essa perspectiva ao fomentar uma cultura de questionamento e análise. Severino (2010) e Foucault (2010) corroboram essa abordagem, enfatizando que o exercício do pensamento crítico é uma prática de liberdade e de emancipação intelectual. Os debates orientados por essa metodologia oferecem aos alunos a oportunidade de explorar diferentes pontos de vista, construir argumentos sólidos e aprimorar suas habilidades de escuta e de resposta crítica.

Outra metodologia eficaz para o ensino de filosofia é o uso de estudos de caso que apliquem os conceitos kantianos a problemas atuais. Essa prática permite que os alunos façam conexões entre os princípios teóricos e as questões éticas e sociais contemporâneas. Ghedin (2009) e Guimarães (2014) destacam que a aplicação prática dos conceitos filosóficos é fundamental para que os alunos compreendam a relevância da filosofia em suas vidas e na sociedade. A abordagem de estudos de caso ajuda a contextualizar as ideias kantianas de forma que os alunos possam refletir sobre questões como liberdade, moralidade e autonomia em cenários do mundo real, incentivando uma análise crítica e um entendimento profundo dos temas estudados (Severino, 2002; Calvino, 1993).

O ensino de filosofia deve incluir atividades que desafiem os alunos a aplicar a metodologia crítica kantiana em suas reflexões e discussões. A prática de estudos de caso não apenas amplia a compreensão dos conceitos, mas também desenvolve a capacidade dos alunos de pensar de forma independente e de argumentar com base em princípios éticos sólidos. Fabbrini (2008) e Foucault (2010) sugerem que essa prática é essencial para formar indivíduos capazes de questionar as normas e estruturas sociais, promovendo uma educação que prepara os alunos para agir de maneira ética e consciente. Severino (2010) ressalta que a filosofia deve ser ensinada como uma prática que envolve tanto o estudo teórico quanto a aplicação prática, formando alunos que não apenas compreendem, mas também vivem a filosofia.

A elaboração de projetos de pesquisa filosófica é outra metodologia que contribui significativamente para o ensino de filosofia inspirado em Kant. Essa abordagem envolve um trabalho final no qual os alunos exploram uma questão filosófica em profundidade, aplicando os conceitos e métodos aprendidos ao longo do

curso. Esse tipo de projeto promove a autonomia intelectual e a capacidade de investigação, características fundamentais do filosofar. Hadot (2014) e Gallo (2012) argumentam que a filosofia deve ser uma prática que estimula o aluno a buscar respostas e a desenvolver suas próprias interpretações, com base em uma análise crítica e reflexiva dos textos e ideias. A pesquisa filosófica permite que os alunos aprofundem seus conhecimentos, desenvolvam suas habilidades de argumentação e fortaleçam a capacidade de raciocinar de forma independente (Kohan, 2008; Freire, 1992).

Os projetos de pesquisa também são uma oportunidade para os alunos aplicarem o pensamento crítico kantiano de forma mais abrangente, explorando questões que têm relevância tanto filosófica quanto prática. Severino (2010) e Foucault (2010) destacam que a pesquisa filosófica deve incentivar a busca pela verdade e a disposição para questionar as suposições e preconceitos que influenciam o pensamento. A prática de pesquisa proporciona um espaço para que os alunos exercitem a autonomia da razão e a capacidade de investigar, habilidades que Kant considera essenciais para o desenvolvimento de um pensamento crítico e consciente (Kant, 1985). Essa metodologia permite que os alunos vejam a filosofia não apenas como uma disciplina acadêmica, mas como uma prática que tem implicações diretas em suas vidas e na sociedade em que vivem.

A implementação dessas metodologias de ensino filosófico requer uma mediação pedagógica que valorize o diálogo e a participação ativa dos alunos. Severino (2003) e Ghedin (2009) argumentam que o ensino de filosofia deve ser uma prática que prepare os alunos para pensar de forma crítica e agir de forma ética e responsável. Essa abordagem é apoiada por Foucault (2010), que sugere que a prática educativa deve ser uma experiência que envolva o aluno de maneira ativa, estimulando-o a questionar e a refletir sobre as implicações das ideias filosóficas. O uso de metodologias como os Socratic Circles, os estudos de caso e os projetos de pesquisa filosófica contribui para criar um ambiente de aprendizagem que promove a análise crítica e a prática do filosofar, preparando os alunos para atuar de forma consciente e reflexiva em suas vidas e na sociedade.

A filosofia, conforme proposta por Kant, deve ser ensinada de forma que os alunos possam experimentar e praticar o pensamento crítico. Gallo (2012) e Severino (2016) destacam que a prática educativa deve ser orientada por uma metodologia que promova a capacidade de questionamento e de análise, incentivando os alunos a

desenvolverem suas próprias interpretações e a aplicarem os conceitos em suas vidas. Essa abordagem é corroborada por Calvino (1993), que argumenta que o contato com os textos filosóficos é uma maneira eficaz de estimular o pensamento crítico e de desenvolver habilidades de interpretação. A prática de atividades que incentivem a aplicação dos conceitos em situações práticas é uma forma eficaz de promover o desenvolvimento da autonomia intelectual e da capacidade crítica (Severino, 2010; Hadot, 2014).

A filosofia prática, conforme apresentada por Kant, é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento da autonomia intelectual e da capacidade crítica dos alunos. Severino (2003) e Ghedin (2009) argumentam que a prática pedagógica deve ser uma experiência que envolva o aluno de forma ativa, estimulando-o a questionar e a refletir sobre as implicações das ideias filosóficas. A metodologia de ensino deve promover a aplicação dos conceitos kantianos em situações práticas, incentivando os alunos a desenvolverem habilidades de análise crítica e de argumentação. Essa prática educativa prepara os alunos para enfrentar desafios com uma mente aberta e questionadora, capacitando-os a agir de forma ética e consciente (Kant, 1985; Foucault, 2010).

A implementação de um currículo baseado nas metodologias de ensino inspiradas em Kant requer um compromisso com a formação integral dos alunos, que envolve tanto a compreensão teórica quanto a aplicação prática dos conceitos. O uso de Socratic Circles, estudos de caso e projetos de pesquisa filosófica são estratégias eficazes para promover a autonomia e a capacidade crítica, elementos centrais para a prática do filosofar. Severino (2016) e Fabbrini (2008) sugerem que a filosofia deve ser uma prática de vida, que inspire os alunos a pensar por si mesmos e a agir de forma ética e responsável. Essa perspectiva educacional, conforme defendida por Kant, prepara os alunos para serem agentes ativos em suas comunidades, capazes de questionar, refletir e transformar o mundo ao seu redor por meio do uso consciente da razão (Kant, 1985; Foucault, 2010).

4.5. DESAFIOS E POTENCIAIS SOLUÇÕES

O ensino da filosofia kantiana oferece uma base sólida para o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia intelectual dos alunos, contudo, traz consigo desafios significativos que precisam ser enfrentados de forma estratégica para garantir uma aplicação efetiva no ambiente educacional. A complexidade intrínseca

dos textos de Kant representa um dos principais obstáculos para sua implementação no currículo do ensino médio. Essa dificuldade está relacionada tanto à linguagem densa e técnica quanto à profundidade conceitual das ideias, que exigem um nível elevado de interpretação e compreensão. Para lidar com essas barreiras, é essencial considerar a formação e a capacitação dos professores, bem como a adaptação de materiais didáticos que facilitem a mediação pedagógica e o acesso ao conteúdo pelos alunos (Kant, 1985; Severino, 2010).

A formação continuada dos professores surge como uma solução primordial para superar os desafios impostos pelo ensino da filosofia kantiana. Uma prática pedagógica eficaz requer que os docentes possuam não apenas conhecimento teórico sólido, mas também habilidades para mediar e contextualizar as ideias de Kant de forma acessível e significativa. Severino (2003) e Gallo (2012) ressaltam que a capacitação docente deve ser contínua e orientada por uma metodologia que enfatize tanto a compreensão crítica dos textos quanto a aplicação prática de suas ideias em sala de aula. Essa formação deve incluir cursos, seminários e workshops que aprofundem o entendimento dos conceitos kantianos e explorem estratégias pedagógicas para facilitar a transmissão desse conhecimento aos alunos. Além disso, Foucault (2010) reforça a importância de uma prática educativa que incentive o questionamento e a reflexão crítica, elementos centrais para a aplicação da filosofia de Kant no contexto escolar.

A complexidade dos textos kantianos exige que os professores sejam capazes de traduzir as ideias de forma que os alunos possam compreendê-las e aplicá-las em suas próprias reflexões. Para isso, é necessário que a formação docente inclua não apenas o estudo detalhado das obras de Kant, como a “Crítica da Razão Pura” e “Que significa orientar-se no pensamento?”, mas também a discussão sobre como essas ideias podem ser conectadas a questões contemporâneas e dilemas éticos vivenciados pelos estudantes (Kant, 2010). Severino (2016) e Ghedin (2009) destacam que a prática pedagógica deve ser uma experiência ativa, onde o professor atua como mediador, facilitando a interação dos alunos com os textos e promovendo um ambiente de aprendizado dialógico e reflexivo.

Outro desafio que deve ser abordado é a adaptação de materiais didáticos. Os textos originais de Kant, embora fundamentais para a formação de um entendimento profundo, podem ser de difícil acesso para alunos do ensino médio devido à sua complexidade linguística e estrutural. Calvino (1993) e Kohan (2008) sugerem que a

produção de resumos, guias de estudo e materiais didáticos adaptados é uma estratégia eficaz para tornar o conteúdo mais acessível, sem comprometer a profundidade das ideias. Esses materiais devem ser elaborados de forma a preservar a essência dos conceitos kantianos, mas apresentados em uma linguagem mais clara e próxima da realidade dos alunos, facilitando a compreensão e estimulando o interesse pelo estudo da filosofia (Severino, 2002; Freire, 1992).

A adaptação de materiais didáticos também pode incluir a criação de recursos multimídia, como vídeos explicativos, podcasts e plataformas interativas que abordem os principais conceitos de Kant de forma dinâmica e envolvente. Fabbrini (2008) e Foucault (2010) destacam que o uso de diferentes mídias pode enriquecer o processo de ensino-aprendizagem e atender a diferentes estilos de aprendizagem, tornando o conteúdo mais acessível e atrativo para os alunos. Essa abordagem integrada permite que o ensino da filosofia não se limite à leitura de textos densos, mas inclua experiências de aprendizado que incentivem a reflexão crítica e a participação ativa dos alunos.

A implementação de metodologias de ensino que promovam a participação ativa e a aplicação prática dos conceitos kantianos é essencial para enfrentar os desafios do ensino de filosofia. Severino (2010) e Gallo (2012) argumentam que a prática educativa deve incluir atividades que estimulem a discussão, o debate e a elaboração de projetos de pesquisa que explorem questões filosóficas relevantes para os alunos. Os Socratic Circles, por exemplo, são uma metodologia que permite a exploração crítica e coletiva das ideias kantianas, incentivando os alunos a desenvolverem suas habilidades de argumentação e de análise. Essa prática é alinhada com a perspectiva de Kant sobre o uso da razão de forma autônoma e crítica, preparando os alunos para aplicarem esses conceitos em suas vidas e na sociedade (Kant, 1985; Foucault, 2010).

A capacitação docente também deve contemplar a formação de habilidades didáticas que permitam a aplicação de metodologias como os estudos de caso e os debates filosóficos. Essas atividades proporcionam aos alunos a oportunidade de relacionar os conceitos estudados com situações concretas e dilemas contemporâneos, desenvolvendo uma compreensão mais prática e aplicada da filosofia. Ghedin (2009) e Guimarães (2014) destacam que o ensino de filosofia deve ser uma prática que prepare os alunos para pensar de forma crítica e agir de forma ética e consciente. Essa abordagem é corroborada por Severino (2003), que sugere

que a filosofia deve ser ensinada de forma que os alunos possam explorar suas próprias interpretações e desenvolver um pensamento autônomo e reflexivo.

O desenvolvimento de uma prática educativa que valorize a reflexão crítica e a participação ativa dos alunos requer uma estrutura curricular que inclua atividades que incentivem o pensamento investigativo. Severino (2010) e Calvino (1993) argumentam que a prática de projetos de pesquisa filosófica é uma maneira eficaz de aprofundar a compreensão dos conceitos kantianos e de promover a aplicação desses conceitos em contextos práticos. Essa metodologia permite que os alunos explorem uma questão filosófica em profundidade, desenvolvendo suas habilidades de pesquisa, argumentação e análise crítica. A pesquisa filosófica, além de estimular a autonomia intelectual, prepara os alunos para enfrentar desafios complexos com uma mente aberta e questionadora (Kohan, 2008; Freire, 1992).

A adaptação de materiais didáticos e a capacitação contínua dos professores são soluções que, juntas, permitem a superação dos desafios impostos pelo ensino da filosofia kantiana. Severino (2016) e Fabbrini (2008) destacam que a produção de guias de estudo e materiais de apoio deve ser acompanhada de uma formação que prepare os professores para mediar o aprendizado de forma eficaz. Essa formação deve incluir o desenvolvimento de habilidades para conduzir discussões e debates, promover a análise crítica e incentivar a participação ativa dos alunos. A prática educativa, conforme defendida por Kant, deve ser uma experiência que valorize tanto a compreensão teórica quanto a aplicação prática da filosofia, preparando os alunos para serem agentes de mudança em suas comunidades (Kant, 1985; Foucault, 2010).

O ensino da filosofia kantiana, embora desafiador, oferece grandes benefícios para a formação integral dos alunos. A superação das dificuldades relacionadas à complexidade dos textos e à necessidade de uma formação docente adequada requer a implementação de estratégias pedagógicas que promovam a participação ativa e a reflexão crítica. Severino (2010) e Gallo (2012) argumentam que o ensino de filosofia deve ser uma prática que envolva os alunos de forma ativa, estimulando a análise, o questionamento e a construção coletiva de conhecimento. Essa abordagem é apoiada por Foucault (2010), que sugere que a prática educativa deve ser uma experiência que capacite os alunos a questionar as normas e estruturas sociais e a desenvolver um pensamento autônomo e crítico.

A adaptação de materiais didáticos que facilitem o acesso ao conteúdo kantiano e a capacitação dos professores para mediar o aprendizado de forma eficaz são

estratégias fundamentais para a implementação de um ensino filosófico de qualidade. Calvino (1993) e Ghedin (2009) destacam que a produção de materiais que simplifiquem a linguagem e apresentem os conceitos de forma clara e contextualizada é uma maneira de tornar o ensino mais acessível e atrativo para os alunos. Essa prática deve ser acompanhada de uma formação que prepare os professores para conduzir discussões e debates que incentivem a aplicação prática dos conceitos filosóficos, promovendo a autonomia e a capacidade crítica dos alunos (Severino, 2002; Hadot, 2014).

A superação dos desafios relacionados ao ensino da filosofia kantiana requer um esforço conjunto de adaptação curricular, formação docente e produção de materiais didáticos. Severino (2010) e Foucault (2010) argumentam que a prática educativa deve ser orientada por uma metodologia que promova a capacidade de questionamento e de análise, incentivando os alunos a desenvolverem suas próprias interpretações e a aplicarem os conceitos em suas vidas. A implementação de metodologias como os Socratic Circles, estudos de caso e projetos de pesquisa filosófica contribui para criar um ambiente de aprendizado que valorize a análise crítica e a prática do filosofar, preparando os alunos para atuar de forma consciente e reflexiva em suas vidas e na sociedade (Kant, 1985; Foucault, 2010).

O ensino de filosofia, conforme proposto por Kant, deve ser uma prática que inspire os alunos a pensar de forma independente e a agir de forma ética e consciente. Severino (2016) e Gallo (2012) defendem que a prática educativa deve ser orientada por uma metodologia que promova o questionamento e a análise, incentivando os alunos a desenvolverem suas próprias interpretações e a aplicarem os conceitos filosóficos em suas vidas. Essa abordagem é corroborada por Foucault (2010), que sugere que a prática educativa deve ser uma experiência de leitura e reflexão que envolva o aluno de maneira ativa, preparando-o para enfrentar desafios com uma mente crítica e aberta.

4.6. CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

A transição de uma filosofia da educação, que tradicionalmente se foca na mera transmissão de conhecimento, para uma educação filosófica baseada nos princípios de Kant, revela-se uma abordagem essencial para a formação de alunos capazes de não apenas compreender, mas vivenciar e praticar a filosofia em seu cotidiano. Essa mudança implica a adoção de uma metodologia que valorize a autonomia da razão e

o desenvolvimento de um pensamento crítico e independente. A proposta curricular fundamentada nas ideias kantianas promove um ambiente de ensino que vai além da instrução passiva, estimulando os alunos a se tornarem sujeitos ativos em seu processo de aprendizagem e em suas interações sociais. A educação kantiana, ao enfatizar a importância do esclarecimento e da saída da menoridade, destaca que o verdadeiro aprendizado ocorre quando os alunos são incentivados a pensar por si mesmos, a questionar e a buscar a verdade de maneira autônoma (Kant, 1985; Severino, 2003).

A ênfase na autonomia da razão reflete-se na necessidade de metodologias que promovam a participação ativa e a prática da reflexão crítica. Gallo (2012) argumenta que o ensino de filosofia deve ser estruturado para que os alunos possam aplicar os conceitos filosóficos em contextos práticos, desenvolvendo habilidades de análise, argumentação e julgamento. Essa perspectiva é complementada por Foucault (2010), que sugere que a prática da crítica é uma forma de liberdade, capacitando o indivíduo a desafiar e transformar as normas e estruturas sociais que limitam a expressão da autonomia. A prática educativa, assim, torna-se um espaço para a construção de um pensamento consciente e reflexivo, onde os alunos aprendem a relacionar a filosofia com questões contemporâneas e a aplicar suas habilidades críticas em múltiplos aspectos de suas vidas.

O currículo que promove a filosofia de Kant busca formar indivíduos capazes de interagir de forma ética e responsável com a sociedade, evidenciando a relevância de uma educação que privilegie tanto a formação teórica quanto a prática da filosofia. Severino (2010) e Hadot (2014) defendem que a filosofia deve ser uma prática que vai além da análise teórica, sendo uma ferramenta para a transformação do pensamento e da ação. Essa abordagem enfatiza a importância de um ensino que prepare os alunos para serem agentes de mudança em suas comunidades, capazes de usar a razão de forma crítica e de agir com base em princípios éticos sólidos. A prática educativa, conforme delineada por Kant, propõe uma educação que não apenas ensine conceitos, mas que inspire a prática do filosofar como uma forma de vida que valoriza a autonomia e a responsabilidade moral (Kant, 2010; Freire, 1992).

A transição para uma educação filosófica baseada em Kant exige um compromisso com a formação integral dos alunos, que abrange tanto o desenvolvimento intelectual quanto a formação ética. Kohan (2008) e Severino (2016) destacam que a filosofia deve ser ensinada de forma que os alunos possam aplicar

os conceitos em situações práticas, incentivando a reflexão crítica e a construção de um entendimento profundo. Essa metodologia de ensino é corroborada por Foucault (2010), que sugere que a filosofia deve ser uma prática de questionamento e de análise que capacite os alunos a exercerem sua liberdade de pensamento e ação. A integração de metodologias que promovam a participação ativa, como debates e projetos de pesquisa, possibilita que os alunos desenvolvam a capacidade de pensar de forma independente e de aplicar suas habilidades críticas em contextos diversos (Ghedin, 2009; Guimaraes, 2014).

A prática educativa que se alinha aos princípios kantianos deve ser orientada pela promoção de uma mentalidade investigativa e reflexiva. Severino (2003) e Calvino (1993) argumentam que a leitura crítica e a análise de textos filosóficos são práticas fundamentais para o desenvolvimento da autonomia intelectual e da capacidade de questionamento. Essa abordagem permite que os alunos explorem diferentes perspectivas e desenvolvam um entendimento mais profundo dos conceitos filosóficos, aplicando-os em suas reflexões e ações. A prática do filosofar, conforme proposta por Kant, é um processo que exige o uso da razão de forma autônoma e crítica, preparando os alunos para serem pensadores independentes e cidadãos responsáveis (Kant, 1985; Foucault, 2010).

A conclusão deste capítulo ressalta a importância de uma educação que vá além da simples memorização de conceitos e que promova a prática ativa da filosofia. Severino (2010) e Gallo (2012) sugerem que o ensino de filosofia deve ser uma prática que envolva o aluno de maneira integral, estimulando a análise crítica e a construção de um pensamento autônomo. Essa prática educativa prepara os alunos para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo com uma mente aberta e questionadora, capazes de refletir sobre as implicações de suas escolhas e de agir de forma ética e consciente. A transição para uma educação filosófica baseada em Kant, portanto, oferece uma abordagem que forma alunos que não apenas compreendem a filosofia, mas que a vivem e a aplicam em suas interações diárias, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais reflexiva e consciente (Kant, 1985; Severino, 2002).

A implementação de um currículo que valorize a prática do filosofar implica a adoção de estratégias pedagógicas que estimulem a participação ativa e o desenvolvimento da autonomia intelectual. Fabbrini (2008) e Foucault (2010) argumentam que a educação deve ser uma experiência que capacite os alunos a

pensar de forma crítica e a questionar as normas e estruturas sociais. Essa perspectiva é reforçada por Severino (2010), que sugere que a prática educativa deve ser uma forma de promover a análise e a reflexão, preparando os alunos para atuar de forma ética e responsável. A prática de debates, projetos de pesquisa e estudos de caso permite que os alunos explorem os conceitos filosóficos em profundidade e desenvolvam habilidades de argumentação e de análise crítica, aplicando o pensamento kantiano em suas próprias vidas e na sociedade.

O ensino da filosofia, conforme proposto por Kant, deve ser uma prática que inspire os alunos a desenvolverem uma mentalidade autônoma e investigativa. Gallo (2012) e Severino (2016) argumentam que a prática educativa deve ser orientada por uma metodologia que promova a capacidade de questionamento e de análise, incentivando os alunos a desenvolverem suas próprias interpretações e a aplicarem os conceitos em suas vidas. Essa abordagem é apoiada por Foucault (2010), que sugere que a prática educativa deve ser uma experiência de leitura e reflexão que envolva o aluno de forma ativa, preparando-o para enfrentar desafios com uma mente crítica e aberta. A transição para uma educação filosófica baseada em Kant, portanto, representa uma abordagem robusta para a formação de alunos que não apenas compreendem a filosofia, mas a praticam de forma consciente e responsável.

A filosofia kantiana, ao enfatizar a importância da autonomia da razão e da prática crítica, oferece uma base sólida para a formação de alunos que são capazes de pensar de forma independente e de agir de forma ética. Severino (2010) e Hadot (2014) sugerem que a filosofia deve ser ensinada como uma prática de vida, onde o aprendizado é visto como um meio de desenvolvimento pessoal e de formação ética. Essa perspectiva destaca a importância de uma educação que ensine os alunos a aplicar os conceitos filosóficos em suas próprias vidas, incentivando a reflexão sobre questões éticas e sociais e preparando-os para agir de forma consciente e responsável. A transição para uma educação filosófica baseada em Kant prepara os alunos para serem agentes ativos na sociedade, capazes de enfrentar desafios com uma mente aberta e questionadora, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e reflexiva (Kant, 1985; Freire, 1992; Foucault, 2010).

A prática de uma educação filosófica, conforme delineada por Kant, deve ser uma experiência que envolva o aluno de forma ativa e que promova a aplicação dos conceitos em contextos práticos. Ghedin (2009) e Severino (2016) destacam que o ensino de filosofia deve preparar os alunos para pensar de forma crítica e agir de

forma ética e responsável. Essa abordagem é apoiada por Calvino (1993), que argumenta que o contato com os textos filosóficos é uma maneira eficaz de estimular o pensamento crítico e de desenvolver habilidades de interpretação. A prática educativa que valoriza a análise crítica e a aplicação dos conceitos filosóficos prepara os alunos para enfrentar desafios e tomar decisões fundamentadas, promovendo a formação de uma consciência ética e responsável (Severino, 2010; Kant, 1985).

A conclusão do capítulo evidencia que a transição de uma filosofia da educação para uma educação filosófica baseada em Kant é uma abordagem que promove o desenvolvimento integral dos alunos, preparando-os para serem pensadores críticos e cidadãos conscientes. A prática educativa, conforme proposta por Kant, deve ser uma experiência que valorize tanto a compreensão teórica quanto a aplicação prática da filosofia, capacitando os alunos a atuarem de forma ética e autônoma em suas vidas e em suas interações sociais. Severino (2010) e Gallo (2012) sugerem que o ensino de filosofia deve ser uma prática que inspire os alunos a pensar de forma independente e a aplicar os conceitos de forma reflexiva, preparando-os para atuar como agentes de mudança em suas comunidades. Essa transição para uma educação filosófica baseada em Kant, portanto, representa um avanço significativo para a formação de uma sociedade mais reflexiva, ética e consciente (Kant, 1985; Freire, 1992; Foucault, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando os objetivos centrais do trabalho em questão, que busca propor um currículo para o ensino de filosofia no nível médio fundamentado nas ideias pedagógicas de Immanuel Kant, conclui-se que a proposta apresentada visou articular elementos da filosofia kantiana com práticas educacionais contemporâneas, para fomentar o desenvolvimento crítico e a autonomia dos estudantes. Esse currículo foi estruturado com base na análise das obras de Kant, especialmente sua visão sobre a educação como um processo formativo integral que transcende a mera transmissão de conhecimentos e busca capacitar o indivíduo para o uso autônomo da razão.

O estudo revelou que o ensino de filosofia, quando orientado pelos princípios kantianos, contribui significativamente para a formação de sujeitos capazes de exercer julgamento crítico e de agir de forma ética e responsável. A tese de que “não se aprende filosofia, mas se aprende a filosofar” foi central na formulação das práticas pedagógicas propostas, destacando a importância de um ensino que encoraje a investigação, o questionamento e o uso público da razão, elementos cruciais para a emancipação intelectual.

Os resultados obtidos ao longo do desenvolvimento deste trabalho demonstram que os objetivos propostos foram atingidos. A proposta curricular foi desenhada para promover o esclarecimento (*Aufklärung*) dos alunos, incentivando-os a sair da menoridade intelectual, como defendido por Kant, por meio de metodologias que favorecem a leitura crítica, o debate e a prática reflexiva. Essa abordagem pedagógica é capaz de transformar o ensino de filosofia em uma experiência dinâmica e formadora, que vai além da memorização de conceitos e se concentra na prática do pensar autônomo.

A análise dos desafios relacionados à implementação de uma pedagogia inspirada na filosofia kantiana destacou a importância da formação contínua dos professores e da adaptação curricular para garantir uma abordagem que valorize o papel ativo dos alunos no processo de aprendizagem. A limitação mais evidente está na resistência às mudanças metodológicas que ainda prevalecem em muitas instituições de ensino, onde práticas tradicionais, focadas na repetição e na memorização, continuam sendo predominantes.

Por outro lado, as contribuições deste trabalho são significativas, pois oferecem uma visão de como o ensino de filosofia pode ser uma ferramenta poderosa para a

formação de cidadãos mais conscientes e participativos. A integração de princípios kantianos ao currículo do ensino médio promove não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o moral, preparando os alunos para enfrentar questões contemporâneas de forma crítica e reflexiva. A proposta curricular aqui apresentada constitui, assim, um avanço no debate sobre práticas pedagógicas que buscam a formação integral do estudante.

Para futuras pesquisas, sugere-se aprofundar a investigação sobre a adaptação das metodologias kantianas em diferentes contextos culturais e socioeconômicos, bem como explorar estratégias que potencializem a formação continuada de professores em filosofia, capacitando-os a implementar de forma eficaz práticas que incentivem a autonomia e o uso público da razão. O desenvolvimento de estudos empíricos que acompanhem a aplicação prática desse currículo e avaliem seus impactos no desempenho e na formação crítica dos alunos também é um passo importante para consolidar os achados desta pesquisa.

Dessa forma, conclui-se que a educação filosófica fundamentada em Kant tem o potencial de revolucionar o ensino médio, promovendo uma educação que não apenas transmite conhecimentos, mas que forma indivíduos capazes de pensar por si mesmos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, crítica e consciente. A continuidade dessa linha de pesquisa e a expansão de sua aplicação podem enriquecer ainda mais o debate educacional e oferecer soluções práticas para os desafios do ensino contemporâneo.

A educação filosófica possui um papel crucial na formação de cidadãos críticos e autônomos, pois vai além da simples transmissão de conteúdos e promove a capacidade de reflexão, análise e julgamento, habilidades indispensáveis para a vida em sociedade. Em um mundo cada vez mais complexo e marcado por constantes mudanças, a filosofia emerge como um instrumento pedagógico essencial para capacitar os indivíduos a questionarem a realidade, desafiarem as normas estabelecidas e buscarem soluções éticas e responsáveis para os problemas que enfrentam. A educação filosófica tem o poder de moldar mentes capazes de pensar de forma independente, desenvolver argumentos sólidos e tomar decisões fundamentadas, elementos que são fundamentais para a construção de uma cidadania plena e ativa.

A formação de cidadãos críticos se inicia quando os alunos são desafiados a refletir sobre questões fundamentais da existência, da ética e da sociedade. Ao

contrário de disciplinas que se concentram apenas na absorção de informações, a filosofia ensina a pensar de maneira estruturada, a fazer perguntas profundas e a buscar respostas coerentes. Esse processo não se limita a ensinar o que pensar, mas como pensar, promovendo uma autonomia intelectual que capacita os indivíduos a não apenas absorverem conhecimentos passivamente, mas a questioná-los, reformulá-los e aplicá-los em contextos diversos. A habilidade de pensar criticamente é vital em uma sociedade democrática, pois permite que os cidadãos participem ativamente dos debates públicos, compreendam as complexidades de questões políticas e sociais e façam escolhas informadas que refletem um entendimento mais profundo dos impactos dessas decisões.

A autonomia é outro aspecto central na formação proporcionada pela educação filosófica. Autonomia significa a capacidade de tomar decisões com base em um raciocínio próprio, sem depender exclusivamente de orientações externas. Esse desenvolvimento é possível quando o indivíduo é incentivado a usar sua própria razão para analisar e resolver problemas. A educação filosófica promove essa capacidade ao encorajar os alunos a refletirem sobre suas próprias crenças, a identificarem possíveis preconceitos e a confrontarem suas ideias com as de outras pessoas. Esse processo de análise e crítica constrói a base para um pensamento autônomo, onde o indivíduo não apenas segue a opinião de autoridades ou tradições, mas exerce sua liberdade intelectual para formar e defender suas próprias convicções.

A importância de formar cidadãos autônomos e críticos está diretamente relacionada à necessidade de uma sociedade que valorize a pluralidade de ideias e a participação ativa de seus membros. Indivíduos que desenvolvem essas habilidades através da educação filosófica estão mais preparados para lidar com divergências de forma construtiva, reconhecer o valor de diferentes perspectivas e buscar o consenso em meio à diversidade. O diálogo e a troca de ideias são fortalecidos quando os cidadãos têm a capacidade de articular seus pensamentos de forma lógica e respeitosa. Além disso, a educação filosófica ensina a tolerância e o respeito pelo outro, uma vez que instiga a compreensão e a análise de diferentes pontos de vista, criando um ambiente onde o debate é uma ferramenta para o crescimento mútuo e não um campo de batalha.

A educação filosófica também desempenha um papel crucial no desenvolvimento de habilidades de argumentação e retórica. A prática do debate filosófico, por exemplo, exige que os participantes não apenas defendam suas ideias,

mas também escutem, compreendam e respondam aos argumentos dos outros. Essa prática é fundamental para a vida em sociedade, pois ensina a importância da persuasão baseada em raciocínios sólidos, em vez de apelos emocionais ou falácias. Saber argumentar de forma ética e eficaz é uma competência que se traduz em diversas esferas da vida, desde discussões políticas e sociais até decisões profissionais e pessoais. A habilidade de articular ideias e construir argumentos bem fundamentados aumenta a confiança dos indivíduos e fortalece seu papel como membros ativos e influentes em suas comunidades.

Outro benefício significativo da educação filosófica é o desenvolvimento da capacidade de resolver problemas de forma criativa e inovadora. A filosofia, ao explorar questões que muitas vezes não têm respostas definitivas, ensina os alunos a lidar com a incerteza e a complexidade de maneira proativa. Essa abordagem é particularmente relevante no mundo contemporâneo, onde as soluções simples raramente atendem aos desafios multifacetados da sociedade. A capacidade de abordar problemas de diferentes ângulos, considerar soluções alternativas e pensar fora da caixa são competências que os cidadãos críticos e autônomos podem aplicar em diversas situações, seja no trabalho, na vida acadêmica ou nas interações pessoais. A educação filosófica, portanto, não só prepara os indivíduos para questionarem o status quo, mas também os equipa com as ferramentas necessárias para proporem e implementarem mudanças significativas.

Além disso, a educação filosófica contribui para o desenvolvimento moral dos indivíduos. Ao tratar de dilemas éticos e explorar diferentes teorias sobre o que é o bem, o justo e o correto, os alunos são levados a refletir sobre suas ações e suas implicações. Essa reflexão ajuda a construir um senso de responsabilidade e empatia, qualidades indispensáveis para a convivência em uma sociedade justa e solidária. A filosofia permite que os estudantes compreendam melhor as consequências de suas decisões e considerem o bem-estar coletivo em suas escolhas. Essa perspectiva ética, quando incorporada desde cedo, forma cidadãos que agem com integridade e que são conscientes de seu papel na construção de um mundo mais equitativo e respeitoso.

A formação crítica e autônoma promovida pela educação filosófica também tem um impacto direto na capacidade dos indivíduos de resistirem a manipulações e discursos demagógicos. Em uma era marcada pela desinformação e pela polarização, é cada vez mais necessário que os cidadãos possuam um olhar crítico e saibam

discernir entre fatos e opiniões, argumentos sólidos e falácias. A filosofia ensina a questionar as fontes de informação, a avaliar a validade dos argumentos apresentados e a formar um juízo bem fundamentado sobre as questões de maior relevância social. Essa habilidade é uma proteção contra a manipulação e a alienação, fortalecendo a democracia e a liberdade individual. Cidadãos bem informados e críticos são menos suscetíveis a aceitar passivamente ideias sem questioná-las, o que contribui para uma sociedade mais ativa e vigilante.

A autonomia e a capacidade crítica também são fundamentais para a inovação e o progresso. A filosofia, ao fomentar um ambiente de questionamento e de busca por novas perspectivas, contribui para o desenvolvimento de uma mentalidade aberta e criativa. Indivíduos que foram educados em um ambiente filosófico são mais propensos a desafiar paradigmas e a buscar novas formas de entender e interagir com o mundo. Isso tem implicações não apenas no âmbito pessoal, mas também em áreas como ciência, política, arte e tecnologia. O progresso de uma sociedade depende da capacidade de seus membros de pensar de forma crítica e de propor soluções inovadoras para problemas antigos e novos. Nesse sentido, a educação filosófica não é apenas uma ferramenta para a formação individual, mas um catalisador para o avanço coletivo.

Por fim, a importância da educação filosófica na formação de cidadãos críticos e autônomos não pode ser subestimada em um contexto global em que as mudanças ocorrem em ritmo acelerado e as questões éticas, sociais e ambientais exigem respostas cada vez mais complexas e integradas. A filosofia fornece os meios para que os indivíduos compreendam melhor os desafios que enfrentam, reflitam sobre suas ações e busquem soluções que não apenas resolvam problemas imediatos, mas que considerem as implicações de longo prazo. O ensino filosófico prepara os alunos para serem líderes em suas comunidades, não no sentido de autoridade imposta, mas de influência conquistada pela capacidade de pensar de forma clara, coerente e ética. Isso cria uma base sólida para a construção de sociedades mais justas, onde o diálogo e a reflexão crítica são valorizados e onde cada indivíduo tem a oportunidade de contribuir de forma significativa para o bem comum.

A educação filosófica, portanto, não é um luxo ou um complemento, mas uma necessidade em qualquer sistema educacional que vise a formação integral do ser humano. Ela promove uma cultura de questionamento, de busca pela verdade e de respeito pelas diferentes formas de pensar. Em última análise, a filosofia educa para

a vida, para a cidadania e para a convivência em uma sociedade que valoriza a liberdade e a justiça. Ao formar cidadãos críticos e autônomos, a educação filosófica fortalece as bases da democracia, promovendo a participação ativa e consciente de todos em prol de um futuro mais justo e igualitário. Ela é, sem dúvida, uma ferramenta poderosa para capacitar as novas gerações a enfrentarem os desafios do século XXI com coragem, clareza e compromisso ético.

Para ampliar e enriquecer as futuras pesquisas relacionadas à proposta curricular baseada na filosofia kantiana, diversas direções podem ser exploradas. Primeiramente, seria valioso desenvolver estudos empíricos que avaliem a implementação prática da proposta em diferentes contextos educacionais, como escolas públicas e privadas, em regiões urbanas e rurais, e em diferentes realidades socioeconômicas. Essa análise poderia proporcionar uma compreensão mais clara dos desafios enfrentados e das estratégias bem-sucedidas na adoção de uma abordagem pedagógica que incentive a autonomia e o pensamento crítico. A coleta de dados qualitativos e quantitativos através de entrevistas, observações em sala de aula e questionários pode fornecer insights detalhados sobre a eficácia da proposta e os impactos no desenvolvimento dos alunos.

Outra sugestão é explorar como a formação contínua de professores pode ser estruturada para integrar de forma eficaz a metodologia kantiana na prática pedagógica. Oferecer programas de capacitação que combinem teoria e prática, ajudando os professores a desenvolver habilidades para facilitar debates, fomentar a argumentação e promover a reflexão crítica, pode ser uma maneira de fortalecer a aplicação do currículo. Esses programas poderiam incluir workshops, seminários e cursos de extensão que apresentem exemplos práticos de como lidar com questões filosóficas complexas em sala de aula e como adaptar a abordagem para diferentes faixas etárias e níveis de ensino.

Ademais, seria interessante investigar a integração da filosofia kantiana com outras disciplinas, promovendo um ensino interdisciplinar que reforce o pensamento crítico em diversas áreas do conhecimento. Projetos que unam filosofia com ciências, literatura, história ou artes poderiam explorar como os conceitos filosóficos podem ser aplicados para aprofundar a compreensão de temas complexos e para desenvolver a capacidade de análise e síntese dos alunos. Essa abordagem interdisciplinar poderia ser testada por meio de projetos piloto em escolas, com a participação colaborativa

de professores de diferentes áreas, gerando resultados que evidenciem o impacto dessa metodologia integrada.

A utilização de tecnologias educacionais também é uma área promissora para futuras pesquisas. Investigações sobre como ferramentas digitais, plataformas de aprendizagem e recursos multimídia podem apoiar a implementação da proposta curricular baseada em Kant poderiam revelar novas formas de engajamento dos alunos. Simulações virtuais de debates filosóficos, por exemplo, ou o uso de fóruns online para discussões, podem proporcionar novas formas de aprendizado e incentivar a participação ativa e reflexiva fora do ambiente tradicional da sala de aula.

Outros estudos poderiam focar no impacto de longo prazo dessa formação filosófica sobre os alunos, avaliando como as habilidades críticas e autônomas desenvolvidas durante o ensino médio influenciam suas trajetórias acadêmicas e profissionais. Entender se e como os princípios de autonomia e raciocínio crítico se traduzem em competências práticas na vida adulta, como na resolução de problemas complexos e na tomada de decisões éticas, seria um avanço significativo na análise do valor da proposta curricular.

No campo das aplicações práticas, uma ideia seria desenvolver materiais didáticos específicos que sejam alinhados com a proposta curricular kantiana, incluindo livros, guias de ensino e materiais de apoio para professores. Esses recursos poderiam conter atividades, exercícios práticos e estudos de caso que ajudem os educadores a implementar a filosofia kantiana de maneira eficaz e acessível. O desenvolvimento de roteiros de aula que promovam a participação ativa dos alunos e práticas pedagógicas baseadas na discussão e no debate também seria útil para orientar a implementação do currículo em diferentes contextos.

Além disso, é importante considerar a adaptação do currículo às necessidades específicas de grupos diversos de alunos, como aqueles com dificuldades de aprendizagem ou diferentes níveis de proficiência. Estudos que investiguem como adaptar as práticas pedagógicas para atender a esses grupos de forma inclusiva podem enriquecer a proposta e torná-la mais abrangente. Métodos adaptativos e inclusivos, como atividades colaborativas, tutoriais em pequenos grupos e apoio adicional para alunos com desafios específicos, poderiam ser avaliados em futuras pesquisas para verificar sua eficácia.

Finalmente, seria pertinente explorar as implicações de uma educação filosófica fundamentada em Kant para a construção de uma cultura escolar que

valorize a ética, a cidadania e a responsabilidade social. Investigar como essa formação pode impactar a forma como os alunos interagem uns com os outros, como abordam questões de justiça social e como participam de suas comunidades poderia fornecer uma visão mais ampla sobre o papel da filosofia na formação de cidadãos ativos e conscientes.

Portanto, futuras pesquisas e aplicações práticas devem focar não apenas em testar e validar a proposta curricular, mas também em expandir suas possibilidades de implementação e impacto. Isso inclui a formação contínua de educadores, a adaptação da proposta para diferentes contextos e a criação de recursos que facilitem sua aplicação. Com essas ações, a proposta curricular pode se transformar em uma ferramenta ainda mais poderosa para promover a educação integral e a formação de indivíduos críticos, autônomos e preparados para contribuir de forma significativa para a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ADAS, Sérgio. *Propostas de trabalho e ensino de Filosofia: especificidades das habilidades; eixos temáticos-histórico e transversalidade*. São Paulo: Moderna, 2012.
- AMAZONAS. Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino. *Proposta curricular do ensino médio*. Manaus: Seduc, 2011.
- AULETE, Caldas. *Novíssimo Aulete: dicionário contemporâneo de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BECHARA, Evanildo. *Dicionário de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- BORBA, Francisco C. *Dicionário Unesp do português contemporâneo*. Curitiba: Editora Piá, 2011.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases – Lei 9394/96*, 1996. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei9394-96>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Orientações curriculares para o ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias*. Brasília: MEC, 2006.
- CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CARVALHO, Marcelo; CORNELLI, Gabriele (org.). *Ensinar Filosofia*. Cuiabá: Universidade Aberta do Brasil/Central de Textos, 2013. v. 2.
- CAYGILL, Howard. *Dicionário Kant*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- CERLETTI, Alejandro. *O ensino de Filosofia como problema filosófico*. Tradução Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CHITOLINA, Claudinei Luiz. *Para ler e escrever textos filosóficos*. São Paulo: Ideias & Letras, 2013.
- COSSUTTA, Frédéric. *Elementos para a leitura dos textos filosóficos*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mina. *Fundamentos de Filosofia*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- CUNHA, José Auri. *Filosofia: iniciação à investigação filosófica*. São Paulo: Atual, 1992.

DALBOSCO, Cláudio A. *Kant & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Tradução Bento Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FABBRINI, R. N. *O sentido formativo da filosofia*, 2008. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/sentidoformativofilosofia.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

FAVERO, A. A. et al. O ensino de Filosofia no Brasil: um mapa das condições atuais. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 64, p. 257-284, 2004.

FERRY, Luc. *Kant: uma leitura das três "Críticas"*. Tradução Laroma Jannine. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

FOLSCHEID, Dominique; WUNENBURGER, Jean-Jacques. *Metodologia Filosófica*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, M. *Governo de si e dos outros: curso no Collège de France*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. O que são as Luzes. In: MOTTA, M. B. da (org.). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. (Coleção Ditos & Escritos, 2, p. 335-351).

FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GALLO, S. *Metodologia do ensino de filosofia: uma didática para o ensino médio*. Campinas, SP: Papirus, 2012.

GELAMO, Rodrigo Pelloso. O ensino de Filosofia no Brasil: um breve olhar sobre algumas principais tendências no debate entre os anos de 1938 a 2008. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 24, n. 48, p. 331-350, jul./dez. 2010.

GHEDIN, E. *Ensino de Filosofia no ensino médio*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GONZÁLEZ PORTA, Mario Ariel. *A Filosofia a partir de seus problemas: didática e metodologia do estudo filosófico*. São Paulo: Loyola, 2007.

GUÉROULT, Martial. O método em história da Filosofia. *Sképsis*, São Paulo, ano VIII, n. 12, p. 160-170, 2015.

GUIMARÃES, Bruno. *Filosofia como esclarecimento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HADOT, Pierre. *Exercícios espirituais e filosofia antiga*. São Paulo: Realizações, 2014.

HORN, G. B. *Ensinar filosofia: pressupostos teóricos e metodológicos*. Ijuí: Unijuí, 2009.

HORN, G. B. *Por uma mediação praxiológica do saber filosófico no ensino médio: análise e proposição a partir da experiência paranaense*. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade São Paulo, São Paulo, 2002.

IACONO, Alfonso M. *Caminhos de saída do estado de menoridade: Platão, Kant e o problema da autonomia*. Tradução Reginaldo Di Piero. Rio de Janeiro: Lacerda Ed, Instituto Italiano di Cultura, 2001.

JAPIASSÚ, Hilton. *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento. In: *Textos seletos: edição bilíngue*. 2. ed. Tradução Raimundo Sousa Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 100-117.

KANT, Immanuel. *Prolegómenos a toda a metafísica futura*. Tradução Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988.

KANT, Immanuel. *Sobre a Pedagogia*. 2. ed. Piracicaba: Unimep, 1999.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Tradução Manuela Pinto dos Santos; Alexandre Fradique Morujão. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KANT, Immanuel. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. Tradução Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006.

KANT, Immanuel. *A religião nos limites da simples razão*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2008.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento. In: MARÇAL, Jairo (org.). *Antologia de textos Filosóficos*. Curitiba: SEED, 2009. p. 406-415.

KANT, Immanuel et al. *O que é o esclarecimento?* Tradução Paulo Cesar Gil. Rio de Janeiro: Via Verita, 2011.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. Tradução Valerio Rohden. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

KOHAN, Walter. *Filosofia: caminhos para seu ensino*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LEOPOLDO E SILVA, Franklin. Função social do filósofo. In: ARANTES, Paulo et al. *A filosofia e seu ensino*. Petrópolis: Vozes, 1996.

MARCONDES, Danilo. É possível ensinar a filosofia? E, se possível, como? In: KOHAN, Walter (org.). *Filosofia: caminhos para o seu ensino*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 54-68.

MATOS, Olgária. *Filosofia a polifonia da razão: filosofia e educação*. São Paulo: Scipione, 1997.

PASCAL, Georges. *O pensamento de Kant*. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

PAVÃO, Aguinaldo. *O mal moral em Kant*. Curitiba: Editora CRV, 2011.

PERINE, Marcelo. A educação como arte segundo Kant. *Síntese*, Belo Horizonte, v. 14, n. 40, p. 9-32, mai./ago. 1987.

PHILONENKO, Alexis. Kant et le problem de l'éducation. In: KANT, I. *Réflexions sur l'éducation*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1966. Introdução, p. 9-66.

RAMOS, César Augusto. Aprender a filosofar ou aprender a filosofia: Kant ou Hegel? *Trans/Form/Ação*, Marília-SP, v. 30, n. 2, p. 197-217, 2007.

SANTOS, K. C. A importância do texto filosófico nas aulas de Filosofia. *Filosofia e Educação*, v. 3, n. 2, p. 288-297, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O ensino da filosofia: historicidade do conhecimento e construtividade da linguagem. In: GALLO, Sílvia; CORNELLI, Gabriele; DANELON, Márcio (Org.). *Filosofia do ensino de filosofia*. Petrópolis: Vozes, 2003. Cap. 3, p. 50-60.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Como ler um texto filosófico*. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22. ed. rev. e amp. São Paulo: Cortez, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVEIRA, René José Trentin. Teses sobre o ensino de filosofia no nível médio. In: SILVEIRA, Renê J. T.; GOTO, Roberto (org.). *Filosofia no ensino médio: temas, problemas e propostas*. São Paulo: Loyola, 2007. p. 77-118.

TORRES FILHO, Rubens. *Ensaio de filosofia Ilustrada*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

VALESE, Rui. *Aprendizagem filosófica a partir de uso de textos filosóficos nas aulas de Filosofia no ensino médio*. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

VIEIRA, Wilson J.; HORN, Geraldo B. O ensino de filosofia e o uso do texto filosófico no ensino médio: os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor. *Cadernos PDE*, Curitiba, v. 1, p. 1-38, 2013. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_ufpr_filo_artigo_wilson_jose_vieira.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.

VIEIRA, Wilson J.; HORN, Geraldo B. O sentido e o lugar do texto filosófico nas aulas de Filosofia do ensino médio. *Revista Digital de Ensino de Filosofia*, Santa Maria, v. 1, n. 2, p. 49-66, jul./dez. 2015.

XAVIER, Cleber Fernando de Assis. *O texto filosófico no currículo do ensino de Filosofia do estado de São Paulo*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2015.

ZÖLLNER, J. F. ¿Es aconsejable, en lo sucesivo, dejar de sancionar por la religión el vínculo matrimonial? In: ERHARD, J. B. et al. *¿Qué es Ilustración?* 2. ed. Madrid: Tecnos, 1989. p. 3-9.